



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**FERNANDA PAULA PIRAN KUSNIEWSKI**

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A**  
**PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2018**

**FERNANDA PAULA PIRAN KUSNIEWSKI**

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A  
PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maude Regina de Borba  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Kátia Aparecida Seganfredo.

**LARANJEIRAS DO SUL**

2018

## PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Kusniewski, Fernanda Paula Piran  
AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: : MEIOS DE  
PROMOVER A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?/ Fernanda  
Paula Piran Kusniewski. -- 2018.  
142 f.:il.

Orientador: Maude Regina de Borba.  
Co-orientador: Kátia Aparecida Seganfredo.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável -  
PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

1. JUVENTUDE RURAL. 2. AGROECOLOGIA. 3. EDUCAÇÃO DO  
CAMPO. 4. DESENVOLVIMENTO RURAL. 5. ASSENTAMENTOS  
RURALS. I. Borba, Maude Regina de, orient. II.  
Seganfredo, Kátia Aparecida, co-orient. III.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

FERNANDA PAULA PIRAN

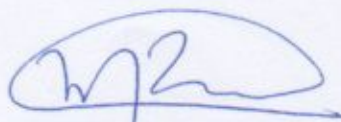
TÍTULO: "Agroecologia e Educação do Campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 19/02/2018.

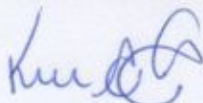
Presidente da Banca: Profª. Drª. Maude Regina de Borba

Aprovado em: 19 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA



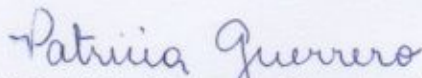
Profª. Drª. Maude Regina de Borba (UFFS)



Profª. Drª Katia Aparecida Seganfredo (UFFS)



Profº. Drº. Roberto Antônio Finatto (UFFS)



Profª Drª Patricia Guerrero (Membro Externo - UFSC)

Dedico a todos os jovens que lutam por maior visibilidade e autonomia. Principalmente aos jovens do campo.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desse trabalho, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela oportunidade única de aprendizado e trocas de experiências.

Agradeço as minhas orientadoras pelo acompanhamento, dedicação e incentivo.

Agradeço ao apoio recebido de minha família, sem ela meu desenvolvimento pessoal e profissional estaria comprometido.

As minhas companheiras da pesquisa de campo: Maria Helena, Roziane, Viviane e Lisane, que me proporcionaram grande apoio nesta etapa do trabalho.

Ao meu esposo, agradeço pelo apoio e carinho recebidos.

E principalmente a Deus, sem ele eu não teria forças para essa jornada.

“[...] ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens ou como eles deveriam ser”.

Valmir Stropassolas (2007, p. 280)

“Uma vida calma e humilde trará mais felicidade do que a busca do sucesso e o desassossego constante que vem com ela”.

Albert Einstein, 1922.

## RESUMO

A permanência da juventude no campo é fator determinante para a sucessão familiar nas propriedades rurais do país. Todavia, para tanto, diferentes fatores estão envolvidos, com destaque para a educação e o trabalho. Neste sentido, no presente estudo buscou-se analisar as perspectivas do jovem do campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguçu, Paraná. Foram investigados dois grupos de produtores: 16 famílias em sistema de produção Agroecológica ou em transição e 16 famílias em sistema de produção Convencional. Incluídos no primeiro grupo foram pesquisados 17 jovens na faixa etária de 13 a 29 anos e no segundo grupo 18 jovens nesta mesma faixa etária. Adicionalmente, foram pesquisados 23 jovens de uma escola do campo do Assentamento Ireno Alves dos Santos, os quais estavam cursando o último ano do ensino médio. A partir da análise da produção Agroecologia e da Educação do Campo, procurou-se verificar se podem constituir instrumentos que favoreçam a permanência dos jovens no campo. Metodologicamente, tratou-se de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, sendo que a coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo e aplicação de entrevistas semi-estruturadas e questionários. Para as famílias foram realizadas entrevistas, onde se procurou identificar aspectos do processo produtivo adotado na propriedade, suas limitações, capacidades e a influência dos pais nas decisões dos filhos, dentre outros aspectos. Para os jovens, tanto aqueles dos sistemas produtivos como os da escola do campo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, procurando identificar a realidade vivida por estes, dentro e fora da unidade familiar, suas representações sobre o rural e o urbano. Buscou-se principalmente conhecer quais suas perspectivas quanto à permanência nas unidades produtivas. A Agroecologia ainda enfrenta muitos desafios no que tange a certificação, comercialização, apoio técnico, investimento público e, sobretudo, maior consciência ambiental por parte dos produtores. Do mesmo modo, a Educação do Campo enfrenta outros tantos desafios, partindo principalmente do distanciamento das legislações vigentes e a prática cotidiana das escolas. Na pesquisa com os alunos da escola do campo, foi possível perceber que os princípios da Educação do Campo estão presentes apenas formalmente, através das normativas e legislação correlata, mas na materialidade não se aplicam. Assim, da forma como se encontram, tanto a Agroecologia como a Educação do Campo, ainda não representam instrumentos sólidos na verdadeira luta contra a ausência de oportunidades e afirmação dos jovens assentados do município em questão. Além disso, pode se observar que não há relação significativa entre as perspectivas de permanência dos jovens no campo e os sistemas produtivos adotados e a Educação do Campo. Até porque a Agroecologia e a Educação do Campo passam por inúmeros desafios a serem enfrentados até se tornarem mais consistentes do ponto de vista teórico e prático. Além disso, observou-se que os principais motivos das migrações dos jovens do campo estão relacionados com a busca por escolarização e emprego.

Palavras-chave: Juventude; Educação; Oportunidades; Assentamentos rurais; Desenvolvimento rural.



## ABSTRACT

Youth retention in rural communities is a determining factor for family succession in farms countrywide. However, some elements are involved to this end, mainly improved education and employment. In this sense, this study aimed to assess the prospects of young peasants and their relationship with Agroecological Production and Rural Education, in the settlements Ireno Alves dos Santos and Marcos Freire, in Rio Bonito do Iguaçu, Paraná State (Brazil). We investigated two farmer groups, one composed of 16 families involved in agroecological or transitional farming system, and the other including 16 families in a conventional production system. The survey was performed with 17 youngsters from the first group and 18 from the second; they all aged between 13 and 29 years. Further, 23 youngsters enrolled in the last year of high school of a schoolhouse at the settlement of Ireno Alves dos Santos were also surveyed. The study was intended to verify the relevance of an Agroecological Production and Rural Education as enablers of youth retention in farm communities. In terms of methodology, it was a qualitative, exploratory, and descriptive approach, where data collection was made through field research along with semi-structured interviews and surveys. The families were questioned about the production process used in the referred property, its shortcomings, strengths, and about the paternal influence on youngsters' decisions, among other aspects. Open-ended and close-ended questionnaires were administered both to young people entered into the productive system and the school attendees. The goal was to picture the reality experienced by these young people in and outside the family unit, as well as their portrayals about rural and urban lifestyles. One of the greatest focus was to know what their perspectives on remaining in the rural units are. Agroecological farming systems have been facing several challenges in terms of certification, marketing, technical support, public capital programs and, above all, an improved environmental awareness of farmers. Likewise, Rural Education has faced other issues, mainly because of the distancing between current legislation and school daily activities. By surveying the schoolgoers, we realized that the principles of Rural Education are only procedural, through normative ruling and related legislation, but were not concretely applied in the school routine. Thus, both Agroecological Production and Rural Education are not yet strong elements to be used in the fight against the lack of opportunities and affirmation of young settlers living in the studied location. Moreover, no significant relationship was found between the youth retention prospects and the used farming systems or rural education model. Even because the factors Agroecological Production and Rural Education have been through many challenges, which have to be faced until they become more consistent from theoretical and practical points of view. Furthermore, the main reasons for rural outflow of youngsters lie in the search for improved schooling and employment.

**Keywords:** Youth; Education; Employment; Rural settlements; Agricultural development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu – Paraná e do município pesquisado...	25
Figura 2 - Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010.....	29
Figura 3 - Cruzamento das faixas etárias definidas por Weisheimer (2009) e outras pesquisas sobre jovens no Brasil. ....	41
Figura 4 - Divisão das categorias pesquisadas quanto aos procedimentos metodológicos utilizados.....	56
Figura 5 - Meios de comunicação acessados pelos jovens em sistema de Produção Agroecológica e Convencional.....	85
Figura 6 - Participação dos jovens em sistema de Produção Agroecológica e Convencional em algum grupo.....	86
Figura 7 - Vista do Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. ....	90
Figura 8 - Intenção dos jovens quanto a ficar ou sair do campo. ....	92

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização Geral do Território Cantuquiriguaçu – Paraná.....	25
Tabela 2 – Distribuição da população rural e urbana nos anos de 2000 e 2010 no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.....	26
Tabela 3 – Tempo de residência, utilização de mão de obra e membros residentes em cada lote de famílias em sistema de produção agroecológico e convencional. ....	63
Tabela 4 – Sentimentos de satisfação e insatisfação por parte dos agricultores quanto ao sistema produtivo adotado na propriedade. ....	65
Tabela 5 - Principais atividades geradoras de renda desenvolvidas nos lotes das famílias em sistemas de produção agroecológico e convencional. ....	67
Tabela 6 – Respostas obtidas dos produtores familiares quanto aos rendimentos provenientes do trabalho na agricultura serem ou não considerados suficientes para sustentar a família. ...	69
Tabela 7 – Desejo dos pais de que os filhos permaneçam vivendo no campo. ....	70
Tabela 8 – Opinião dos pais quanto ao que consideram necessário para a permanência do jovem agricultor no campo. ....	70
Tabela 9 – Respostas obtidas dos pais quanto ao pagamento de remuneração financeira aos jovens pelo trabalho na propriedade da família. ....	71
Tabela 10 – Possibilidade de algum dos filhos assumirem a administração da propriedade. ..	72
Tabela 11 - Quais membros da família tomam as decisões importantes referentes ao lote.....	73
Tabela 12 – Nível de mecanização, trabalhos externos ao lote e desejo de permanecer no campo mesmo que os filhos migrem. ....	74
Tabela 13 – Dados percentuais (e absolutos) da distribuição etária dos 35 jovens pesquisados pertencentes às famílias em sistemas de produção agroecológica e convencional. ....	75
Tabela 14 – Distribuição quanto ao gênero dos jovens pesquisados em sistemas de produção agroecológica e convencional e a intenção destes em permanecer no campo.....	76
Tabela 15 – Total de jovens pesquisados (Agroecológicos e Convencionais) e a intenção de sair ou permanecer no campo. ....	77
Tabela 16 - O que mais chama a atenção dos jovens no meio urbano. ....	78
Tabela 17 – Nível de escolaridade dos jovens pesquisados.....	79
Tabela 18 – As decisões importantes são tomadas por quais membros das famílias. ....	87
Tabela 19 – O que os jovens entrevistados consideram necessário para que permaneçam vivendo no campo.....	89
Tabela 20 - Distribuição dos jovens pesquisados na escola do campo por idade.....	91

Tabela 21 – Jovens pesquisados por gênero e sua intenção quanto a permanecer ou sair do campo. ....	93
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEB - Câmara de Educação Básica

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Rural Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Coopaia - Cooperativa Agroecologia Ireno Alves

CFR - Casa Familiar Rural

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPR - Certificação Participativa em Rede

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB - Produto Interno Bruto.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PPGADR – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTC - Programa Território da Cidadania

PNB - Produto Nacional Bruto

SIT - Sistema de Informações Territoriais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UHT – Unidade de Trabalho Homem

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 OBJETIVOS .....	20
1.1.1 Objetivo Geral .....	20
1.1.2 Objetivos específicos .....	20
1.2 Justificativa .....	20
<b>1.3 Contexto histórico e político da região Cantuquiriguaçu e o município de Rio Bonito do Iguaçu - PR</b> .....	24
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	27
2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL NO BRASIL .....	27
2.2 OS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS LUTAS PELO ACESSO A TERRA .....	34
2.3 A CATEGORIA JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO .....	39
2.4 A AGROECOLOGIA ENQUANTO NOVO PARADIGMA PRODUTIVO PARA O CAMPO .....	45
2.5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CAMPONÊS .....	50
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	55
3.1 O universo da pesquisa .....	55
3.2 Questionário e entrevistas: Aspectos Analisados .....	58
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	60
4.1 AS FAMÍLIAS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E CONVENCIONAL .....	60
4.1.1 Caracterização .....	60
4.1.2 Diversificação produtiva .....	66
4.2 OS JOVENS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E CONVENCIONAL .....	75
4.2.1 Identidade dos jovens .....	75
4.2.2 Projetos profissionais dos jovens .....	81
4.2.3 Os meios de comunicação .....	84
4.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	90
4.3.1 A JUVENTUDE DA ESCOLA DO CAMPO .....	90
4.3.2 Caracterização dos jovens .....	90
4.3.3 A escola do campo .....	96
4.3.4 O sistema produtivo dos lotes .....	101
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108
<b>APÊNDICE I</b> .....	118
<b>APÊNDICE II</b> .....	122

<b>APÊNDICE III.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>135</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O êxodo rural tem se tornado uma problemática em diversas regiões do planeta, aumentando cada vez mais a preocupação dos governos com as ondas migratórias que vem se intensificando nos últimos anos (GIRARDI, 2008). Como consequência, além da redução no número de famílias que vivem no campo, têm-se o envelhecimento e masculinização da população rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SILVESTRO et al., 2001). No geral, apesar das características de cada região, existem dois principais fatores que influenciam neste processo, o de atração das cidades e o de expulsão do campo. O primeiro diz respeito ao mercado de trabalho urbano em expansão, já o fator de expulsão está relacionado com a redução da necessidade de trabalho humano em consequência da substituição da mão-de-obra pela mecanização agrícola (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009).

No Brasil, apesar da agricultura de base familiar ser a principal responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos pela população (DOTTO, 2011), há pouquíssima valorização deste setor. Atualmente, o país apresenta um sistema agrícola principalmente voltado ao modelo capitalista de produção, sendo alicerçado na utilização intensiva de insumos, mecanização e melhoramento genético, pressupondo maiores rendimentos das culturas (DELGADO, 2012). A agricultura baseia-se na geração de commodities e, a partir desta perspectiva, outros elementos cruciais são deixados de lado. Não se discute a produção interna, os danos ambientais ocasionados pelo modelo dominante, o esvaziamento do campo, a concentração de terra, entre outros. Estes problemas se intensificaram e tornaram-se mais visíveis a partir da Revolução Verde<sup>1</sup>, que a princípio manifestava uma proposta atraente, visando o aumento de produtividade e a grande promessa de resolução das questões sociais do campo, mas que acabou disseminando diversos problemas sociais e ambientais, mostrando-se extremamente desigual em termos de distribuição (ALTIERI, 2004; NUNES, 2016). Assim, devido ao fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento e as suas limitações, urge a necessidade de refletir sobre formas alternativas de desenvolvimento (ALTIERI, 2004).

---

<sup>1</sup>O termo Revolução Verde refere-se a uma estratégia política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar fonte de reprodução do capital nos países da América Latina (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). “A agricultura mundial passou, a partir da segunda guerra mundial, por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, conhecida como Revolução Verde. A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. A Revolução Verde permitiu um pequeno aumento da oferta *per capita* mundial de alimentos. Esse aumento ocorreu ao mesmo tempo em que a população mundial crescia, a população rural decrescia e a área agrícola se reduzia (1,91% entre 1975 e 2005)” (NUNES, 2007, p. 01).

Desse modo, partindo do pressuposto que a agricultura de base capitalista baseia-se principalmente na geração de commodities, encontra-se a agricultura de base familiar como a principal responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos pelos brasileiros (DOTTO, 2011).

No Brasil, este processo ficou conhecido como modernização conservadora, modelo que favoreceu médios e grandes produtores, que eram capazes de adquirir o pacote tecnológico completo (PIRES e RAMOS, 2009). Todo o processo, orientado por políticas públicas de crédito rural, extensão e pesquisas, visava o aumento de produtividade, sem preocupação com o meio ambiente. Dessa forma, como consequência, as desigualdades entre os produtores tornaram-se cada vez maiores, com elevada concentração de terras e renda nas mãos de poucos, sendo expulsos das propriedades os agricultores que não conseguiram se adaptar a este novo modelo de desenvolvimento, resultando em grande onda de êxodo do campo para a cidade (BALSAN, 2006). Ainda segundo este autor, neste período de mudanças na base tecnológica da agricultura (anos 60 e 70), o Brasil sofreu uma grande onda de êxodo do campo para a cidade, esvaziou-se o campo e incharam-se as cidades, além de uma elevada concentração de renda e fundiária, exploração de mão-de-obra e problemas ambientais, dentre outros.

Devido à baixa remuneração das atividades agrícolas e a carência de políticas públicas para o campo, muitos produtores rurais são atraídos aos centros urbanos pelas indústrias, pelo desejo de remuneração mensal e melhor qualidade de vida. Diante destes fatos, sobretudo a partir da década de 1970, intensificaram-se os problemas de diminuição das populações que vivem no campo e de aumento demográfico nas zonas urbanas (GIRARDI, 2008).

No Estado do Paraná não foi diferente, Priori et al. (2012) destaca:

A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo (PRIORI et al., 2012, p. 115).

A partir de toda esta discussão, percebe-se que o campo brasileiro passou por um processo de modernização desigual, onde concentrou riquezas em regiões e nas mãos de poucos produtores (LOPES, 2002). Diante de todos estes embates e lutas vivenciados pelas populações do campo, somos levados a pensar alternativas e possíveis soluções que possam contribuir para a maior qualidade de vida para estes povos. Neste sentido, a Agroecologia e a Educação do Campo são vislumbradas como meios de possibilitar às populações do campo

alguns de seus direitos que por muito tempo foram negligenciados, conforme salientado por Rossi (2015):

Durante décadas, a agricultura convencional tem negado a natureza, sendo a agroecologia, por sua vez, a afirmação da vida, por isso é a negação da negação. O mesmo se pode dizer da educação no espaço agrário, pois as elites sempre negaram o campo como um local de vida e, agora, por meio da educação do campo, essa visão é negada e, mais do que nunca, o campo é afirmado como local de saber, cultura, vida e trabalho (ROSSI, 2015, p. 172).

Desse modo, em contrapartida a esse modelo de agricultura vigente surge a Agroecologia. A qual tem por princípios a valorização dos conhecimentos tradicionais oriundos dos agricultores. No entanto, busca nutrir-se também dos conhecimentos que já foram acumulados historicamente pelos homens (GLIESSMAN, 2008). Este autor salienta ainda que, ao se defender uma agricultura sustentável e produtiva, não se pode simplesmente abandonar todas as práticas convencionais e retornar ao passado com práticas ditas tradicionais, o que se busca nesta abordagem é uma integração de conhecimentos, ou seja, que se explorem conhecimentos ecológicos modernos, ao mesmo tempo em que valoriza conhecimentos empíricos dos agricultores tradicionais (GLIESSMAN, 2008). Nesse sentido entende-se que a Agroecologia ainda está num processo de construção, sendo o elo integrador entre os diferentes conhecimentos.

Esta nova maneira de se fazer ciência tem uma forte natureza social, apóia-se na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil que buscam novas alternativas de manejo dos recursos naturais, desse modo pode-se dizer que também é sociológica (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p. 18)

Assim como a Agroecologia, que tem por princípio a valorização do conhecimento oriundo dos agricultores, a Educação do Campo busca a partir das especificidades dos povos do campo uma ressignificação das práticas pedagógicas. Isso quer dizer que a educação deve ser Do e No campo, assim sendo, que valorize as peculiaridades inerentes a este espaço (Do) sem deixar à parte os conhecimentos construídos historicamente. Sobre isto Caldart (2002, p. 18) ressalta que a educação destas populações deve ser no e do campo, “No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Para tanto, os educandos devem permanecer no campo, a fim de que a experiência educativa seja significativa e faça sentido aos mesmos, ao invés de ser apartada da

realidade destes. Isto é, a educação deve permitir a aproximação com a realidade vivida por estes sujeitos.

No entanto, percebe-se que os jovens brasileiros não estão ficando no campo, sendo um processo muito comum atualmente o êxodo rural das populações jovens do campo para os centros urbanos, processo que atinge este público com muito mais ênfase do que períodos anteriores (TROIAN, DALCIN e OLIVEIRA, 2009).

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as perspectivas de permanência do jovem no campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Verificar se o sistema de produção agrícola adotado na propriedade influencia ou não na permanência do jovem no campo;
- Verificar se a formação escolar que o jovem recebeu/recebe tem influência na sua decisão de permanecer ou abandonar o campo;
- Verificar a influência/poder de decisão do jovem sobre o processo produtivo da unidade;
- Compreender qual a influência da família sobre a decisão do jovem de permanecer ou não na propriedade;
- Verificar, a partir do recorte de gênero, se são os rapazes ou as moças que deixam em maior número o campo e, além disso, verificar qual a situação das jovens moças no processo produtivo adotado na propriedade.

## 1.2 Justificativa

Os agricultores familiares são os principais responsáveis pela manutenção da alimentação na mesa dos brasileiros. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a agricultura familiar produz 70% dos alimentos que são consumidos no país (GABOARDI JUNIOR, 2013). Assim sendo, não há como negar sua importância na segurança alimentar e nutricional da população. Além do mais, a agricultura familiar representa um papel chave na redução do êxodo rural, tendo em vista a sua capacidade de criar oportunidades de trabalho e sobrevivência pela diversificação dos sistemas produtivos, aliada a utilização dos recursos naturais (CARVALHO et al., 2009).

A partir da inegável importância deste setor na manutenção social da população, é importante que desfrutem de condições dignas de existência e continuidade no campo. Um

desafio muito grande atualmente é a permanência dos jovens e suas famílias no campo, visto todo o processo de êxodo e migração para os centros urbanos (VANTROBA, 2009).

Abramovay et al. (1998) destacam que até o final dos anos 60, a agricultura familiar poderia ser considerada uma máquina de produzir novos agricultores familiares. Mais recentemente esse padrão tem se alterado devido à reestruturação do espaço agrário, bem como pela diluição das fronteiras entre campo e cidade. Cada vez torna-se mais emblemática a reprodução social destes agricultores. Neste sentido, Carneiro (1998) salienta

A juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (CARNEIRO, 1998, p. 01).

Esta é uma temática importante abordada em muitos estudos que, dentre outros aspectos, discutem os desafios dos novos padrões sucessórios da juventude na agricultura familiar (ABRAMOVAY et al., 1998), buscam identificar como os jovens são afetados pelas mudanças e crises do mundo rural, quais são as imagens sobre os mundos rurais e urbanos no imaginário destes jovens (CARNEIRO, 1998), bem como analisam quais fatores podem influenciar a permanência dos jovens filhos de agricultores em assentamentos da Reforma Agrária (DOTTO, 2011).

Em geral, a juventude rural é relacionada ao problema da migração do campo para as cidades, entretanto, a decisão de ficar ou sair envolve diversas questões por meio das quais a categoria jovem é construída (CASTRO et al., 2009). Diferentes estudos no Brasil e pesquisas internacionais indicam que existe uma tendência de abandono dos jovens do campo sentido às cidades (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Apesar da limitação das pesquisas e políticas públicas que trazem como foco o jovem rural, a juventude luta diariamente contra a invisibilidade e processo de exclusão que historicamente é atrelado a esta categoria (SANTOS, 2009). Neste mesmo sentido, Camarano e Abramovay et al. (1998) evidenciam que o êxodo rural não está mais entre os interesses principais dos estudiosos do tema, a começar pelos demógrafos. Demonstam ainda, por meio de estatísticas, que o campo brasileiro além de persistir no esvaziamento, está envelhecendo e masculinizando.

Na literatura são encontradas algumas consequências que o êxodo do jovem do campo pode suscitar na agricultura. Assim, além dos desafios de sucessão, que influenciam diretamente na reprodução da unidade familiar, Dotto (2011) destaca que

A consequência é a chegada nas cidades de uma grande quantidade de jovens com preparo insuficiente para competir no mercado de trabalho urbano, com reflexo notado no envelhecimento dos produtores da agricultura familiar. A falta de perspectivas de sucessores para o trabalho na terra gera o que se pode chamar de gargalos da agricultura familiar, com verdadeiros “asilos rurais” (DOTTO, 2011, p. 16).

Os estudos sobre juventude rural enfatizam duas dinâmicas distintas, a saber, a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar) (KUMMER e COLOGNESE, 2013). Com relação ao êxodo destes jovens, há uma ligação muito estreita com a ausência de políticas públicas no Brasil, dificuldade e escassez de acesso aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, bem como as precárias condições destes jovens quanto a possibilidades de cultura e lazer, reduzindo cada vez mais a tendência de permanecer no campo (CARVALHO et al., 2009).

Analisando as diferenças apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o meio urbano e rural, este último apresenta três características essenciais: a dispersão com relação ao hábitat, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a fragilidade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, incluindo o acesso a ocupações não agrícolas. Segundo Wanderley (2007) este cenário afeta seriamente os jovens rurais, tal como na sua vida cotidiana, quanto no que diz respeito às suas possibilidades futuras.

A partir de um estudo de caso em um município da região oeste de Santa Catarina, Abramovay et al. (1998) discutem que a própria questão do êxodo rural, ao contrário de ser um processo irreversível, pode ser abreviada se contar com a opção pelo desenvolvimento rural. Neste mesmo sentido, Ferrari et al., (2004) destacam que é essencial uma política educacional rural, que recupere o atraso escolar destes jovens, promovendo uma nova geração de agricultores que sejam capazes de encarar os desafios futuros da agricultura.

Brumer (2007) destaca a grande importância de aprofundar o conhecimento de quais são as condições que favorecem a permanência dos jovens no campo. Segundo este autor, quando se trata da juventude rural, apesar dos diferentes aspectos que são abordados, duas questões são mais recorrentes: uma delas é a tendência emigratória dos jovens, grande parte legitimada por uma visão relativamente negativa das atividades agrícolas e dos benefícios oriundos dela, e a outra é frequentemente associada às características ou problemas existentes nas transferências dos estabelecimentos produtivos à nova geração.

O município de Rio Bonito do Iguaçu – PR é a região paranaense com maior número de assentados pela reforma agrária, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de apenas 0,629 em 2010, considerado um dos menores IDHs da região Sul do Brasil (CERICATO, 2008), estando bastante abaixo do IDH nacional de 0,755 em 2014 (PNUD, 2016). No município situam-se os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, criados após a desapropriação de um dos maiores latifúndios do Estado do Paraná, a fazenda Pinhal Ralo, formada por uma área de mais de 83 mil ha. O projeto de Assentamento (PA) Ireno Alves dos Santos conta com uma área de 16.852 ha que foram desapropriados, assentando em torno de 934 famílias. E o PA Marcos Freire com uma área de aproximadamente 10.095 ha, assentando 604 famílias (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004).

Assim, se faz necessário investigar o êxodo rural em uma região com tão elevada concentração de famílias assentadas, visando possibilitar a compreensão e busca de meios para que este deixe de agir como um processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero, onde os assentamentos realizados de um lado não compensam os desassentamentos sofridos do outro (ABRAMOVAY et al., 1998). Um dos aspectos importantes relacionados ao êxodo rural é que tanto as comunidades rurais tradicionais quanto os assentamentos da reforma agrária, enfrentam hoje um desinteresse crescente por parte dos jovens em permanecer na agricultura (DOTTO, 2011).

Em levantamento bibliográfico realizado, constatou-se a inexistência de pesquisas direcionadas para a juventude do campo no município de Rio Bonito do Iguaçu, especialmente com relação ao êxodo ou permanência destes no meio rural. Desta forma, apresenta-se como uma ampla área para investigações e discussões, visto a grande importância destes jovens para o futuro das pequenas unidades produtivas no campo da região.

Adicionalmente, a escolha deste tema de estudo também tem relação com a área de formação da pesquisadora, a qual é graduada em um curso relativamente novo, intitulado Interdisciplinar em Educação do Campo/Licenciatura (Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias), que visa formar profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico, bem como docentes qualificados para atuar na docência, prioritariamente em escolas do campo. Em sua experiência profissional, na qual foi educadora em uma Casa Familiar Rural (CFR) em Rio Bonito do Iguaçu, ficou claro o número diminuto de jovens que ainda residem nas áreas rurais daquele



município, resultando na incerteza sobre qual será o destino dos profissionais formados para o viés de atuação na Educação do Campo.

Assim, toda esta problemática e as características essencialmente rurais do município Rio Bonito do Iguaçu suscitaram as indagações: por que os jovens estão abandonando suas propriedades? Existe ainda alguma perspectiva de permanência no meio rural por parte desta categoria? A Agroecologia e a Educação do Campo podem influenciar ou não na permanência dos jovens na agricultura?

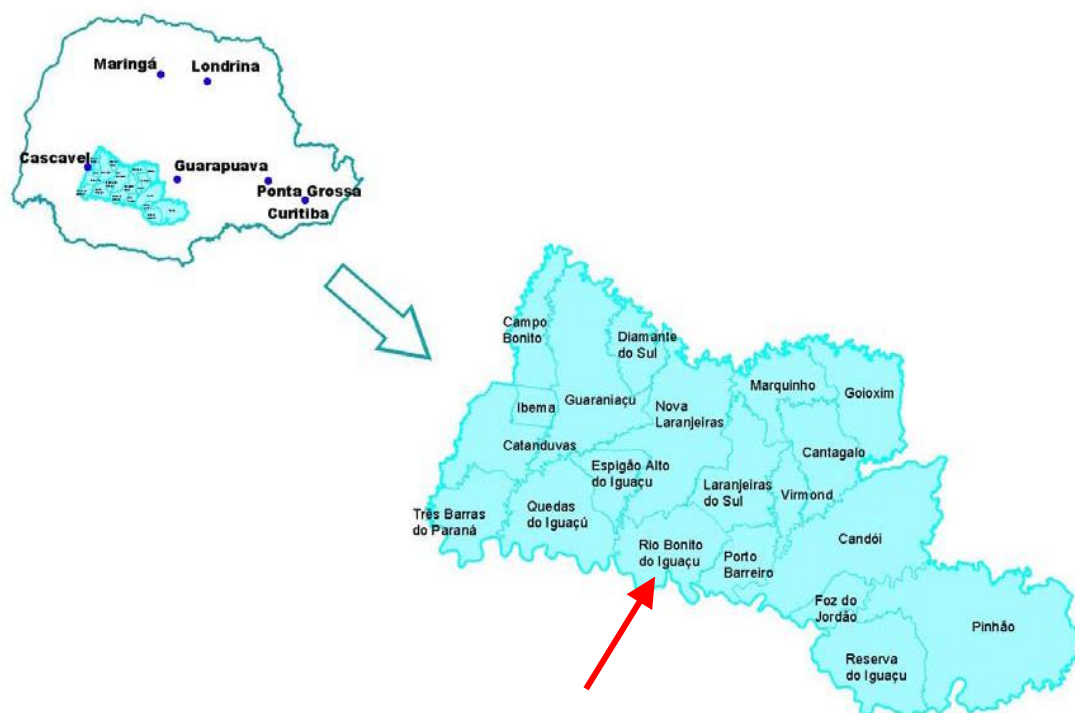
### **1.3 Contexto histórico e político da região Cantuquiriguaçu e o município de Rio Bonito do Iguaçu - PR**

O município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná, no qual serão coletados os dados de campo do presente estudo, está localizado no Território Cantuquiriguaçu (Figura 1). Trata-se de um dos quatro Territórios da Cidadania<sup>2</sup> do estado do Paraná que, localizado no Terceiro Planalto Paranaense, abrange uma área aproximada de 13.947,73 km<sup>2</sup> (Tabela 01), correspondendo a cerca de 7% do território estadual (CONDETEC, 2011). É composto por 20 municípios, a saber, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (IPARDES, 2007).

---

<sup>2</sup> O Programa Território da Cidadania (PTC) foi instituindo em 2008 por meio de decreto da presidência da República (Decreto Federal de 25/02/08). Sua criação está associada a um processo de reprogramação das políticas públicas da agenda governamental da reeleição do presidente Lula. Este programa faz parte da chamada agenda social, que tem por objetivo principal superar a pobreza, além de reduzir as desigualdades sociais no meio rural, até mesmo as de gênero, raça e etnia, por intermédio de mecanismos de desenvolvimento rural sustentável (CAVALCANTI, WANDERLEY e NIERDELI, 2014).

**Figura 1** - Localização do Território Cantuquiriguaçu – Paraná e do município pesquisado.



**Fonte:** Adaptado de IPARDES, 2007.

**Tabela 1** - Caracterização Geral do Território Cantuquiriguaçu – Paraná.

<b>Território Cantuquiriguaçu – PR</b>	
Nº de municípios	20
Área	13. 986, 400 Km <sup>2</sup>
População total	232.519 habitantes
População urbana	125.060 habitantes (53.78%)
População rural	107.459 habitantes (46.22%)
Nº de famílias assentadas	4.264
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	21.184
Nº de pessoas trabalhando na agricultura familiar	60.433

**Fonte:** Adaptado de Sistema de Informações Territoriais, 2018 (<http://sit.mda.gov.br>).

Este Território é marcado por acentuada desigualdade social, visto principalmente pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desta área. Não é diferente a situação do município de Rio Bonito do Iguaçu, que segundo dados do IparDES (2016) apresentou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,629 em 2010, considerado baixo se comparado com o IDH nacional que em 2014 chegou a 0,755 segundo informações do (PNUD, 2016).

O município de Rio Bonito do Iguaçu está localizado no Estado do Paraná, região Centro-Sul Paranaense. Faz divisa com os seguintes municípios: Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro, Saudade do Iguaçu, Sulina, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras (IPARDES, 2016). Teve sua emancipação político-administrativa ocorrida no dia 19 de março de 1992. O município foi criado através da Lei Estadual nº 9916, de 20 de março de 1992, sendo desmembrado do município de Laranjeiras do Sul.

Rio Bonito do Iguaçu conta com uma população atual estimada em 13.545 habitantes, dos quais 24,52% são urbanos e 75,47% rurais (IPARDES, 2016). Vale destacar que o município em seu processo de gênese apresenta um contexto político e social bem significativo, conta com dois grandes assentamentos, o Marcos Freire e o Ireneo Alves dos Santos, construídos a partir do maior acampamento de trabalhadores Rurais da América Latina, após a ocupação da maior propriedade rural da região Sul do País nos anos 90. Assim, torna-se a cidade paranaense com maior número de assentados pela reforma agrária (CERICATO, 2008). Verifica-se que do ano 2000 até o ano de 2010 a população rural sofreu decréscimo, enquanto no mesmo período a população urbana aumentou (Tabela 02).

**Tabela 2** – Distribuição da população rural e urbana nos anos de 2000 e 2010 no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.

Município	População rural		População urbana	
	2000	2010	2000	2010
Rio Bonito do Iguaçu	11.913 (86%)	10.339 (76%)	1.878 (14%)	3.322 (24%)

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2016.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL NO BRASIL

No Brasil e no mundo predomina no geral o modelo produtivo tecnológico, que também ficou conhecido como Revolução Verde, proporcionou ganhos produtivos significativos na agricultura, com a incorporação de novos insumos e processos produtivos (CHRISTOFFOLI e SANTOS, 2014). Baseado na produção intensiva, altamente tecnificada e voltada primordialmente para o mercado externo, este modelo produtivo passa a ganhar força e visibilidade a partir da Segunda Guerra Mundial, disseminando-se inicialmente pela Europa e América do Norte, mais tarde chegando a outros continentes.

Assim, a partir do processo de implantação da modernização da agricultura o campo passa por mudanças radicais no processo de produção e nas relações sociais, passando a agricultura, a uma integração técnica com a indústria (DELGADO, 2012). Neste mesmo sentido, Priori et al. (2012, p. 120) destacam que nesse período “a agricultura brasileira ficou a reboque da indústria”.

Segundo Martine (1990) o instrumento basilar no processo de modernização do campo foi o crédito agrícola subsidiado, desse modo:

Maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia, e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos (MARTINE, 1990, p. 10) .

Além de seletivo, como visto anteriormente, este novo modelo produtivo eliminou muita mão-de-obra do campo devido à introdução da motomecanização (BALSAN, 2006). De acordo com Martine (1990) este processo provocou um intenso êxodo rural de aproximadamente 30 milhões de pessoas entre os anos de 1960 e 1980, além de um elevado assalariamento da força de trabalho agrícola, levando muitas destas famílias a residir nas cidades.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), este modelo produtivo provoca maior êxodo rural, e destacam que:

Uma parte dessa redução da população rural deve-se à demanda de mão-de-obra dos setores urbanos, industrial e de serviços, destinação esta, inexorável, de parcela dos camponeses; entretanto, o contingente mais expressivo foi expulso do campo pela “modernização conservadora” “da revolução verde”, que gerou uma enorme concentração de renda e de patrimônio: 5% dos mais ricos, detêm 95% da riqueza. A par dessa consequência, os migrantes vão para as cidades sem qualquer preparo profissional, sem moradia, sem educação, sem sistema de saúde, sem escola (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 61).

O novo paradigma produtivo que nasceu com a Revolução Verde, a princípio buscava acabar com a fome no mundo, procurava mostrar a todos, que a calamidade da fome e da desnutrição desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria garantido com o emprego maciço de insumos químicos (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2000). Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2015) o número de famintos no mundo decaiu para 795 milhões em 2015, apesar da queda, o dado é alarmante frente à grande quantidade de alimento que é produzida.

Os ambientes foram modificados, os monocultivos instaurados, os pequenos agricultores expulsos, os danos ambientais evidentes e a fome persistindo em meio às riquezas. Neste sentido, Machado e Machado Filho (2014), salientam que:

Assim, as consequências sociais, econômicas, ambientais, políticas e éticas que estamos vivendo, a insegurança alimentar, são, no mínimo, perversas, além de desastrosas. Há que agregar a insegurança social e o aumento da criminalidade e da marginalidade, ambas incrementadas pelo êxodo rural (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 57-58).

Logo, os poucos processos de redistribuição de terras que foram estabelecidos, caracterizaram-se pela resistência e infundável luta pela terra. Nesse sentido, Delgado (2012) aponta que a modernização conservadora da agricultura surgiu com a derrota do movimento pela reforma agrária. No entanto, as poucas áreas que foram reformadas no Brasil, no geral, seguem a lógica das grandes propriedades, pois já não produzem de forma diversificada, sendo que os monocultivos representam o sistema principal das unidades produtivas e, dependem muito mais do mercado externo que antes.

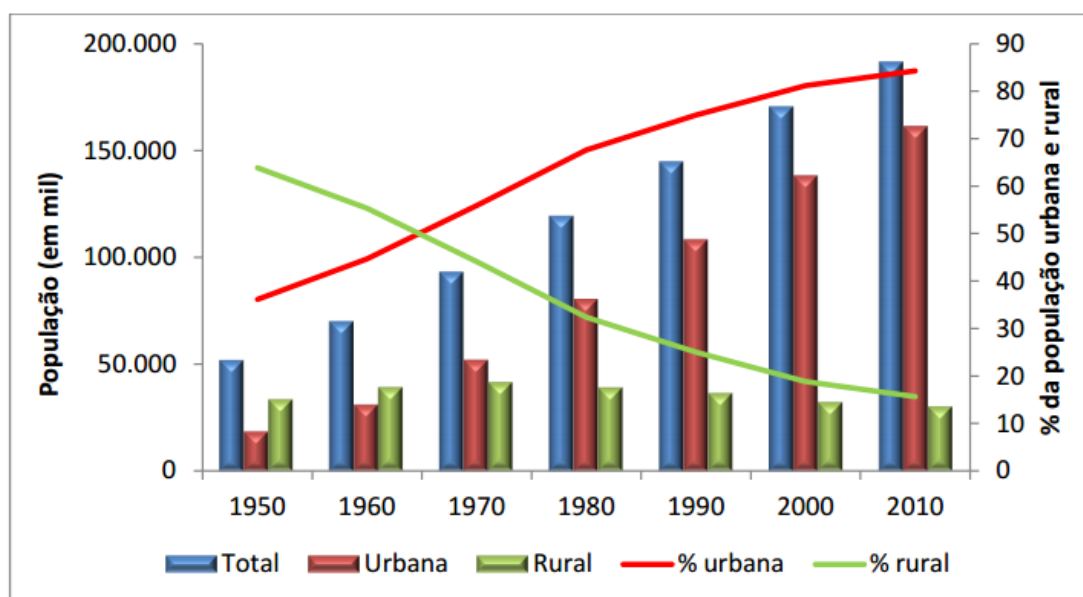
Comumente se sabe, não só entre os especialistas, mas de maneira geral, que entre os anos de 1960 e 1980, o êxodo rural no Brasil alcançou em torno de 27 milhões de pessoas<sup>3</sup> (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Ainda segundo estes autores, poucos países passaram por movimentos migratórios de tal intensidade em curto período de tempo.

---

<sup>3</sup> Coincide exatamente com o período de implantação da modernização da agricultura brasileira (BALSAN, 2006).

Atualmente, no Brasil, as populações que vivem no campo e na cidade apresentam-se numericamente desproporcionais, com uma porção muito maior vivendo na zona urbana (Figura 2). No entanto, nem sempre foi assim, o Brasil já passou por situação inversa, como nas décadas 1950-60, quando a população rural era maior que a urbana (ALVES e CAVENAGHI, 2012). Segundo Zago (2016) os movimentos migratórios atuais se dão principalmente entre a população mais jovem e feminina se comparada com anteriormente. Durante o ano 2000, de um total de aproximadamente 34 milhões de jovens entre 14 e 24 anos de idade no Brasil, apenas 18% vivia no meio rural (WEISHEIMER, 2005). Ainda segundo este mesmo autor, as ondas migratórias respondem pelo esvaziamento e a masculinização da população que permanece.

**Figura 2** - Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010.



**Fonte:** Alves e Cavenaghi (2012, p. 06).

Transcorrido todo este período de esvaziamento do campo, hoje convivemos com uma população rural reduzida a menos 20% da população brasileira, tendência também de outros países (ZAGO, 2016). Assim, corrobora Vantropa (2009, p. 9-10) afirmando que “o Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente camponês, num país majoritariamente urbano”.

Todas estas mudanças sofridas pelo meio rural brasileiro, em grande parte são decorrentes da política de modernização capitalista da agricultura que favoreceram os grandes

proprietários em detrimento dos pequenos (ZAGO, 2016). Neste mesmo sentido Graziano Neto (1985, p. 27) destaca que “[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

Dentre outras transformações, em termos demográficos, presenciou-se no país a intensificação de movimentos migratório do campo para as cidades, a redução da natalidade, o envelhecimento e a masculinização da população que ainda permanece no campo (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Mesmo diante de todas estas questões, não se pode negar que a modernização do campo contribuiu amplamente para os aumentos de produtividade no país, integrando algumas regiões a economia nacional, além de aumentar significativamente a exportação de produtos agrícolas (TEIXEIRA, 2005). Apesar disso, Machado e Machado Filho (2014) destacam:

É inquestionável, também, que deixou em seu rastro a miséria no campo, foi responsável pela expulsão dos pequenos agricultores, pelo aumento da marginalidade e da criminalidade, pela destruição da biodiversidade, pela agressão e contaminação ambiental, pela concentração da terra e do capital, pelas mazelas que estamos vivendo nas agriculturas – animal e vegetal – em todo o mundo (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 189).

É interessante destacar, a partir dos estudos de Melo (2011), que fez um levantamento da modernização da agricultura paranaense, salientando que não podemos culpar apenas a modernização da agricultura pela transferência da população do campo para a cidade. Sendo que, segundo ele, a substituição do café por outras culturas, como a soja e o trigo, por exemplo, culturas que contavam com alto grau de mecanização, foram responsáveis pela liberação da utilização de uma grande quantidade de mão de obra. A transição da base produtiva, que atrelada a ela trouxe a motomecanização, também contribuíram nestas ondas migratórias.

Entretanto, vários são os agravantes para tais movimentos migratórios. O campo brasileiro padece por falta de oportunidades de emprego para sua população, políticas de valorização deste espaço são quase inexistentes. Por outro lado, as cidades exercendo forte poder atrativo sobre a população rural (FRANCISCO, 2017). Neste sentido o êxodo rural brasileiro, é ocasionado a partir da integração de vários elementos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais que afetam a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos (SANTOS, SILVA e OLIVEIRA, 2009).

Oliveira e Schneider (2009) ao tratarem da redução da população do campo, atribuem esta condição a dois fatores principais, os fatores de atração das cidades e fatores de expulsão do campo. Nesta mesma perspectiva, Ribemboim e Moreira (2008, p. 02), destacam ao tratarem do fenômeno migratório que, “na realidade, as forças motrizes da migração podem ser tanto de origem “expulsionistas”, quanto de origem “atrativistas”. A visão de meio urbano geralmente é uma visão mais positiva, ao passo que as representações do meio rural são voltadas mais para as incertezas e as características negativas deste ambiente, principalmente pela falta de perspectivas de trabalho e opção de futuro (BIASUS e BRANCO, 2013).

Conforme Camarano e Abramovay (1999), o processo de esvaziamento da população das zonas rurais pode ser respondido pelos movimentos migratórios, uma vez que as pessoas deixam o meio rural em busca de uma melhor condição de vida. A busca de melhores condições de vida está entre o ideal dos migrantes. Assim, Fonseca (2015) ressalta que a carência de investimentos no espaço agrícola faz com que a maior parte dos agricultores desanime diante dos numerosos problemas que devem enfrentar sem obter ajuda do governo. Ainda segundo Fonseca (2015), a falta de incentivos financeiros por parte das organizações governamentais para os pequenos agricultores, figura entre os principais colaboradores do êxodo rural.

Quando tratamos dos principais motivos das migrações, Martins (2001) aponta que o fator econômico está entre o motivo que gera maior número de migrações no mundo todo, no momento em que as pessoas saem à procura de seu sustento e sua melhoria de vida. É evidente que o ser humano a partir de uma dificuldade ou necessidade em um determinado lugar, busque em outras áreas uma possível solução para tal situação. Raramente vamos conseguir resumir os condicionantes do êxodo a um fator simples, mas a um conjunto de fatores que reunidos contribuem para tal processo.

Se analisarmos o Estado do Paraná quanto às mudanças na base produtiva, podemos afirmar que não foi diferente do restante do Brasil, o processo de modernização da agricultura neste estado ocorreu entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970 (PRIORI et al., 2012). Até mesmo no Estado, o processo de modernização agrícola não foi homogêneo, sendo os efeitos desse processo sentidos de forma mais intensa nas regiões Norte e Oeste do Estado (PRIORI et al., 2012).

Além das mudanças na base produtiva, também vale ressaltar a responsabilidade da inserção das tecnologias no processo de êxodo rural no Estado do Paraná, principalmente da motomecanização, como destaca Priori:



Em termos sociais, o aumento do número e utilização de tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades. Houve nesse momento uma intensificação do êxodo rural, com uma população excluída se direcionando para cidades de maior porte na região, para São Paulo, para a região metropolitana de Curitiba, além das regiões de fronteira (PRIORI et al., 2012, p. 123).

Apesar de o êxodo rural ter diminuído consideravelmente nas últimas décadas<sup>4</sup>, o espaço rural demanda um olhar mais atencioso dos gestores públicos. Por este motivo Stropasolas (2005) aponta para a necessidade de se ampliar os direitos de cidadania para as populações dos espaços rurais, privilegiando principalmente os grupos sociais mais lesados – as mulheres e os jovens. Assim, políticas públicas precisam ser pensadas com o objetivo de amenizar este tipo de problema, possibilitando subsídios para os pequenos produtores, prevenindo assim a emigração desta população para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Os migrantes na maioria das vezes tomam a decisão de partir motivados pela sua situação precária e falta de condições, como frisado anteriormente. Nesse sentido, pode-se afirmar que suas liberdades substantivas<sup>5</sup> não estão sendo usufruídas. Segundo Sen (2000) as pessoas devem gozar de suas liberdades substantivas para que ocorra o desenvolvimento, neste mesmo sentido salienta que o desenvolvimento está atrelado a eliminação das privações de liberdade, “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

Sen (2000) considera que as liberdades não são apenas os fins do desenvolvimento, mas os meios principais e que estas, por sua vez estão inter-relacionadas, de forma que o cumprimento de uma liberdade assegura o estar mais próximo da outra, ou seja, elas podem atuar complementando-se mutuamente, destaca também, que as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral. Nesta perspectiva, Sen destaca que:

Essas liberdades substantivas (ou seja, a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. Sua relevância para o desenvolvimento não tem de ser estabelecida a posteriori, com base em sua

---

<sup>4</sup> Observa-se uma redução na mobilidade espacial da população. Entre 1995/2000, movimentaram-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, já no período 2005/2010, observaram-se 26,3 migrantes para cada mil habitantes (IBGE, 2012).

<sup>5</sup> Ver Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Kumar Sen (2000).

contribuição indireta para o crescimento do PNB ou promoção da industrialização. O fato é que essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente pra o progresso econômico (SEN, 2000, p. 19-20).

Nesse sentido, e a partir de toda esta problemática do esvaziamento do campo, cabe pensar estratégias que corroborem com a ampliação da qualidade de vida dos povos do campo. Assim, refletir sobre o desenvolvimento rural é essencial para que se alcancem tal objetivo. Desse modo, o desenvolvimento poderia ser compreendido segundo Veiga (2001) como a expansão das possibilidades de escolha de mercadorias e serviços fundamentais e a manutenção e bem estar dos indivíduos.

O que se entende por desenvolvimento, mais especificamente o rural, está muito além do desenvolvimento agrícola. Muito menos podendo ser visto apenas como acumulação de riquezas ou crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB (SEN, 2000). Com uma visão mais ampla, Kageyama (2004) utiliza uma definição multidimensional do desenvolvimento rural, visto como um processo que abrange a dimensão social, demográfica, econômica, político institucional, ambiental e cultural.

## 2.2 OS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS LUTAS PELO ACESSO A TERRA

No Brasil já se teve notícias de diversos movimentos de luta pela terra, por exemplo, a Revolta de Canudos na Bahia, o Contestado na região sul do país e as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco (CERICATO, 2008). Somente a partir do final da década de 1970 que os movimentos sociais de luta pela terra começam a se reestruturar, retomando a preocupação com a reforma agrária no período de redemocratização a partir de 1980 (SILVA, 2015).

Recentemente um movimento que ganha maior visibilidade é o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>6</sup>, que passa a ganhar destaque na década de 1990. O MST, movimento camponês nacional, se apresenta com três objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2010, p. 9).

O MST é produto de uma evolução histórica de disputas e resistências do campesinato brasileiro na pretensão de mudanças da estrutura existente no país, que permanece desde a colonização, com concentração de riqueza, terras, latifúndios, etc. (CARVALHO, 2005). Segundo Soto e Muszinski (2008), o MST passa de um movimento social exclusivamente agrário para um movimento político nacional, na luta em combate as desigualdades sociais dos brasileiros. A partir dessa conjuntura histórica, “o MST foi se constituindo enquanto um movimento nacional promovendo ocupações de terras improdutivas e lutando pela reforma agrária” (SILVA, 2015, p. 66)

Nesse sentido, o MST é um movimento com o intuito principal de organizar grupos camponeses para se unir na luta pela terra e pela reforma agrária (MST, 1998). Para Fernandes (2008) reforma agrária nada mais é que uma política territorial que auxilia para minimizar a questão agrária. Sendo a questão agrária concebida como um problema estrutural do capitalismo (FERNANDES, 2001).

Apesar de as lutas e disputas pelo acesso a terra não datarem de tão recentemente, ainda encontra-se uma elevada concentração de terras no Brasil, estimando-se, segundo dados do MST, que 2% da população detém quase metade das terras brasileiras (MST, 1995). Desse modo, a concentração de terras é um dos reflexos da formação da propriedade privada no Brasil, refletindo na situação atual em que se encontra a estrutura fundiária brasileira.

---

<sup>6</sup> “Oficialmente, o MST tem 24 anos porque o Movimento definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos 1978 a 1983, o MST está completando 30 anos em 2008 (Fernandes, 2000)” (FERNANDES, 2008, p. 75).

Hoffmann e Ney (2010, p. 16) compreendem que “uma desigualdade fundiária elevada é caracterizada pelo fato de haver uma grande proporção da área total ocupada por uma pequena proporção dos estabelecimentos”. Para se ter uma ideia do que estamos falando, Hoffmann e Ney (2010) colocam em números tal desigualdade, aonde:

Os percentuais das que têm menos de 10 ha e das com mais de 100 ha são, respectivamente, de 36,9% e 13,3%, em 1975, 36,6% e 13,8%, em 1980, 38,2% e 13,4%, em 1985, 38,7% e 13,4%, em 1995/1996 e de 45,3% e 11,0%, em 2006 (HOFFMANN e NEY, 2010, p. 17).

Nota-se que a concentração fundiária só tem aumentado, e que, segundo estes dados que foram retirados do censo Agropecuário de 1975 a 2006, percebe-se que no ano de 2006 esta diferença foi maior ainda. Diante deste cenário de grandes desigualdades sociais, e da insatisfação dos movimentos populares que lutam pela igualdade de condições, o Estado passa a se tornar o principal mecanismo na tentativa de conter organizações de trabalhadores rurais e diminuir os conflitos de terra (SANTOS, 2009).

No Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a instituição responsável pelas políticas de reforma agrária no Brasil. Dentre as finalidades do INCRA encontra-se a reforma agrária e o estabelecimento dos assentamentos rurais. No seu perfil institucional compreende que a:

Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2010).

A consolidação dos assentamentos rurais não representa somente a conquista dos trabalhadores pelo direito a terra, bem como um espaço que poderá garantir a reprodução social e a segurança das famílias (AQUINO, 1997). Neste sentido, Dotto (2011, p. 22), destaca que “os assentamentos rurais são novos espaços de vida e trabalho, de sociabilidade e reprodução familiar, e de produção e geração de renda, agora através da propriedade agrícola”. Da mesma forma, como destaca Santos (2009, p. 33) “que a conquista da terra não significa o acesso a uma infra-estrutura social e produtiva, mas a uma nova luta por condições dignas de viver e de reproduzir materialmente sua sobrevivência”.

Deste modo, os assentamentos de um modo geral encontram-se numa situação de abandono, pois o Estado garante apenas a conquista da terra, enquanto que os outros aspectos

essenciais para a reprodução social não são assegurados. Todavia, a política do MST não prioriza apenas o direito de posse da terra, configurando também uma preocupação sobre as condições de produção e comercialização de seus produtos (SILVA, 2015). Desse modo, o autor destaca que “trata-se de garantir as pessoas que conseguem a terra não somente um pedaço de chão, mais de reconhecer estas pessoas enquanto sujeitos históricos inseridos dentro do processo de produção capitalista, que dependem de saúde, educação e cultura” (SILVA, 2015, p. 66-67).

Discutir sobre os assentamentos rurais no Brasil é reportar-se a uma história de disputas no campo brasileiro, no entanto nem todos os assentamentos surgiram através de embates (SILVA e MOREIRA, 2010). Vale destacar que os assentamentos rurais ocorrem no contexto em que cada vez mais trabalhadores rurais são expulsos de suas terras, dando origem a contingentes de trabalhadores sem terra, que se orientam no sentido de reivindicarem o direito de voltar a suas terras (SILVA e MOREIRA, 2010).

Sendo assim, faz-se necessário entender algumas definições do que sejam os assentamentos rurais. Para Bergamasco e Norder (1996) estes espaços podem ser definidos como novas unidades onde se dará a produção agrícola, com o auxílio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, tendo em conta o benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, ainda destacam com relação aos assentamentos que, “como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária” (1996, p. 07).

Coca e Fernandes (2009) ao tratarem sobre os territórios dos assentamentos rurais caracterizam como espaços onde são tomadas medidas destinadas à reprodução do modo de vida e produção das famílias camponesas. Neste mesmo sentido, destacam que “o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital” (COCA e FERNANDES, 2009, p. 08).

Os assentamentos rurais representam espaços importantes de afirmação do modo de vida de pequenos agricultores. Todavia, estes espaços enfrentam hoje certas complicações com relação a sua manutenção (DOTTO, 2011). Assim, a continuidade destes espaços enfrenta o problema da sucessão hereditária pelos jovens (WEDIG, WIZNIEWSKI e RAMBO, 2007).

De acordo com Abramovay (2005), a continuação da agricultura familiar está sendo prejudicada em razão do elevado abandono dos jovens do campo, especialmente as mulheres,

provocando a masculinização destes espaços. Os jovens representam papel importante na sustentabilidade dos assentamentos (DOTTO, 2011), sendo assim, torna-se necessário observar a categoria jovem para tentar levantar quais as demandas deles frente ao mundo rural, visto sua importância no modo de reprodução da agricultura camponesa (WEDIG, WIZNIEWSKI e RAMBO, 2007).

No tocante a isso, Facioni e Pereira (2015) destacam a relevância de estudos a esse respeito, onde:

A importância de se analisar a sucessão em assentamentos rurais reside no fato de que a continuidade ou não dos filhos no campo pode modificar as estruturas locais de produção e organização das atividades produtivas, já que o futuro do empreendimento rural depende desses jovens (FACIONI e PEREIRA, 2015, p. 120).

A sucessão é um dos períodos cruciais para a manutenção das famílias assentadas. Ainda, as circunstâncias para a efetivação da reprodução social destes sujeitos estão inseridas no âmbito da reforma agrária, além de que, conforme o INCRA, um dos objetivos das políticas de assentamentos não se reduz apenas a partilha de terras, mas a viabilidade da permanência do assentado no campo (CORDEIRO, 2009).

Ao investigar notadamente a juventude rural assentada, Malagodi e Marques (2007) apontam que ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias e pelos significados que estas concedem aos jovens, na elaboração de seus projetos de vida. O estudo realizado por estes autores baseou-se na análise das principais estratégias de reprodução social de jovens assentados, para isto foram examinadas as trajetórias de vida. Assim, os pontos positivos apontados pelos jovens sobre a vida no assentamento referem-se à situação de moradia e a possibilidade de estudar, já os pontos negativos são as dificuldades de lazer e renda, além da carência de políticas públicas para a viabilização dos assentamentos (MALAGODI e MARQUES, 2007).

Esses aspectos negativos que foram inventariados pelos jovens aparecem como ingrediente motivador decisivo para as saídas, especialmente quando vividas em conjunto por todo o grupo familiar. Neste sentido, quando analisado as estratégias de reprodução de parte dos integrantes do núcleo familiar, Garcia Jr. Conclui que: “em outras palavras, por paradoxal que pareça, faz parte da estratégia de reprodução da família camponesa enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não camponesa” (GARCIA JR., 1975, p. 21).

É interessante destacar que os jovens de áreas de assentamentos são moldados a partir de experiências diferentes dos jovens não assentados, não deixam de ser jovens, mas são

formados por muitas dúvidas e anseios, que são construídas através dos modos de vida das suas famílias. Nesta perspectiva, Campos (2014) ressalta que os jovens envolvidos em disputas por terra, e que encontram-se em espaços de assentamentos despertam a convivência social, cultural, política, sentimental e pessoal desde a tenra idade, passando a ser um requisito necessário para a sua incorporação na dinâmica da vida de assentamento.

Saindo do âmbito nacional e dirigindo-se para a experiência do Estado do Paraná, verifica-se que este Estado vivenciou diversos conflitos de lutas pela terra<sup>7</sup>. Talvez seja um dos motivos do surgimento e formação do MST enquanto movimento de luta pela terra neste Estado. É no seio destas lutas que o Paraná permitiu a formação de um dos maiores acampamentos da América Latina, hoje os efetivos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire (SILVA, 2015). Assentamentos que estão localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, representam o nosso campo de pesquisa.

Em vista disso, a questão agrária no Brasil é um processo que ainda gera muitos debates, polêmicas e principalmente conflitos. Visto que não se mostra interessante para a classe que mais detém a posse das terras neste país, esta que estabelece vínculo com àqueles que tomam as rédeas do poder estatal. Tendo em conta toda esta problemática, principalmente com relação ao fato de a Reforma Agrária não estar na pauta dos planos de governo, tem-se outra categoria no interior desta, que também salta aos olhos pelo processo de invisibilização e carências de políticas públicas específicas, a juventude rural assentada.

---

<sup>7</sup> “Dentre os conflitos ocorridos no estado paranaense pelo direito a posse da terra, podemos citar a Guerra do Contestado, a Guerra de Porecatu e a Revolta dos Posseiros, dentre tantas outras ocupações realizadas pelos movimentos sociais que atuam no Paraná” (SILVA, 2015).

### 2.3 A CATEGORIA JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Não há uma uniformidade internacional que defina a categoria jovem a partir de uma faixa etária. Neste sentido, Abramovay et al. (1998) colocam que não existe uma delimitação universalmente aceita para os limites de idade em que se situa a juventude. Nas diferentes partes do mundo há inúmeras variações quanto à faixa etária desta categoria, bem como, os diversos órgãos nacionais e internacionais também apresentam definições próprias quanto a este grupo.

Assim, no Quênia o universo jovem inicia-se a partir dos 8 anos de idade, em Botswana, o período vai de 10 a 22 anos, na Colômbia situa-se entre 16 e 28 anos (ABRAMOVAY et al., 1998). No Brasil, de acordo com a Lei no 12.852/2013 que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013).

Porém, na sociedade moderna este período pode alongar-se, podendo tolerar espaços de tempo e compassos bastante diferentes de acordo com os contextos e trajetórias sociais de cada indivíduo (LÉON, 2005). Inclusive, o autor destaca que este período pode se ampliar para baixo ou para cima, sendo capaz de avançar entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos. Desse modo, Abramovay et al. (1998) salientam que segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) quando se trata de jovem rural a idade pode avançar até 29 anos.

E quando os jovens são do meio rural as categorias de análise ficam mais complexas ainda, pois são afetados diretamente pelas dinâmicas de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Sendo considerados como “juventude rural, jovem rural, jovem agricultor, camponês” (CASTRO, 2005, p. 01). Weisheimer (2005) realizou uma investigação quanto a trabalhos publicados sobre o jovem no meio rural durante os anos de 1990 a 2004. Identificando uma limitada produção acadêmica sobre o tema, complementando que a “migração e a invisibilidade” são assuntos mais ponderados nos estudos. Assim com Weisheimer (2005), Castro (2009, p. 182) destaca que a juventude rural no Brasil é frequentemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”.

O estabelecimento desta categoria em movimentos sociais e organizações da juventude em geral indicam um processo de constituição de um ator político. Sendo isto ainda muito recente e, considerando a construção deste ator político, Castro (2005, p. 14) destaca que a “Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude”.



Por ser uma categoria recente nas pesquisas, se encontra muita dificuldade quanto a possíveis definições sobre a mesma, no entanto, Kummer e Colognese (2013) compreendem o jovem rural como aquele que não apenas vive no meio rural, mas que participa e vivencia da unidade produtiva de natureza familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. Como também, é o sujeito que se conecta com um modo de ser específico, atrelado a uma realidade em que a vida e o mundo do trabalho se incorporam e se confundem. Assim, quando se refere ao jovem do campo, León (2005) enfatiza:

Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os sectores e todas as épocas [...] (LÉON, 2005, p. 13).

Assim, Kummer e Colognese (2013) realçam que fica um pouco difícil definir pontualmente o início e término da juventude. Nesse sentido, destacam:

Estabelecer, portanto, uma baliza cronológica torna-se complexo na medida em que os seres humanos não seguem um mesmo desenvolvimento cognitivo, social ou cultural, muito menos têm uma idade específica para assumirem “compromissos” sociais tidos como adultos (KUMMER e COLOGNESE, 2013, p. 205).

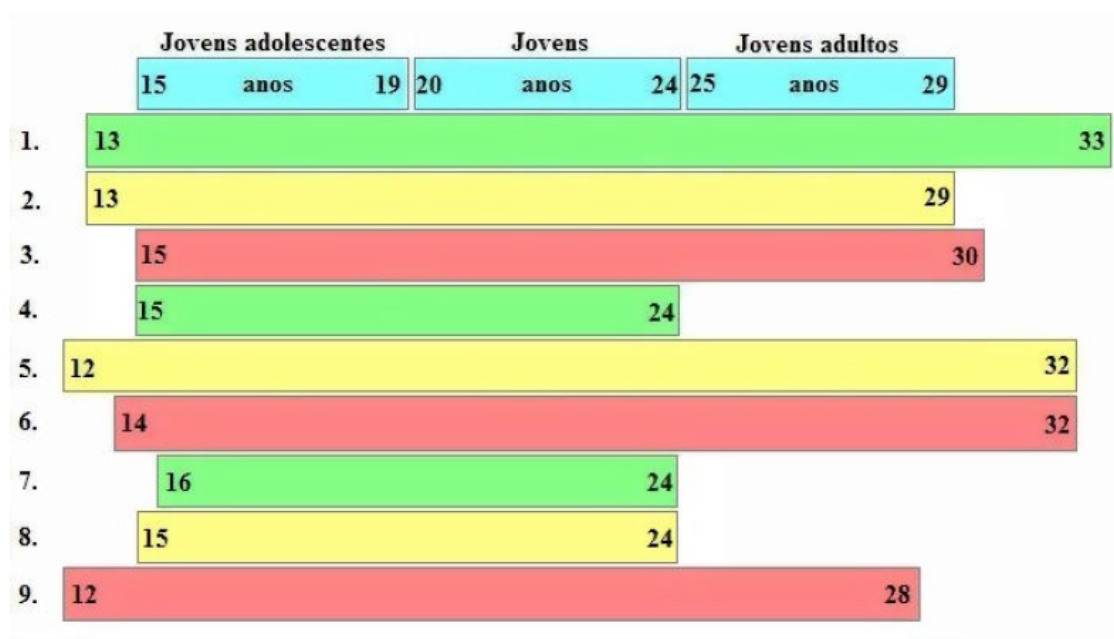
Muito confusos nas reflexões científicas, os vocábulos jovens e juventude não podem ser reduzidos apenas a palavras que conceituam (CASTRO, 2005; GAVIRIA e MENASHE, 2006). Para Wanderley (2007) a juventude pode equivaler a um período no ciclo de vida, pontuado pela transição entre a infância e a vida adulta. Destaca que o limite desta etapa da vida é geralmente impreciso, podendo referir-se ao término dos estudos, e início da vida profissional, ocasionando a partida da casa dos pais ou a constituição de um novo núcleo familiar, ou, segundo a autora, constituir-se de apenas uma faixa etária.

Outros autores também enquadram esta faixa etária como uma categoria em fase de transição da vida infantil para a adulta (DALCIN e TROIAN, 2009; GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2005). Assim como Wanderley (2007), Weisheimer (2005) destaca que as categorias jovens e juventude também podem ser definidas como um simples recorte etário. Neste mesmo sentido, Castro (2009, p. 185) aponta, assim como os autores acima citados a “juventude como um período de transição para a vida adulta”.

Para demonstrar que há uma enorme dificuldade em se adotar um critério exclusivo para a delimitação desta categoria. Dotto (2011) elencou as três faixas etárias do que se

entende ser o período de transição dessa categoria social definido por Weisheimer (2009), que são: os “jovens adolescentes”, os “jovens” e os “jovens adultos” e cruzou com diferentes pesquisas sobre os jovens no Brasil (Figura 3).

**Figura 3** - Cruzamento das faixas etárias definidas por Weisheimer (2009) e outras pesquisas sobre jovens no Brasil.



Legenda: (1.) ABRAMOVAY *et al.*, 1998; (2.) SILVESTRO *et al.*, 2001; (3.) FERRARI *et al.*, 2004; (4.) PEREIRA, 2004; (5.) CASTRO, 2005; (6.) GAVIRIA e MENASCHE, 2006; (7.) ESTEVAM, 2007; (8.) BRUMER, 2007; (9.) DALCIN e TROIAN, 2009.

**Fonte:** Dotto (2011).

Portanto, não existe conformidade no sentido de estabelecer uma idade fixa e esta categoria em análise, nem podemos defini-los apenas por alguns aspectos ou características, pois representam um grupo muito heterogêneo e que pode variar conforme o momento histórico e social ao qual estão inseridos.

Entretanto, o recorte etário aderido nesta pesquisa foi de 13 a 29 anos, tendo por base os estudos já realizados sobre o tema, não ultrapassando os limites de idades verificados na literatura. O nosso universo de pesquisa não é algo estagnado ou fixo, sofre variações de definições. Assim, como exposto anteriormente, quando se trata de jovem rural em um contexto contemporâneo a situação fica mais variável e flexível.

É neste contexto de instabilidade e mudanças socioeconômicas, que Carneiro (1998, p. 01) destaca que os jovens rurais estão “invisível para a maioria das pesquisas acadêmicas e

projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais”.

Sendo a “migração e a invisibilidade” aspectos muito recorrentes nas pesquisas que tratam da juventude rural, vale analisar quais são as representações destes jovens em relação ao meio urbano e rural e, os fatores que contribuem para tal invisibilidade. Biasus e Branco (2013) a partir de um estudo sobre as representações sociais do meio urbano e rural por jovens residentes no meio rural, puderam perceber a necessidade de políticas de valorização do campo, aumento da possibilidade de trabalho, dentre outras intervenções que possibilitassem a permanência do jovem no meio rural.

Afinal, este jovem já não percebe o campo como possibilidade de vida e reprodução da atividade produtiva. Zago (2016) destaca em seu estudo que muitos dos jovens saem do campo em busca de escolarização, pela precariedade desta no campo. Na maioria dos casos não conseguem continuar seus estudos, seja pela falta de oferta ou pelas condições precárias de boa parte dos estabelecimentos, por vezes tornando-se mão de obra barata na cidade. O campo brasileiro sofre com diversos tipos de carências, principalmente o baixo investimento na área da educação, aumentando cada vez mais as desigualdades entre campo e cidade e o desejo de abandonar o meio rural.

Weisheimer (2005) faz um balanço do debate acadêmico brasileiro sobre a juventude rural entre os anos 1990 e 2004, destacando que dois pontos específicos chamam a atenção dos pesquisadores: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social desta classe. Segundo Drebes e Wizniewski (2015) os estudos e a produção científica nesta área ainda não são muito expressivos, tratando-se de um campo de investigação recente e incipiente. Estes autores destacam ainda, que possíveis articulações entre juventude e Agroecologia têm se mostrado comuns em espaços informais, que consideram o jovem como parte relevante do processo de transição agroecológica e de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o jovem passa a ser protagonista do processo de mudança e desenvolvimento, fortalecendo suas relações com meio onde está inserido.

Mas, o que mais chama atenção no referido trabalho é a contribuição da Agroecologia como ferramenta que possibilita a permanência dos jovens no campo. Desta forma, destacam:

[...] essa formação agroecológica poderá influenciar na ampliação das possibilidades de permanência dos jovens, garantindo a reprodução social das propriedades de suas famílias através da concretização do processo sucessório. [...] a potencialidade da Agroecologia em garantir a perpetuação das propriedades rurais em curto e longo prazo. [...] agroecologicamente formados, os jovens rurais protagonizarão o processo

de transição agroecológica, iniciando pela diversificação produtiva das propriedades rurais (DREBES e WIZNIEWSKY, 2015, p. 31).

Abramovay et al. (1998) salientam alguns pontos importantes com relação a propostas de permanência dos jovens no campo, visto que os padrões sucessórios atuais representam uma ameaça para o desenvolvimento da agricultura familiar. Neste sentido, colocam que a Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incorporem em suas discussões as dimensões de gênero e geração, que as organizações ligadas aos agricultores introduzam nas suas agendas questões da sucessão familiar. E ainda, destacam que sejam valorizadas as atividades rurais não-agrícolas, que pais e filhos tenham uma relação mais estreita e horizontal com diálogos frequentes sobre o processo de sucessão da propriedade e, é crucial que seja oferecido a estes jovens programas de capacitação e linhas de crédito que fortaleçam a base material para sua consolidação enquanto futuros agricultores.

Estes são alguns dos aspectos que devem ser pensados com relação à juventude rural, para que, enquanto sujeitos de direitos possam ter maiores possibilidades quanto à escolha de seu futuro profissional. E, não estejam condicionados a abandonar o campo devido à situação que se encontram.

Logo, partindo do levantamento bibliográfico realizado sobre os trabalhos com foco na juventude rural, notaram-se pontos em comum quando se trata do êxodo destas populações para os centros urbanos. Constatou-se que atualmente o êxodo das populações jovens do campo atinge esta categoria com maior ênfase do que antes, além de que, são as moças que migram em maiores proporções se comparado com os rapazes (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Com isso, levando a desafios sucessórios na agricultura familiar, impossibilitando muitas vezes a sua reprodução. E, o campo passa a ser atingido por um processo de envelhecimento e masculinização da população que ainda permanece.

Desse modo, a população do campo converte-se cada vez mais em homens, ou como dizem alguns autores, masculinizada. E, devido ao êxodo mais frequente da faixa etária jovem, o envelhecimento da população que permanece é algo perceptível. A partir das análises de pesquisas que tratam da juventude rural, constata-se que a saída que o jovem tem buscado é ampliar a escolarização na tentativa de uma suposta qualificação para o trabalho, ao passo que a partir da realidade concreta constata-se que não há trabalho suficiente para todo este contingente (HARTWING, 2012). Neste sentido destaca:

O movimento de migração campo-cidade implica no deslocamento de famílias de agricultores e principalmente os jovens para os centros urbanos, atualmente. No entanto, tais trabalhadores não são absorvidos pelo mundo do trabalho na mesma proporção em que são expulsos do campo (HARTWING, 2012, p. 03).

É a partir desta realidade que as questões de desemprego e favelização das cidades tornam-se algo recorrente. Esse processo de concentração das pessoas nas zonas urbanas traz inúmeros problemas devido à falta de infraestrutura para comportar grande contingente, além de outros inúmeros problemas sociais que não são levantados.

Assim sendo, Juventude e Juventude Rural são categorias que tem muitas e diferentes conceituações. Não há delimitação universal quanto à faixa etária que define a categoria jovem. Isso porque toda categoria de idade é uma construção social e histórica, por isso é importante entender o contexto. As classificações são importantes, inclusive em termos de políticas públicas, mas estas também devem compreender os diferentes contextos para abarcar a todos.

## 2.4 A AGROECOLOGIA ENQUANTO NOVO PARADIGMA PRODUTIVO PARA O CAMPO

A partir do momento que os problemas oriundos da modernização conservadora da agricultura passam a ser vivenciados, emerge a necessidade de modelos alternativos que sejam menos predatórios do que os proporcionados pela agricultura convencional. Isto posto, Caporal (2009) enfatiza que o modelo representado pelos monocultivos, baseados em tecnologias da Revolução Verde, resultaram numa crise socioambiental, em que toda a sociedade fora afetada. Há pouco, as discussões acerca do desenvolvimento sustentável ganham incentivo em resposta ao decréscimo da qualidade de vida rural e a degradação dos recursos naturais vinculados à agricultura moderna (ALTIERI, 2004). A partir deste contexto, e como alternativa para a transição para modelos agrícolas mais sustentáveis, a Agroecologia busca “orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados” (CAPORAL, 2009).

Neste cenário de mudanças paradigmáticas, de um modelo hegemônico dominante para àquele que se coloca como integrador e mais abrangente, Gliessman (2008) enfatiza a agroecologia como sendo um espaço de conhecimento que relaciona várias disciplinas que devem contribuir para o desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis. O autor salienta que ao se defender uma agricultura sustentável e produtiva, não se deve simplesmente abandonar todas as práticas convencionais e passar a utilizar apenas os conhecimentos tradicionais, o que se busca nesta abordagem é uma integração de conhecimentos, ou seja, que se explorem conhecimentos ecológicos modernos, ao mesmo tempo em que se valorizam conhecimentos empíricos dos agricultores. Ainda segundo Gliessman (2008, p. 54) a agroecologia pode ser definida como sendo “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

Provavelmente a relação entre os homens e a natureza nunca esteve tão crítica, vista como um artifício para se conseguir lucro, a natureza passa a ser apropriada pelo capital, que visa primordialmente o lucro sem medir as consequências (ALBUQUERQUE, 2007). A sociedade atual vivencia problemas sócio-ambientais que se revelam no modo de produzir cada vez mais insustentável, apropria-se de natureza apenas como fonte de matérias primas para satisfazer suas necessidades, esquecendo-se que ela precisa de um espaço de tempo para se restabelecer e que são partes integrantes de um mesmo ecossistema. Desta forma, partindo da instabilidade entre homem e natureza, emerge assim, a agroecologia, que pode fornecer um

suporte metodológico de trabalho para o entendimento mais profundo tanto da natureza dos agroecossistemas como dos fundamentos segundo os quais eles funcionam (ALTIERI, 2004). Ainda segundo ele, a agroecologia se nutre de conhecimentos das diversas áreas, voltando atenção especial para a manutenção dos agroecossistemas e as relações complexas que se dão entre os seres humanos, cultivos, solos e animais.

De acordo com Caporal (2009), a partir da aplicação dos princípios da Agroecologia será possível impulsionar mudanças substanciais no meio rural e na agricultura, do ponto de vista que assegure maior sustentabilidade sócio-ambiental e econômica para os diversos agroecossistemas. Sendo assim, apresenta a agroecologia como uma ciência integradora dos saberes históricos, oriundos dos agricultores com os diferentes saberes da ciência, permitindo uma avaliação crítica do atual modelo de agricultura. Assim o autor entende que é preciso desenvolver novas abordagens e estratégias de desenvolvimento rural que contemplem uma visão transdisciplinar e holística, comungando da ideia de que não é somente a ciência que produz conhecimento válido, pelo contrário, trabalha na legitimação dos saberes populares.

Para a promoção de um modelo de agricultura mais sustentável, é necessário recorrer a conhecimentos agrícolas tradicionais, utilizados pelos agricultores antes da modernização trazida pela Revolução Verde (SARANDÓN e FLORES, 2014). No entanto, por muito tempo estas técnicas foram rejeitadas, até mesmo consideradas como ineficientes e atrasadas, e hoje podem representar uma possível contribuição na superação do modelo produtivista moderno. Nesse sentido Altieri (2004, p. 23) enfatiza que “uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”. A partir do momento em que dependem em menor grau do mercado externo, estes agricultores passam a dar viabilidade a produtos internos à sua propriedade, diminuindo suas despesas e aumentando seus ganhos.

Nesta perspectiva, a Agroecologia tende a fixação dos agricultores no campo, pois, ao contrário do modelo da Revolução Verde, busca a produção diversificada, conservação dos recursos naturais, rejeição ao uso de insumos químicos, mínima dependência do mercado externo, desenvolvimento rural sustentável, dentre outros. Neste sentido, através de práticas agroecológicas objetiva-se a permanências das famílias no campo, como o manejo sustentável dos solos, a preservação dos recursos naturais, valorização dos conhecimentos locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a necessidade de um atravessador (SANTOS et al., 2014).

Assim, a produção Agroecológica proporciona uma ampla interação entre os conhecimentos e saberes tradicionais dos agricultores. Algo que, como visto anteriormente não é possível na agricultura convencional moderna. Conforme Nunes (2016) “esses temas propõem uma visão da agroecologia como algo que está além dos aspectos produtivos, e que pode ser compreendida como ciência e movimento social” (2016, p. 28). Assim, segundo Schreiner (2016, p. 17) “oriunda dos movimentos sociais populares, dos movimentos ecológicos e das agriculturas alternativas, a agroecologia, que mais recentemente vem ganhando as instituições científicas, está sendo construída como uma ciência”.

Enquanto ciência, Costabeber e Caporal (2003) salientam que pode proporcionar princípios úteis para orientar as mudanças conceituais, metodológicas, tecnológicas e organizacionais mais precisas e compatíveis para a conquista de níveis crescentes de sustentabilidade.

Ainda segundo Nunes (2016) a Agroecologia surge como uma nova seara para a difusão de recursos que promovam mais inclusão social, produção diversificada, qualidade dos alimentos diferenciada e ambientalmente mais harmoniosa com a natureza. Os princípios da Agroecologia de uma maneira geral se opõem aos da agricultura convencional, pois é deles (os agricultores) que emerge a base de todo o conhecimento Agroecológico, enquanto que na agricultura convencional os conhecimentos são gerados para eles, que não dispõem de conhecimento algum.

Neste sentido, Caporal e Costabeber (2004) destacam que a Agroecologia não se mostra agressiva ao ambiente, proporciona inclusão social, promove melhores condições econômicas, políticas e sociais aos envolvidos. Defendem a Agroecologia como sendo uma expressão sócio-política do processo de ecologização.

No Brasil, nesta mesma perspectiva, no ano de 2003, para dar formalidade às novas alternativas de produção que vinham emergindo, é criada a Lei 10.831/03, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica e da outras providências. Englobando os diversos modelos de produção alternativa que, não somente compreende os aspectos produtivos, mas está ligada primordialmente às questões sociais, ecológicas, econômicas e ambientais. Incorporado no sistema orgânico de produção, o que é ecológico, natural, biodinâmico, regenerativo, agroecológico, permacultura, dentre outros. Em seu artigo 1º, a lei brasileira dispõe:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável,



empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização e a proteção do meio ambiente (BRASIL, LEI 10.831/03, artigo 1º).

É interessante destacar que a lei trata como orgânicos os produtos agroecológicos. Contudo, o termo Agroecologia está muito além de apresentar um conceito definido e concreto, podendo ser entendida por variadas linhas de conhecimentos como ciência, prática ou movimento (NUNES, 2016).

A Agroecologia é produto de diversos movimentos, que se articulam e lutam pela construção de uma agricultura mais justa e sustentável. Comumente o termo Agroecologia está na “moda”, em vista disso existem diversas interpretações e definições, grande parte não ultrapassa mero exercício epistemológico (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Regularmente há uma confusão entre a Agroecologia e Agricultura Orgânica, onde ambas são confundidas e classificadas como uma só. Neste sentido, Abreu (2012) ressalta que estas correntes têm seus fundamentos em paradigmas distintos, no entanto, as duas apresentam uma estreita relação com a ecologia, discutindo o modelo tecnológico construído durante o século XX. Diversos estudos demonstram que a Agroecologia e Agricultura Orgânica se relacionam em diversos aspectos, ocorrendo trocas e interações entre ambas, assim como as particularidades são inerentes.

É no tocante as suas diferenças que, vale destacar que a Agroecologia essencialmente sustenta seus princípios na ecologia, enquanto que a Agricultura Orgânica tem suas raízes na ciência do solo. E assim, a Agricultura Orgânica:

[...] é entendida por autores de forma crítica, centrada numa visão minimalista, na medida em que ela é vista como substituição simples de insumos, em detrimento do redesenho dos sistemas agrícolas, e praticada segundo a lógica organizacional da moderna agricultura convencional (ABREU, 2012, p. 146).

Assim, a Agroecologia ao contrário da Agricultura Orgânica não focaliza apenas a substituição de insumos, mas está inserida em uma lógica de mudanças sociais mais amplas. Um projeto interdisciplinar que comunga de conhecimentos de diversas ciências, oferecendo um conjunto de conhecimentos essenciais para as mudanças produtivas, inclusão social, incremento da biodiversidade, soberania alimentar e justiça social. Analisando a Agroecologia sob a perspectiva de um movimento mais amplo, Leef (2008) destaca que “será preciso uma

mudança de pensamento simplista para um pensamento complexo que permita enfrentar o desafio ambiental” (LEEF, 2008, p. 144).

Ao analisarem os desafios da Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu, Christoffoli e Santos (2014), levantaram que nos últimos anos tem-se implantado diversas iniciativas associadas à Agroecologia e ao desenvolvimento regional. Sendo impulsionadas, dentre outras, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contando com o apoio de instituições como o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Estas instituições sociais têm empregado recursos humanos e financeiros de forma contínua visando à substituição da matriz produtiva da região da Cantuquiriguaçu. No entanto, segundo estes autores, ainda menos de 10% das famílias agricultoras estão em processo de conversão agroecológica.

Outro ponto que merece destaque é sobre a discussão de Oliveira e Schneider (2009) onde analisaram se Agroecologia tem gerado impactos sobre a presença e ocupações dos jovens e as possibilidades de sucessão hereditárias dessas unidades familiares, estudo realizado no município de Ipê/RS. Desse modo, puderam observar que

Isso parece indicar que a inserção na agroecologia, e a diversificação de atividades dela decorrente, têm gerado um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades, inclusive de jovens (novos empregos produtivos no meio rural) e assim novas oportunidades em termos de reprodução social (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009, p. 172-173).

Portanto, nas diferenças encontradas observaram que nas famílias ecologistas possuíam mais pessoas trabalhando e residindo nas unidades produtivas e que, em relação ao número de jovens (moças e rapazes) que ainda vivem e trabalham na propriedade é superior no grupo dos produtores ecologistas. Desta forma puderam indicar que as famílias ecologistas têm tido melhores condições de empregar o trabalho de todos os membros da família, em especial dos jovens, criando condições para mantê-los nas unidades produtivas.

## 2.5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CAMPONÊS

O movimento da Educação do Campo tem se evidenciado em nossa sociedade devido a um conjunto de lutas e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação, de escola, de campo e de sociedade (MOLINA et al., 2010). Planejando implantar novos processos de formação humana, tendo como base os processos produtivos e as diversas formas de trabalho e especificidades dos povos do campo (CALDART, 2008). Além disso, o movimento de Educação do Campo vem buscando desenvolver práticas educativas inovadoras que colaborem para o enfretamento e ruptura dos modelos de ciência e produção de conhecimento que serviram de base para organizar o modo de produção capitalista na agricultura (CALDART, 2008; VENDRAMINI, 2010; MOLINA, 2010).

As ponderações sobre a Educação do Campo são, portanto, inseparáveis do debate sobre o desenvolvimento de outro projeto de sociedade, de desenvolvimento e da atribuição do campo nesse modelo. E ainda, se constitui de um projeto comprometido com a responsabilidade das condições dignas de vida para os povos que residem no campo, com a redistribuição da renda, das terras, de poder e, sobretudo, de conhecimento (SILVA e MIRANDA, 2015).

Constata-se segundo Munarim (2011) que este novo projeto educacional proposto para o campo se constitui de um “Movimento Nacional por uma Educação do Campo”, movimento social que se caracteriza por ações em três dimensões complementares: a dimensão política, a dimensão pedagógica, a dimensão epistemológica, destaca Munarim. Salienta ainda que, atrelada a estas três dimensões, caberia ainda a dimensão cultural, pois este movimento caracteriza-se como um “movimento de transformação cultural”, ou ainda, “caracteriza-se como um movimento de luta de hegemonia” (MUNARIM, 2011, p. 22).

Assim, partindo de alguns dos princípios da Agroecologia, vistos anteriormente, vale ressaltar a sua relação com a Educação do Campo. Ambas partem da concepção da valorização do conhecimento dos povos do campo, sendo que este deve ser fundamento para uma ação transformadora e emancipadora destes sujeitos. A concepção de Educação do Campo considera os conhecimentos da realidade dos camponeses e destaca o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, por fim, como lugar da criação de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2008). A Educação do Campo nasce no bojo dos movimentos sociais que lutam por direitos que historicamente foram negados a certo segmento da sociedade, assim, “possui uma ligação

“uterina” com os movimentos sociais de luta pela terra” (ROSSI, 2015, p. 173). Nesse mesmo sentido, Munarim (2011) destaca que os primeiros e principais protagonistas do Movimento Nacional por uma Educação do Campo, são os movimentos e organizações sociais do campo.

Neste contexto, a grande maioria dos debates relativos à Educação do Campo levanta a discussão acerca da hierarquia entre campo e cidade, a luta dos trabalhadores e os enfrentamentos de uma educação marcada pela emancipação social (MUNARIM, 2011).

A luta principal do movimento nacional da Educação do Campo é pela efetivação do direito humano e social à educação, no entanto, é mais do que uma luta só por escola. Ocupa-se em contrapor o projeto do capitalismo agrário com o projeto de um Brasil sustentável e possível à classe trabalhadora da cidade e do campo (SOUZA 2012).

Tanto a Agroecologia quanto a Educação do Campo apresentam campos de disputas semelhantes. Na concepção de Rossi (2015) não são fantasias utópicas, são dimensões teóricas e práticas imprescindíveis à transformação societária da ordem vigente. As duas lutam para que os povos do campo sejam sujeitos de direitos, tenham mais autonomia quanto às diversas decisões, sejam atores principais deste processo de mudança. A luta dos povos do campo é contra a forma de educação que foi prescrita e imposta aos mesmos durante anos, ou seja, a educação dita rural.

A educação rural é aquela que tem por orientação o espaço urbano, em que as peculiaridades do campo são negadas, enquanto que as urbanas são enaltecidas. Neste sentido Ferrari et al. (2004, p. 255) destacam que “o resultado é que a educação prepara o jovem para migrar, pois valoriza apenas o crescimento urbano-industrial e associa o rural ao atraso, isto é, a uma sociabilidade que estaria em extinção”. E, na base de todas estas lutas estão os movimentos sociais, que lutam pelos direitos de uma classe que foi esquecida pelo estado. Assim sendo, Munarim (2011) destaca que os primeiros e fundamentais protagonistas do processo de emergência e luta por uma Educação do Campo são os movimentos e organizações sociais do campo.

Toda esta luta de afirmação por direitos educacionais aos povos do campo ainda é muito incipiente, visto as grandes desigualdades que ainda marcam a população rural. Quando analisamos o nível educacional e o acesso a educação por parte desta população residente no campo, nota-se o abandono histórico por políticas educacionais específicas. Assim, Bof et al., (2006, p. 16) destaca que “os dados mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (3,4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana, ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa desigualdade”. Ao abordar as perspectivas dos jovens rurais das escolas do campo, Carvalho

et al., (2009) destacam que os próprios alunos levantaram que os assuntos vistos na escola são pensados para as necessidades urbanas e isso acaba desestimulando-os a frequentarem a escola, além de não contribuir para a realização de suas atividades no campo.

Considerando as disparidades no nível educacional entre os povos do campo e da cidade, Ferrari et al. (2004) a partir da análise de outras pesquisas relativas a expectativa e aspirações dos jovens agricultores residentes no campo, perceberam que a educação é um dos determinantes que influencia a escolha da profissão. Assim, no estudo realizado por estes autores verificou-se que os jovens com idades entre 25 e 30 anos revelam o desejo de permanecer no campo, sendo que jovens nesta faixa etária cursaram apenas até a quarta série do ensino fundamental. Nos seus resultados perceberam uma forte associação entre a sucessão hereditária e o nível educacional.

Com pouca escolarização, os jovens já não enxergam um horizonte promissor fora do campo, sendo os principais candidatos a sucessão (FERRARI et al., 2004). Vale destacar que estes jovens receberam uma formação que considerava o campo como atrasado, sem perspectiva de reprodução social, enaltecendo o urbano em detrimento ao rural. Ainda segundo os autores, os jovens da geração mais atual, manifestaram desejo maior em abandonar o campo, seja pela escolarização um pouco mais elevada, proporcionando novas oportunidades, inclusive de empregos urbanos.

Ao fazer um levantamento sobre os trabalhos acerca da juventude e educação rural, Weisheimer (2005) encontra estudos que demonstram que há uma divergência entre um modelo educacional que tem como padrão as sociedades urbanas industriais com relação às necessidades específicas dos jovens rurais. Ao passo que a escola se mostra distante do trabalho agrícola, introduzindo na cultura local os valores e estilos de vida urbanos. Analisando os significados atribuídos à educação pelos jovens, perceberam que segundo eles, estudar é percebido como uma condição essencial para propiciar sua futura introdução no mercado de trabalho urbano. Este autor corrobora também, no sentido de que são as mulheres que vivem mais intensamente o processo de êxodo.

Ainda segundo as análises de Ferrari et al. (2004) outro fator que influencia a permanência deste jovem é a renda, conforme a renda da família aumenta, o desejo de permanecer na agricultura também. Ao contrário, a intenção de viver na cidade aumenta quanto menos próspero o horizonte de geração de renda na propriedade familiar, neste sentido os autores colocam a forte relação entre pobreza e futuro profissional.

A Educação direcionada ao público rural é um dos pilares que intervém na permanência dos jovens no campo (DE BASTIANI e STRASSER, 2012). Assim, colocam

que se a Educação do Campo considerar as especificidades do público que atende, estará aliada a permanência destes no campo, podendo contribuir para o fortalecimento da identidade enquanto agricultor. Com uma Educação do Campo de qualidade e atendendo a seus princípios básicos, tornaremos o campo mais atrativo para estes jovens, dando continuidade à agricultura familiar.

A questão educacional no campo é muito problemática, em pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina, Ferrari et al. (2004) levantaram que:

Dentre um total de 1.840 filhos de agricultores com mais de 30 anos que ainda moram no estabelecimento paterno, 61% estudaram apenas até a 4a. série do ensino fundamental, o que é mais assustador, é que estes jovens são os que tem a maior possibilidade de herdar a propriedade e permanecer como agricultores na propriedade (FERRARI et al., 2004, p. 250-251).

Assim como em Santa Catarina, em outras tantas regiões do Brasil, ter cursado até a 4ª série do ensino fundamental já era suficiente para se exercer as atividades agrícolas, ademais, visto a grande dificuldade de se avançar nos estudos, considerando que o campo não apresentava condições de acesso a níveis educacionais mais elevados, em muitas regiões nem mesmo o ensino básico era ofertado.

Abramovay et al. (1998) ao pesquisarem a juventude e os desafios dos novos padrões sucessórios da agricultura familiar revelam, que a despeito dos limites da pesquisa, ela não confirma a proposição tão frequente de que o acesso à educação é um componente de incentivo ao abandono do meio rural. Constataram que, por parte das novas gerações, há uma clara consciência da importância da educação para o exercício da profissão agrícola, assim como, a suposição de que fica na roça o filho com menos estudo não foi confirmada nos seus resultados.

Um estímulo para que se minimize a relação entre nível educacional e permanência ou não do jovem no campo, passa pela Educação do Campo, visto que uma de suas finalidades é a aproximação deste jovem com sua realidade camponesa, e não o contrário. Justamente pelo fato de apresentar o campo como espaço de possibilidades e reprodução social, associado à ideia de afirmação da dignidade humana e não à falta de oportunidades. Nesse sentido, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destaca propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, as diferenças culturais e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao progresso científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade

aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002).

Com relação à questão educacional Ferrari et al. (2004, p. 256) salientam que, “um esforço para reduzir o impacto desse modelo educacional passa pela adequação dos conteúdos à realidade do mundo rural e às especificidades de cada região, sem, contudo, comprometer uma formação universal adequada às oportunidades de vida tanto do meio urbano quanto do rural”.

Com efeito, partindo da análise das bases teóricas da Agroecologia e da Educação do Campo, podemos aferir que os princípios tanto de uma como da outra correspondem à mesma matriz social, ou seja, projetos esses que se transformam em campos de conhecimentos que têm em comum a luta pela terra, o enfretamento do agronegócio, protagonismo dos movimentos sociais, outra concepção sobre desenvolvimento, sobre educação, sobre campo e principalmente de sociedade.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem quali-quantitativa, que, por sua vez, “preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (GONSALVES, 2007, p. 69). Em outras palavras, “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade” (MINAYO, 1999, p. 43).

Ainda segundo Minayo (1999) a pesquisa qualitativa responde a indagações muito particulares, e

Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1999, p.21-22).

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Segundo Gonsalves (2007, p. 67) a pesquisa exploratória “é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. Ainda segundo esta autora, a pesquisa descritiva busca primordialmente apresentar características do objeto a ser estudado. Minayo (1999) salienta que quando se trata de pesquisa qualitativa, pode-se dizer que a construção do projeto, é, também, uma etapa da fase exploratória. Para Severino (2007) a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações do objeto a ser pesquisado, a fim de delimitar o campo de trabalho.

A coleta de dados constituiu-se por meio de pesquisa de campo, sendo adotados questionários e entrevistas. Os questionários visam levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com o objetivo de compreender sua opinião sobre o problema em questão (SEVERINO, 2007). Assim sendo, a pesquisa de campo visa buscar informações diretamente com a população a ser investigada, ou seja, exige do pesquisador uma relação mais direta com seu objeto de pesquisa (GONSALVES, 2007).

Adicionalmente, realizou-se pesquisa documental e levantamento de dados junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros bancos de dados.

#### 3.1 O universo da pesquisa

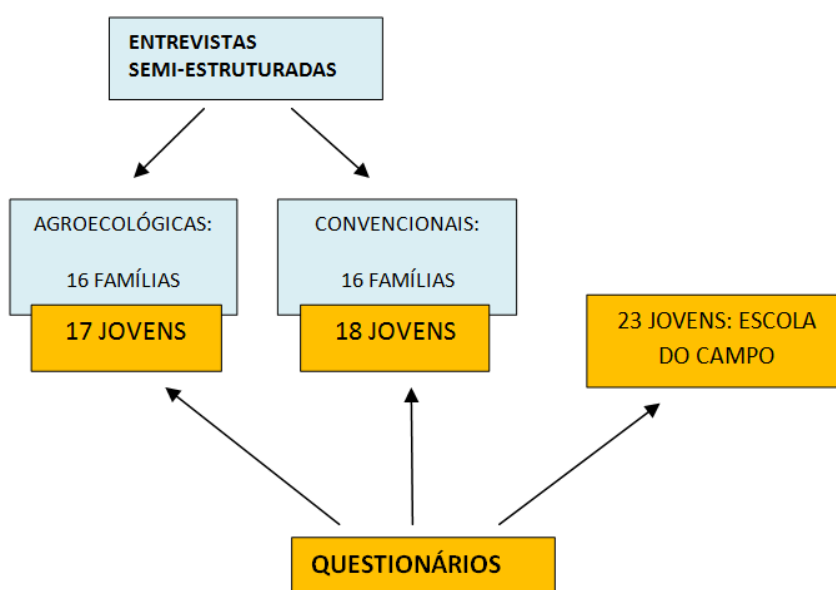


O ambiente empírico desta pesquisa é município de Rio Bonito do Iguçu/PR, mais especificamente nos assentamentos rurais Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos. As unidades de análise são as famílias de agricultores assentados divididos em duas categorias – os produtores de base ecológica (agroecológicos ou em transição) e agricultores com produção dita convencional.

O universo desta pesquisa é composto essencialmente por jovens rurais, filhos de agricultores assentados da Reforma Agrária. O nosso fragmento da pesquisa foi dividido em duas partes, um grupo constituído de jovens e suas respectivas famílias onde ocorreu a análise do processo produtivo, e outro grupo de jovens rurais estudantes da escola do campo que foram investigados a partir da análise da Educação do Campo (Figura 4). Foram pesquisados apenas jovens que ainda residem no meio rural.

O recorte etário aderido foi de 13 a 29 anos, tendo por base os estudos já realizados sobre o tema, não ultrapassando os limites de idades verificados na literatura. Esta faixa etária delimitada foi utilizada apenas para a seleção dos jovens dos sistemas produtivos, pois os jovens da escola do campo não foram delimitados pela faixa etária, foram aplicados questionários a todos os alunos da escola que estavam cursando o último ano do ensino médio, independente da idade destes.

**Figura 4** - Divisão das categorias pesquisadas quanto aos procedimentos metodológicos utilizados.



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Ao todo foram aplicados 58 questionários com jovens e realizadas 32 entrevistas com pais destes jovens. Interessante destacar que, do total de jovens pesquisados, 65,5% (38) corresponde a jovens meninas, enquanto que apenas 34,5% (20) a jovens do sexo masculino.

Como mencionado anteriormente, a pesquisa objetiva compreender se a Agroecologia, a partir da análise do processo produtivo, e a Educação do Campo, a partir da análise da escola do campo, podem se constituir aspectos que influenciam no êxodo rural ou permanência dos jovens assentados nos assentamentos da Reforma Agrária. Foram selecionados os dois assentamentos existentes no município Rio Bonito do Iguaçu.

Em um primeiro momento, foram realizadas visitas em caráter de observação e esclarecimento, estágio que antecedeu a seleção das famílias. Nesta ocasião ocorreu a identificação das famílias segundo o processo produtivo adotado na propriedade (Agroecológicas ou em transição e as de produção convencional) que contivessem jovens na faixa etária desejada e que ainda residiam no lote com seus pais. Estas informações foram levantadas principalmente com o apoio da Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA), que possui sua sede no Assentamento Ireno Alves dos Santos. Foi possível contar também com a colaboração de lideranças dos Assentamentos e sindicatos do município, dentre estes até mesmo alguns jovens. Da mesma forma, visitamos a escola onde parte da pesquisa foi realizada, esclarecendo quais os objetivos e a importância do estudo.

Logo após a aproximação inicial, foram utilizados como ferramentas metodológicas para a pesquisa questionários e entrevistas que foram aplicados com os sujeitos pesquisados. Etapa esta que se estendeu do mês de junho a julho de 2017. No total, foram realizadas 32 entrevistas com pais e aplicados 35 questionários com os jovens filhos destes agricultores, além de outros 23 questionários que foram aplicados com os alunos da escola do campo situada no Assentamento Ireno Alves dos Santos. Na análise dos dados, os resultados foram apresentados conforme cada grupo pesquisado.

Os 23 jovens da escola do campo, que foram selecionados partindo do viés de análise da Educação do Campo, estavam distribuídos entre as duas turmas dos anos finais do ensino médio (3º ano), uma matutina e outra vespertina. Desse modo, foram alcançados todos os alunos que estavam cursando o último ano do ensino médio do Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. A escolha do Colégio se deu pelo fato deste já ser reconhecido como escola do campo, como também, de estar geograficamente mais próximo da sede do município, visto a grande dificuldade de acesso devido as estradas precárias e a falta de verbas para a pesquisa.

Optou-se pela escolha destes alunos em virtude de estarem em um período de transição e definição dos seus futuros profissionais. Pois, neste momento de suas vidas enfrentam um grande desafio, o de prosseguir com os estudos em locais onde há oferta do ensino superior, ou permanecer no campo com suas famílias para posteriormente fazerem suas escolhas.

Para a seleção das famílias de ambos os grupos pesquisados, foi entrado em contato com representantes do sindicato rural do município, além de entidades que representam os trabalhadores rurais assentados e representantes da Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA). Primeiramente foram selecionadas, com o auxílio dos indivíduos supracitados, as famílias em Sistema de Produção Agroecológica que possuíssem pelo menos um jovem na faixa etária de 13 a 29 anos de idade. Partindo destes critérios, foram selecionadas 16 famílias para este primeiro grupo. Desse modo, para o outro grupo, também foram selecionadas 16 famílias em Sistema de Produção Convencional, dispondo de pelo menos um jovem na faixa etária dos 13 aos 29 anos de idade.

Das famílias dos grupos selecionados, pode-se afirmar que estão distribuídas uniformemente entre os Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de tabulações com o auxílio da ferramenta Excel na elaboração de tabelas e gráficos para posteriores comparações. Os dados foram ser submetidos à análise estatística descritiva simples (média e percentagem).

Todos os participantes envolvidos foram esclarecidos sobre os procedimentos relativos à pesquisa, além de convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a utilização das informações para a pesquisa e publicação, sempre preservando o anonimato dos mesmos. Os jovens que se encontravam abaixo de 18 anos, tiveram um termo de aprovação assinado por seus responsáveis, além de um termo de assentimento assinado pelo próprio menor. Os procedimentos adotados no presente estudo estão de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), aprovado sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 66152217.3.0000.5564.

### **3.2 Questionário e entrevistas: Aspectos Analisados**

Um dos procedimentos metodológicos de pesquisa de campo utilizados foi à aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos pais dos jovens (apêndice I), com base em um roteiro de

questões norteadoras pré-estabelecidas. Procurou-se identificar aspectos do processo produtivo adotado na propriedade, suas limitações, capacidades e a influência dos pais nas decisões dos filhos, dentre outros aspectos. Em cada família, sempre que possível, as entrevistas foram realizadas com o casal. Assim, em cada entrevista foi considerado o conhecimento do casal entrevistado, não sendo possível, portanto, fazer distinção das informações por sexo.

Para os jovens (dos sistemas produtivos e Escola do Campo), foram aplicados questionários (apêndices II e III) com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, procurando identificar a realidade vivida por estes jovens, dentro e fora da unidade familiar, bem como suas representações sobre o rural e o urbano. Buscou-se principalmente levantar quais suas expectativas quanto à permanência ou não nas suas unidades produtivas.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 AS FAMÍLIAS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E CONVENCIONAL

#### 4.1.1 Caracterização

Em pesquisa nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, Oliveira, Rambo e Carvalho (2017), amparadas por dados do Centro de Desenvolvimento Rural Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) e Rede Ecovida de Agroecologia<sup>8</sup>, levantaram que

[...] há atualmente cerca de 50 famílias (dentre as cerca de 1500 famílias assentadas) que estão envolvidas com práticas agroecológicas nos dois assentamentos, oito delas com certificação. Existem ainda famílias que tem interesse em desenvolver práticas agroecológicas, mas demandam maior apoio para implementá-las (OLIVEIRA, RAMBO e CARVALHO, 2017, p. 14).

Atualmente, as famílias em sistema de produção Agroecológica utilizam como principal canal de comercialização de seus produtos os mercados institucionais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em parceria com a Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (Coopaia). Dentre os principais produtos comercializados estão hortaliças, frutas, abóbora, feijão, milho verde, mandioca, melado. Além disto, boa parte da renda provém da produção de leite. Algumas ainda fazem a venda direta de seus produtos aos consumidores, como tentativa de agregar maior valor final. Todavia, poucas famílias produzem leite Agroecológico, pois, segundo relatado, este produto possui complicadores na comercialização, tanto por razões de dificuldade de certificação, como pela pouca valorização comercial.

As famílias em sistema de produção Convencional, por sua vez, utilizam as empresas cerealistas da região como o principal canal de comercialização de seus produtos dentre os

---

<sup>8</sup>[...] a Rede Ecovida de Agroecologia esforça-se em construir um processo diferente de certificação denominado “participativo em rede” (CPR) que contrapõe o modelo mais comum que é realizado através de auditoria por inspeção externa. A Ecovida surge do trabalho de ONGs e de organizações de agricultores no Sul do Brasil, que há mais de 20 anos desenvolvem experiências concretas de organização social, produção e comercialização de alimentos sem agroquímicos sob princípio de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida (ABREU, SANTOS e CAZELLA, 2004, p. 02).

quais se destacam os grãos (soja, milho, feijão). Adicionalmente, boa parte da renda provém da produção de leite, a qual possibilita uma arrecadação mensal fixa para as famílias.

Do total de 32 famílias pesquisadas, 23 (71,87%) delas responderam ser assentadas da Reforma Agrária, que participaram das lutas ao longo dos 21 anos de conquista desses assentamentos, sendo que deste grupo 15 (65,22%) famílias adotam o sistema de produção agroecológico e apenas oito (34,78%) famílias a produção convencional. No entanto, das nove (28,12%) famílias que informaram que adquiriram seus lotes de terceiros, apenas uma (11,11%) família adota produção agroecológica e oito (88,88%) famílias o sistema de produção convencional.

Inicialmente, o MST preconizava um modelo de assentamento inspirado nas ideias de Marx, Lênin e Kautsky, ou seja, altamente produtivos, integrados verticalmente, especializados e coletivizados. Todavia, por uma série de motivos este modelo não durou muito, pois “o MST difundiu em seus assentamentos um modelo de produção que tinha sido a causa da expropriação dos camponeses em um momento anterior” (BORSATTO e CARMO, 2013, p. 655). Posteriormente, a partir da década de 90, passou então a difundir uma proposta mais preocupada não apenas com a produção, mas com dimensões sociais, político-organizativas e ambientais, “na qual o camponês e seus conhecimentos são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento” (BORSATTO e CARMO, 2013, p. 653).

A partir deste contexto surge o debate em torno da Agroecologia, que passa a ganhar visibilidade dentro do movimento e é dado início à elaboração de propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentamentos. Dessa forma, segundo Borsatto e Carmo (2013), somente a partir de 2007 o movimento aprofunda ainda mais sobre os conceitos da Agroecologia, consolidando-a enquanto caminho para o estabelecimento da reforma agrária e soberania alimentar dos povos que lutam contra o agronegócio.

Talvez pelo fato de a Agroecologia ter sido inserida recentemente nas discussões do MST, ela representa algo ainda bastante incipiente, ou seja, a partir desta pesquisa observou-se que a Agroecologia ainda está em fase embrionária no município de Rio Bonito do Iguazu. Além disso, constatou-se que a maior parte dos agricultores agroecológicos investigados não ultrapassou o período de transição agroecológica. Assim, Marin (2009) entende que:

Mais precisamente, a transição agroecológica é compreendida como um processo gradual e contínuo de mudanças nas formas de manejo dos agroecossistemas utilizados pelos agricultores. A transição agroecológica não pode ser uma imposição, mas um processo de construção de novas formas de fazer a agricultura, com a utilização de princípios, métodos e tecnologias de base agroecológica, que favorece

a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta renda dos agricultores e oferece produtos com qualidade nutricional e sem resíduos de produtos químicos para o consumo da sociedade (MARIN, 2009 p. 40).

Ademais, o referido autor destaca que a transição agroecológica vem se organizando com a construção de novos valores de consciência social e ambiental. Não se pode desconsiderar as motivações econômicas e de melhoria da renda nos processos de transição, no entanto, isso deve estar atrelado a novos valores e uma consciência ambiental mais apurada (MARIN, 2009).

Quanto ao número de membros que vivem nos lotes das famílias pesquisadas, contou-se a média de 4,5 pessoas, tanto nas famílias em sistema de produção agroecológica quanto nas de produção convencional (Tabela 3). Já em pesquisa realizada no município de Ipê no Estado do Rio Grande do Sul, que comparou produtores ecológicos de não ecológicos, verificou-se maior número de pessoas residindo nas unidades produtivas ecológicas, sendo que enquanto as famílias ecologistas dispõem, em média, de mais de 4 Unidades de Trabalho Homem (UHT), as famílias não ecologistas dispõem de 2,9 UTHs<sup>9</sup> (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009).

Devido à pesquisa ser em uma área de assentamento e os lotes apresentarem tamanhos bem proporcionais, verificou-se que entre as famílias em sistema de produção agroecológica os lotes apresentam média de tamanho de 15,2 ha, enquanto que nas famílias em sistemas de produção convencional, média de 14,5 ha por lote, aproximadamente. Portanto, as dimensões dos lotes não podem ser consideradas parâmetros nas distinções dos grupos, nem mesmo fator de influência na permanência ou êxodo desses jovens. Ao analisar outras pesquisas com jovens em áreas de assentamento, verificou-se que as proporções dos lotes variam muito de um assentamento para outro. No Estado do Mato Grosso do Sul, o tamanho médio dos lotes nos assentamentos Campanário, Conquista e Guabiroba é de 18 ha, 17 ha e 4,5 ha, respectivamente (DOTTO, 2011).

Ao serem questionadas quanto a utilização da mão-de-obra nas atividades produtivas, a grande maioria (15; 93,75%) das famílias em sistemas de produção agroecológico respondeu que utilizam somente mão de obra familiar e apenas uma família (6,25%) contrata mão-de-obra externa. Já nas famílias em sistema de produção convencional, 12 (75%) não utilizam mão-de-obra externa nas atividades e quatro (25%) contratam mão de obra externa

---

<sup>9</sup> Unidade de Trabalho Homem (UHT), que equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas de uma pessoa adulta, entre 19 e 59 anos (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009).

(Tabela 3). Observou-se, portanto, que as famílias em sistema de produção convencional empregam mais mão de obra contratada do que as famílias agroecológicas.

**Tabela 3** – Tempo de residência, utilização de mão de obra e membros residentes em cada lote de famílias em sistema de produção agroecológico e convencional.

Sistema de Produção	Variáveis			
	Tempo médio de permanência nos lotes	Assentados da Reforma Agrária (%)	Utilização de mão de obra externa (%)	Nº médio de membros que residem nos lotes
Agroecológico	16 anos	65,22	6,25	4,5
Convencional	9,5 anos	34,78	25	4,5

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Quanto ao número de membros residindo nas unidades produtivas e o emprego de mão de obra externa na propriedade, Oliveira e Schneider (2009), ao compararem agricultores ecologistas de não ecologistas destacam:

Com efeito, observa-se que as famílias ecologistas possuem mais pessoas residindo nas unidades produtivas e que, nessas unidades, o emprego do trabalho dos membros das famílias e também de pessoas contratadas é superior. Enquanto as famílias ecologistas dispõem, em média, de mais de 4 UTH, as famílias não ecologistas dispõem de 2,9 UTH. (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009, p. 163).

Ao fazer uma análise sobre as práticas agroecológicas no município de Ipê/RS, Oliveira e Schneider (2009) perceberam que a prática da agricultura ecológica tem promovido efeitos sobre a geração de ocupações nas unidades produtivas, ou seja, empregado mais mão de obra familiar e contratada, além de aumentar as possibilidades de permanência dos jovens no campo.

No entanto, ao contrário do observado por Oliveira e Schneider (2009), no município de Rio Bonito do Iguazu não se observou tais diferenças, pois o número de membros residindo nos lotes dos grupos de produtores pesquisados foi o mesmo, resultando numa média de 4,5 pessoas. Como também, quanto ao emprego de mão de obra contratada, observou-se que nas famílias em sistemas de produção convencional ela é mais recorrente.



As famílias em sistema de produção agroecológico, ao serem questionadas sobre os motivos que as levaram a produzir desta forma, todas responderam que é pelo fato de proporcionar uma vida mais saudável para seus familiares. Adicionalmente, uma família respondeu que além da vida mais saudável, possibilita também maior retorno econômico. Outra família respondeu que sempre produziu alimentos desta forma e outra ainda destacou que o motivo tem relação com a redução dos danos ambientais, com a maior sustentabilidade da Agroecologia enquanto modelo de produção. Estes resultados são corroborados por Marin (2009), que em pesquisa realizada com agricultores familiares em processo de transição, verificou que um dos principais motivos dos agricultores buscarem a transição agroecológica foi a produção de alimentos livres de resíduos químicos e contaminantes.

No presente estudo, enquanto 13 (81,25%) famílias de produção convencional responderam que o principal motivo que as levaram a produzir desta forma é o fato de ser mais fácil e utilizar menos mão de obra nas atividades de produção, três (18,75%) famílias responderam que proporciona maior retorno econômico se comparado com outros modelos.

Quando questionadas sobre os principais desafios dos sistemas produtivos adotados nos lotes, 10 (62,5%) dos agricultores em sistemas de produção agroecológico responderam ser a necessidade de muita mão de obra, dois (12,5%) responderam que é a desvalorização do produto final, enquanto que quatro (25%) atribuíram à dificuldade de comercialização. Já as famílias em sistemas de produção convencional, responderam que entre os principais desafios estão os insumos muito caros (12; 75%), desvalorização do produto final (3; 18,75%) e tamanho de área insuficiente (1; 6,25%).

Quanto à forma de comercialização de seus produtos finais, do total de famílias em sistema de produção agroecológico, 12 (75%) fazem a comercialização em cooperativa, duas (12,5%) em cerealistas, uma (6,25%) realiza entrega direta aos consumidores e uma (6,25%) produz somente para o autoconsumo. Já das famílias em sistema de produção convencional, 14 (93,75%) comercializam em cerealistas, uma (6,25%) realiza entrega direta aos consumidores (frutas e hortaliças) e outra produz somente para autoconsumo.

Na pesquisa em que Oliveira e Schneider (2009) analisaram a potencialidade da produção agroecológica enquanto prática de desenvolvimento rural, produziram um estudo comparativo entre famílias ecologistas e não ecologistas. Por meio destas comparações foi possível constatar que a inserção na rede de agricultores ecologistas e a decorrente prática da

pluriatividade<sup>10</sup> possibilitaram que maior número de jovens permanecesse vivendo e trabalhando nas unidades produtivas, além de influenciar positivamente no futuro desejado pelos jovens, bem como nas perspectivas de sucessão hereditária das unidades familiares.

No presente estudo, os produtores, ao serem questionados sobre o sentimento de valorização enquanto agricultores, nos dois grupos pesquisados os resultados foram os mesmos, sendo que 50% dos agricultores sentem-se valorizados na sua profissão, enquanto que 50% não têm o mesmo sentimento. Foi constatado que os agricultores em sistema de produção convencional estão mais satisfeitos com o sistema produtivo escolhido (75%) do que os produtores em sistema de produção agroecológico (68,75%) (Tabela 4), talvez estes últimos estejam mais insatisfeitos visto que estão em processo de transição agroecológica, tendo seus sistemas produtivos ainda pouco consistentes.

**Tabela 4** – Sentimentos de satisfação e insatisfação por parte dos agricultores quanto ao sistema produtivo adotado na propriedade.

Produtores	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Satisfeitos	68,75	75,00
Insatisfeitos	31,25	25,00

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Cabe mencionar que apesar da diferenciação entre agricultores em sistemas de produção agroecológico e convencional, os grupos aqui analisados são todos de pequenos agricultores, que travam as mesmas lutas diárias. Assim, talvez o grau mais elevado de insatisfação entre os agricultores em sistemas de produção agroecológica tenha relação com as dificuldades de comercialização e a desvalorização dos seus produtos. Já os produtores em sistemas de produção convencional, apesar da pouca valorização de seus produtos, conseguem comercializá-los com mais facilidade que os agricultores agroecológicos.

Quando questionados sobre os principais motivos que os levaram a optar por determinado tipo de sistema produtivo, 11 (68,75%) agricultores em sistema de produção agroecológico responderam ser por melhores condições de saúde, tanto da família quanto dos

<sup>10</sup> A pluriatividade pode ser caracterizada como um conjunto de atividades econômicas que uma unidade de produção familiar desempenha, tanto na esfera de sua propriedade, como fora dela, a fim de preservar suas características de reprodução (ANJOS, 2003; SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA 2002).

consumidores, quatro (25%) devido a maiores rendimentos e uma (6,25%) porque os pais já produziam desta forma. Já os produtores em sistema de produção convencional responderam ser por utilizar menos mão de obra (13;81,25%), proporcionar maiores rendimentos (2; 12,5%) e por ser o único sistema produtivo que conhecia (1; 6,25%).

Desse modo, verificou-se que os produtores Agroecológicos estão a mais tempo vivendo no assentamento, em torno de 16 anos em média. Outro dado que chamou atenção foi que 93,75% das famílias Agroecológicas pesquisadas são assentadas da Reforma Agrária, em contrapartida com apenas 50% das famílias em sistemas de produção convencional (Tabela 2). Diante desses dados, poderíamos esperar que, em vista do maior tempo de permanência das famílias Agroecológicas no assentamento, elas estariam com seus lotes mais estruturados e, conseqüentemente, com rendas melhores, mas não foi o que verificamos. A grande maioria (93,75%) das famílias assentadas da Reforma Agrária pesquisadas, que estão em média há 16 anos residindo no assentamento, em virtude de diferentes problemas encontrados, não conseguiram maior desenvolvimento com base no sistema produtivo implantado.

Ainda quanto ao grau de investimentos nos lotes, verificou-se que as famílias em sistema de produção Agroecológica empregam pouca mão de obra externa, resultando em apenas uma das famílias (Tabela 3). Isto provavelmente é resultado das grandes dificuldades encontradas por estas famílias, dentre as quais destacamos os obstáculos perante a comercialização, pouca valorização dos produtos finais e auxílio técnico e governamental insuficiente, dentre outras.

#### **4.1.2 Diversificação produtiva**

Neste ponto é explorada a diversidade de atividades desenvolvidas nos lotes pelas famílias, a fim de conhecer quais as variedades são cultivadas, além de verificar se a pluriatividade é marcante entre estes agricultores assentados.

A pluriatividade pode ser caracterizada como um conjunto de atividades econômicas que uma unidade de produção familiar desempenha, tanto na esfera de sua propriedade, como fora dela, a fim de preservar suas características de reprodução (ANJOS, 2003; SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA 2002). Nessa perspectiva da diversificação produtiva das propriedades, observou-se que os agricultores em sistemas de produção agroecológico possuem maior diversificação comparada ao grupo dos convencionais (Tabela 5). Nesse

sentido, os agricultores agroecológicos estão mais dispostos a assumir riscos pela necessidade de incrementar a renda das famílias. Corroborando com Oliveira e Schneider (2009, p. 172), os quais mencionam que entre as famílias ecologistas “há diversificação das atividades realizadas, destacando-se, no uso da mão de obra familiar, juntamente com a atividade agrícola, as atividades de agro industrialização e de comercialização de produtos ecológicos”.

**Tabela 5** - Principais atividades geradoras de renda desenvolvidas nos lotes das famílias em sistemas de produção agroecológico e convencional.

Atividades desenvolvidas pelas famílias	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
Pecuária de leite	X	X
Pecuária de corte	X	X
Produção de grãos	X	X
Horticultura	X	-
Fruticultura	X	-

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Quando comparadas as principais atividades produtivas destes dois grupos de produtores, é perceptível a diferença. Enquanto que no grupo das famílias em sistemas de produção agroecológica existe maior variedade de atividades sendo desenvolvidas, como a pecuária de leite e de corte, produção de grãos (principalmente milho, soja e feijão), frutas e hortaliças para comercialização. Nas famílias em sistemas de produção convencional, o número de atividades diminui para apenas produção agrícola, pecuária de leite e de corte.

É interessante destacar que do total de famílias pesquisadas (produtores agroecológicos e convencionais), a produção leiteira aparece como a atividade mais frequente, praticada em 27 (84,37%) propriedades, representando a principal fonte de renda familiar, seguida da produção agrícola, realizada por 24 (75%) famílias.

Quando questionadas sobre a utilização da mão-de-obra familiar dentro da propriedade, nove (56,25%) famílias em sistema de produção agroecológico responderam que todos realizam as atividades diárias do lote, cinco (31,25%) famílias responderam que os jovens só estudam, ou seja, não contribuem com outras atividades, duas (12,5%) famílias possuem membros que são assalariados externos e uma (6,25%) família respondeu que os

jovens não participam de todas as atividades dos lotes. Já nas famílias em sistema de produção convencional, 14 (87,5%) delas responderam que todos os membros realizam as atividades diárias do lote, duas (12,5%) famílias afirmaram que os jovens não participam de todas as atividades e uma (6,25%) família respondeu ter membros que são assalariados externos.

Ainda sobre as particularidades dos sistemas produtivos, foram questionados quanto ao uso da motomecanização. Das famílias em sistema de produção agroecológico, 14 (87,5%) utilizam mecanização nos sistemas produtivos e duas (12,5%) não utilizam. Por outro lado, todas as famílias em sistema de produção convencional utilizam mecanização, sendo que as que não possuem seus próprios equipamentos alugam de seus vizinhos ou de outros que o fazem.

Ao tratar das dimensões da Agroecologia, Machado e Machado Filho (2014) enfatizam a dimensão escala. Neste aspecto, destacam que a validade da tecnologia de processo depende da escala, ou seja, a produção deve ser em quantidade suficiente para atender a demanda mundial. Para isso, os diversos exemplos de produção em pequena escala devem ser estimulados como alternativas pontuais, mas jamais como modelos capazes de enfrentar o agronegócio. Evidenciam que não estão desprezando os conhecimentos adquiridos ao longo da história, nem mesmo propondo uma volta ao passado. Assim, segundo estes autores:

Para enfrentar o agronegócio, a escala tem que ser planetária, que é a escala do agronegócio, que hoje fornece “alimentos” ao mundo. É ilusório, e até ridículo, pretender promover o enfrentamento com tecnologia de enxada e de bois; sem menosprezar estas condutas, indispensáveis antes do advento da mecanização (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 191).

Ainda é muito incipiente o uso das tecnologias voltadas para a produção alternativa. Muitos destes agricultores pesquisados não têm acesso nem mesmo as tecnologias mais comuns utilizadas atualmente, quem dirá a tecnologias desenvolvidas especialmente para formas alternativas de produção, como é o caso da Agroecologia. Nesse sentido, vale destacar a importância das inovações tecnológicas no contexto da agricultura alternativa, para que esta ganhe força e visibilidade em âmbito global.

Ao serem questionadas sobre os rendimentos provenientes das atividades agrícolas e se estes são suficientes para sustentar a família, em ambos os grupos pesquisados as respostas tiveram as mesmas proporções (Tabela 6).

**Tabela 6** – Respostas obtidas dos produtores familiares quanto aos rendimentos provenientes do trabalho na agricultura serem ou não considerados suficientes para sustentar a família.

Rendimento obtido para sustento da família	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Suficiente	62,5	62,5
Insuficiente	37,5	37,5

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

As 10 (62,5%) famílias em sistema de produção agroecológico que afirmaram que os rendimentos são suficientes para manter a família salientaram que estes recursos são suficientes apenas para a alimentação básica, ou seja, não passam fome, mas é impossível algum tipo de investimento no lote. As famílias em sistema de produção convencional conseguem, a partir dos seus rendimentos, maior grau de investimentos em infraestrutura nos lotes.

Um aspecto que diferenciou bastante os grupos de agricultores pesquisados foi quanto às ocupações ou trabalhos externos à propriedade. No grupo de agricultores em sistema de produção agroecológico, sete (43,75%) famílias têm algum membro que desenvolve trabalho externo à propriedade, enquanto que nove (56,25%) famílias não possuem nenhum membro trabalhando fora da propriedade. Conforme relataram, como a renda das famílias em sistema de produção agroecológico oferece apenas a garantia das necessidades básicas de alimentação, estas são obrigadas a direcionar pelo menos um membro para trabalhos externos, visando complementar os rendimentos. Já nas famílias em sistema de produção convencional, apenas três (18,75%) famílias possuem membros que desenvolvem algum trabalho externo, enquanto que os demais trabalham apenas na propriedade.

Outro fator que chamou bastante atenção foi com relação à intenção das famílias em permanecer ou não no campo. Foi verificado que, na grande maioria dos entrevistados, as famílias em sistema de produção agroecológico desejam permanecer vivendo no campo (14 famílias, 87,5%) e apenas duas famílias (12,5%) manifestaram pretender sair do campo. No grupo de famílias em sistema de produção convencional, todas (100%) responderam que pretendem permanecer vivendo no campo. As dificuldades enfrentadas, desde a produção até a comercialização, são fatores que corroboram com o desejo de permanecer ou não no campo por parte das famílias em sistema de produção agroecológica.

Nos dois grupos de agricultores pesquisados, quando questionados sobre o desejo quanto à permanência dos filhos no campo, as respostas tiveram a mesma proporção, sendo que a grande maioria manifestou querer que os filhos dessem continuidade aos trabalhos da família, mantendo-se no campo (Tabela 7).

**Tabela 7** – Desejo dos pais de que os filhos permaneçam vivendo no campo.

Intenção que os filhos permaneçam no campo	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Sim	93,75	93,75
Não	6,25	6,25

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Ainda quanto à permanência dos jovens no campo, os pais foram questionados sobre o que eles acham necessário para o jovem ter o desejo de continuar residindo no campo, sendo agricultor. As duas respostas que mais apareceram foram: acesso a crédito e a terra e mais oportunidades de trabalho (Tabela 8).

**Tabela 8** – Opinião dos pais quanto ao que consideram necessário para a permanência do jovem agricultor no campo.

Necessário para a permanência do jovem agricultor no campo	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Acesso a crédito e terra	62,50	56,25
Meios de comunicação no campo	0,00	37,50
Renda própria	31,25	43,75
Mais lazer e cultura	6,25	18,75
Mais oportunidades de trabalho (empregos no campo)	43,75	56,25

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Quando questionados sobre o futuro dos lotes caso todos os jovens da família venham a sair do campo, nas famílias em sistema de produção agroecológico, 12 (75%) delas responderam que mesmo os filhos migrando para outros lugares o casal deseja permanecer vivendo no campo, enquanto que as quatro (25%) demais pretendem abandonar o campo caso

nenhum filho permaneça. Já nas famílias em sistema de produção convencional, 11 (68,75%) delas responderam que mesmo os filhos migrando para a cidade o casal deseja permanecer vivendo no campo e cinco (31,25%) pretendem abandonar o campo, caso nenhum filho permaneça.

Quanto ao desejo das famílias em permanecer em seus lotes, ficou muito nítido em ambos os grupos pesquisados um forte sentimento de pertencimento. Muito se ouviu durante as entrevistas sentimentos do tipo: “cresci e me criei vivendo na roça”, “sempre trabalhei na terra”, “sou agricultor, só sei fazer isso”, dentre outros. Nesta mesma perspectiva, vale destacar que as 32 famílias pesquisadas responderam que são de origem rural, mesmo que algumas delas tenham tido experiências em espaços ditos urbanos.

Quanto a remuneração recebida pelos jovens em contrapartida da sua participação nas atividades produtivas no lote (Tabela 9), é interessante destacar que quando questionados os pais logo respondiam que não pagavam uma quantia em dinheiro. Na maioria das famílias pesquisadas, os pais afirmaram que os filhos recebiam comida, roupas, calçados, sendo tudo isso comprado pelos pais. Na opinião dos mesmos, já era suficiente e “pagava” a contribuição do jovem no lote.

**Tabela 9** – Respostas obtidas dos pais quanto ao pagamento de remuneração financeira aos jovens pelo trabalho na propriedade da família.

Remuneração financeira aos jovens pelo trabalho na propriedade da família	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Sim	25,00	43,75
Não	75,00	56,25

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Já quanto ao futuro pretendido para os jovens, as famílias foram firmes em suas respostas. No grupo de agricultores em sistema de produção agroecológica, oito (50%) famílias pretendem que os jovens prossigam nos estudos; quatro (25%) famílias pretendem que permaneçam no campo como agricultores e outras quatro (25%) famílias desejam que seus filhos prossigam nos estudos e posteriormente regressem ao campo. Nas famílias em sistemas de produção convencional, nove (56,25%) famílias pretendem que seus filhos jovens prossigam nos estudos, quatro (25%) famílias pretendem que seus filhos permaneçam no



campo como agricultores e o restante das famílias (18,75%) desejam que seus filhos prossigam nos estudos e posteriormente regressem ao campo.

Nos dois grupos de agricultores pesquisados, quando interrogados se ainda vêm no campo possibilidades de manutenção/reprodução de suas famílias, 81,25% das famílias de ambos os grupos ainda percebem no campo possibilidades de reprodução social. Afirmam que apesar das dificuldades enfrentadas nos afazeres diários, percebem no campo uma opção mais apropriada se comparado com a cidade.

Neste estudo com os agricultores assentados de Rio Bonito do Iguaçu, 81,25% das famílias, tanto em sistema de produção agroecológica quanto convencional, acreditam que algum dos filhos vai assumir a administração da propriedade (Tabela 10). Caso algum dos filhos opte por assumir a sucessão dos pais no lote, 37,5% e 43,75%, respectivamente, das famílias em sistema de produção agroecológico e convencional responderam ser apenas um dos filhos que vai prosseguir com os trabalhos. Isto pode ser explicado, segundo as famílias, pelo tamanho dos lotes, visto que apresentam dimensões insuficientes para a manutenção de mais de uma família. Oliveira e Schneider (2009), ao compararem agricultores ecologistas de não ecologistas, verificaram que entre os ecologistas as possibilidades de sucessão hereditária pelos filhos são maiores, sendo que tanto os pais quanto os filhos têm expectativas de sucessão.

**Tabela 10** – Possibilidade de algum dos filhos assumirem a administração da propriedade.

Algum dos filhos vai assumir a administração da propriedade	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Sim	81,25	81,25
Não	18,75	18,75

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

As famílias foram interrogadas sobre quais membros tomam as decisões mais importantes dentro da propriedade (Tabela11). Verificou-se que entre as famílias em sistemas de produção convencional, todos os membros assumem papel importante nas decisões a serem tomadas. Assim, em 50% dessas famílias as decisões são tomadas pelo conjunto dos integrantes. Já nas famílias em sistema de produção Agroecológico, somente 25% delas responderam que as decisões são tomadas pelo conjunto da família. Desse modo, verifica-se que as famílias estão proporcionando espaços de diálogo entre os membros da unidade, ou

seja, as decisões importantes já não são tomadas exclusivamente pelos progenitores. Apesar desse espaço aberto aos jovens, as decisões finais geralmente são tomadas pelo chefe da família, que em ambos os grupos estudados era representado pelo pai.

**Tabela 11** - Quais membros da família tomam as decisões importantes referentes ao lote.

Quem toma as decisões importantes do lote	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
O chefe da família e cônjuge	25	12,5
O chefe depois de conversar com toda a família	25	12,5
Somente pelo chefe da família	25	25
Pelo conjunto da família	25	50

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Por fim, os pais foram questionados sobre o que eles acham que está ocasionando o êxodo dos jovens para os centros urbanos. Nas famílias em sistema de produção agroecológica, as respostas que mais apareceram foram a falta de renda fixa (50%) e a ausência de empregos no campo<sup>11</sup> (37,5%), seguidos da busca por escolarização e lazer. Alguns pais ainda mencionaram o fato de o trabalho no campo ser penoso e os jovens não estarem dispostos a se sujeitar a isso. Outros atribuíram ao fato de os jovens serem obrigados a migrar em busca de novas oportunidades, visto que os lotes não são capazes, devido as suas dimensões reduzidas, de manter mais de uma família.

Já nas famílias em sistema de produção convencional, as respostas que mais apareceram foram: os jovens acham que a vida é mais fácil na cidade, têm mais diversão e lazer (31,25%), em busca de renda fixa (31,25%), no campo os rendimentos são muito baixos (25%), a ausência de empregos no campo (18,75%). Alguns ainda mencionaram que no campo o trabalho é muito penoso e exaustivo, sendo que os jovens não querem isso para suas vidas; as ideias entre pais e filhos são muito diferentes; o tamanho da propriedade é insuficiente e a escola têm influência na decisão de sair do campo. Com relação a esta última questão, os pais disseram que seus filhos ficam muito tempo na escola, desse modo não

<sup>11</sup> A ausência de empregos no campo, pelo que se pode observar, tem relação com empregos fora dos lotes, mas situados nas comunidades dessas famílias. Ou seja, são empregos, por exemplo, em uma agroindústria de pequeno porte, situada no campo.

participam ativamente dos afazeres diários do lote, ficando cada vez mais distanciados das atividades agrícolas.

Desse modo, verifica-se que os produtores em sistema de produção Agroecológica encontram-se em grande desvantagem aos produtores convencionais. Partindo do menor grau de mecanização, em virtude da baixa capacidade de investimentos dos mesmos, seguido do elevado número de membros que precisam sair dos lotes para realizar trabalhos externos e resultando, por fim, num menor desejo de continuar residindo no campo em comparação aos produtores convencionais. No entanto, maior percentual dos produtores Agroecológicos desejam ficar no campo, mesmo que todos os filhos migrem para outros lugares (Tabela 12).

**Tabela 12** – Nível de mecanização, trabalhos externos ao lote e desejo de permanecer no campo mesmo que os filhos migrem.

Variáveis	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Nível de mecanização	87,50	100
Realização de trabalhos externos ao lote	43,75	18,75
Desejo de permanecer no campo	87,50	100
Ficar no campo mesmo que os filhos migrem	75,00	68,75

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

## 4.2 OS JOVENS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E CONVENCIONAL

### 4.2.1 Identidade dos jovens

Foram investigados ao todo 35 jovens que estavam na faixa etária alvo deste estudo (13 a 29 anos), dos quais 17 pertenciam às famílias em sistema de produção agroecológica e 18 às famílias em sistema de produção convencional<sup>12</sup>, apresentadas anteriormente. Na tabela 13 é apresentada a distribuição de acordo com o intervalo de faixa etária dos jovens, em que pode ser observado maior número de jovens na faixa etária de 13 a 16 anos nas famílias em sistema de produção agroecológico, enquanto que nas famílias em sistema de produção convencional a idade predominante dos jovens era de 17 a 20 anos.

**Tabela 13** – Dados percentuais (e absolutos) da distribuição etária dos 35 jovens pesquisados pertencentes às famílias em sistemas de produção agroecológica e convencional.

Faixa etária dos jovens (anos)	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	% (Nº de indivíduos)	
13 - 16	52,94 (09)	22,22 (04)
17 - 20	17,64 (03)	38,88 (07)
21 - 24	17,64(03)	22,22 (04)
25 - 29	11,76 (02)	16,66 (03)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Com relação ao gênero dos jovens pesquisados, em ambos os sistemas de produção foi verificado maior número de indivíduos do sexo feminino, representando 70,58% e 61,11% dos jovens nos sistemas agroecológico e convencional, respectivamente (Tabela 14). Quando questionados quanto à intenção de permanecer ou sair do campo, as respostas coincidiram entre os jovens dos dois sistemas de produção, sendo que em ambos, quatro jovens moças e

<sup>12</sup> Oliveira e Schneider (2009) observaram que no grupo dos ecologistas, tanto o número de moças, quanto o de rapazes que ainda permaneciam no campo com suas famílias era superior ao dos não ecologistas. Diferentemente do que foi encontrado nesta pesquisa, visto que aqui a quantidade de jovens nos grupos foi muito parecida, dispondo de apenas um jovem a mais no grupo dos produtores em sistema de produção convencional.

dois rapazes manifestaram desejar sair do campo (Tabela 14). Desta forma, os jovens (moças e rapazes) que desejam permanecer e os que desejam sair do campo representam, respectivamente, 64,70% e 35,29% no grupo em sistema de produção agroecológico e 66,67% e 33,33% no grupo em sistema de produção convencional.

**Tabela 14** – Distribuição quanto ao gênero dos jovens pesquisados em sistemas de produção agroecológica e convencional e a intenção destes em permanecer no campo.

Sistema de Produção	Gênero Jovens		Intenção em permanecer no campo			
			Feminino		Masculino	
	Feminino	Masculino	Sim	Não	Sim	Não
			% (Nº de indivíduos)			
Agroecológico	70,58 (12)	29,41 (05)	47,06 (08)	23,53 (04)	17,65 (03)	11,76 (02)
Convencional	61,11 (11)	38,88 (07)	38,89 (07)	22,22 (04)	27,78 (05)	11,11 (02)
Total	23	12	15	08	08	04

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No presente estudo observou-se a predominância de jovens do sexo feminino que ainda permanecem no campo, mesmo que entre elas o desejo de sair seja um pouco maior do que entre os jovens do sexo masculino (Tabela 15). Estes resultados são distintos dos apresentados por Dotto (2011)<sup>13</sup>, que observou maior proporção de jovens do sexo masculino que ainda residiam no meio rural. No entanto, o referido autor também observou que as jovens moças possuem maior tendência em sair do campo. Segundo ele, talvez a tendência de as mulheres saírem mais revela o padrão de uma sociedade patriarcal, onde os homens são os que tomam as decisões sem ouvirem as opiniões femininas. Destaca ainda que “os jovens do sexo masculino são geralmente escolhidos pelo pai para aprender a lidar com a produção do

<sup>13</sup> Dotto (2011) analisa os fatores que podem influenciar a permanência dos jovens filhos de agricultores familiares nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul localizados próximos a cidades e com no mínimo dez anos de existência. Foram entrevistados dois grupos de jovens, aqueles que permaneceram no campo, com amostragem de 45 jovens, e os que não permaneceram, com amostragem de 37 jovens. Os resultados indicam jovens que gostam do campo, mesmo no caso daqueles que saíram. Entre as variáveis que diferenciam os dois grupos de jovens, o gênero é uma das principais, com as mulheres saindo mais.

lote, com o objetivo que o mesmo prossiga com a atividade quando se aposentar” (DOTTO, 2011 p. 39).

**Tabela 15** – Total de jovens pesquisados (Agroecológicos e Convencionais) e a intenção de sair ou permanecer no campo.

Intenção dos jovens	MENINAS (23)	MENINOS (12)
	% (nº de indivíduos)	
Permanecer	65,21% (15)	66,67% (8)
Sair	34,79% (8)	33,33% (4)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Vale destacar a partir desses dados que rapazes e moças não têm as mesmas oportunidades no campo. Silvestro et al. (2001) já haviam verificado, em pesquisa com jovens no oeste de Santa Catarina, que são as moças que tendem a migrar para a cidade em proporções superiores aos rapazes. Igualmente, Carneiro (2007) levanta algumas explicações para este fato, alegando que as mulheres não encontram espaços de realização profissional nas áreas rurais agrícolas. E continua,

Em geral, a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, fato que ao mesmo tempo é resultado de uma discriminação mas que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano, o que pode provocar um fenômeno ainda pouco observado (talvez porque pouco estudado) no Brasil que é o da masculinização e envelhecimento da população das localidades estudadas. Ameaçados pelo celibato, a tendência dos rapazes é abandonar a agricultura e migrar para a cidade, sempre que as condições sociais e materiais das famílias permitem (CARNEIRO, 2007, p. 60-61).

Observou-se a partir da análise da Tabela 15, que ainda a maioria dos jovens pesquisados pretendem permanecer vivendo nos lotes com suas famílias. Estes, que manifestaram interesse em permanecer, demonstraram compromisso com a família, ou seja, não pretendem abandonar os pais, devem de certa forma um compromisso com eles, no sentido de não os deixarem sozinhos no campo com todos os afazeres diários, ou mesmo para cuidarem dos pais que já estão com certa idade. Neste mesmo sentido, Carneiro (2007) destaca que:

Os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais (CARNEIRO, 2007, p. 85).

Desse modo, pode ser percebido a partir da pesquisa com os jovens, que eles projetam suas vidas fora do campo, onde sonham com outro padrão de vida, na qual possam prosseguir nos estudos, ter um emprego com renda fixa, acesso a mais lazer e cultura. Por outro lado, a família representa um motivo muito fundamentado quando os jovens decidem por não migrarem.

Os jovens foram questionados sobre as atividades não agrícolas que gostariam de desenvolver caso optassem por permanecer no meio rural, entre os jovens em sistema de produção agroecológico, 41,17% respondeu ser agroindústria rural de pequeno porte, enquanto que no outro grupo a maioria dos jovens não sabe ainda quais atividades gostaria de desenvolver.

Quanto a atividades remuneradas fora da propriedade, três (17,64%) dos jovens em sistema de produção agroecológico e um (5,55%) dos jovens em sistema de produção convencional exercem tal atividade. O restante dos jovens desenvolve apenas atividades dentro dos lotes de suas famílias.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre o que lhes chama mais atenção no meio urbano, e entre os jovens em sistema de produção agroecológico as respostas mais frequentes foram a maior facilidade de acesso a escolarização (52,94%), seguido de maiores oportunidades de emprego (35,29%) e maior acesso a lazer e cultura (11,76%) (Tabela 16). Entre os jovens em sistema de produção convencional o que mais apareceu entre as respostas foi a maior facilidade de acesso a escolarização (44,44%), seguido de maiores oportunidades de emprego (27,77%), maiores oportunidades se comparado com o campo (16,66%) e maior acesso a lazer e cultura (11,11%).

**Tabela 16** - O que mais chama a atenção dos jovens no meio urbano.

O que mais chama atenção dos jovens no meio urbano	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Facilidade de acesso a escolarização	52,94	44,44
Maiores oportunidades de emprego	35,29	27,77

Acesso a lazer e cultura	11,76	11,11
Maiores oportunidades se comparado como o campo	0,0	16,66

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao aprofundarmos a observação nos dados da pesquisa em relação aos motivos que levam a saída dos jovens do campo, percebemos que estão ligados principalmente a busca por escolarização e trabalho, elementos estes que fazem parte da reprodução social destes indivíduos. Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) ao analisarem jovens que vivem em áreas de assentamentos, verificaram que 74% dos jovens confirmaram que os motivos da saída do campo estão ligados à procura de trabalho. E que, segundo eles, “o trabalho desempenhado nas unidades produtivas não é considerado trabalho produtivo, mas sim uma atividade ligada à sobrevivência, sendo o trabalho aquele que tem como fruto o salário” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 141).

Quanto ao nível de escolaridade dos jovens pesquisados, constatou-se que apenas dois interromperam seus estudos para prosseguirem trabalhando no lote com suas famílias e os demais seguem com matrículas ativas em estabelecimentos de ensino (Tabela 17).

**Tabela 17** – Nível de escolaridade dos jovens pesquisados.

Nível de escolaridade	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	% (Nº de indivíduos)	
Fundamental Incompleto	23,52 (4)	11,11 (2)
Médio Incompleto	35,29 (6)	27,77 (5)
Médio Completo	17,64 (3)	33,33 (6)
Superior Incompleto	11,76 (2)	22,22 (4)
Superior Completo	5,88 (1)	5,55 (1)
Técnico Agrícola	5,88 (1)	0 (0)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os jovens foram questionados quanto às condições que os levariam a permanecer vivendo nos lotes com suas famílias. Dentre os jovens em sistema de produção agroecológica entrevistados, 35,29% responderam que ficariam se pudessem receber sua própria renda para



suprir as necessidades básicas e 29,41% dos jovens respondeu que ficariam no campo se pudessem desenvolver outras atividades agrícolas que propiciassem mais renda. Entre os jovens em sistema de produção convencional, 27,77% responderam que ficariam se recebessem uma renda própria e 44,44% respondeu que ficariam se pudessem desenvolver outras atividades não agrícolas.

Desse modo, observou-se que um fator que influencia fortemente a permanência dos jovens no campo tem relação com a renda obtida pelos mesmos. Assim, caso os jovens recebessem uma renda fixa proveniente das suas atividades realizadas no lote, possivelmente possuiriam mais condições de permanecer no campo<sup>14</sup>. Outro fator que contribuiria com a permanência destes sujeitos no campo tem relação com a autonomia quanto à escolha de novas atividades agrícolas a serem desenvolvidas na propriedade, pois normalmente os pais não consideram a opinião dos filhos jovens, isso dificulta seu posicionamento quanto às questões produtivas do lote. Nesta mesma perspectiva, Moura e Ferrari (2016) também levantaram que a independência financeira dos jovens e a autonomia nos trabalhos da propriedade são aspectos de atração do campo para a juventude.

Ainda com relação ao andamento das atividades produtivas, os jovens foram questionados sobre sua participação no processo de planejamento produtivo dos lotes. Assim, 64,70% dos jovens em sistema de produção agroecológico participam de tais decisões, enquanto que aqueles em sistema de produção convencional a participação é um pouco menor, perfazendo 55,55% dos jovens.

Outra questão direcionada aos jovens foi se ainda enxergam o campo como possibilidade de reprodução social, ao que todos os jovens em sistema de produção agroecológica responderam afirmativamente, que ainda percebem o campo com tal finalidade, enquanto 77,77% dos jovens em sistema de produção convencional possuem esta mesma opinião.

No presente estudo, os jovens foram questionados quanto a satisfação relacionada ao sistema produtivo adotado na propriedade e as respostas obtidas foram semelhantes entre os grupos, sendo o índice de insatisfação dos jovens em sistema de produção agroecológica e convencional de 35,0 e 33,33%, respectivamente.

---

<sup>14</sup> Quando falamos de uma renda fixa para os jovens, podemos estar nos referindo a uma “mesada” que os pais possivelmente venham a pagar aos jovens pelos trabalhos prestados no lote. Outro exemplo é caso de uma das jovens pesquisadas, morra com seus pais no lote, fez o concurso da prefeitura do município e agora trabalha na escola próxima a sua residência como assistente administrativa. No entanto, nos horários em que não está na escola, ajuda seus pais nas atividades do lote. Outro exemplo é o de um jovem que trabalha no Sindicato Rural do município, e outro que trabalha na Copaia, ambos morram nos lotes com seus pais e contribuem com os afazeres diários.

#### 4.2.2 Projetos profissionais dos jovens

Quanto ao futuro pretendido por estes jovens, 22,22% daqueles em sistema de produção convencional responderam que pretendem abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade. Por outro lado, nenhum dos jovens do grupo em sistema de produção agroecológica manifestou intenção de abandonar o campo. No entanto, alguns jovens, de ambos os grupos, pretendem fazer um curso técnico para trabalhar prestando assistência técnica em outras propriedades e também cuidar da unidade de sua família.

Ainda com relação ao futuro profissional, foi perguntado aos jovens, caso saiam do campo para prosseguir nos estudos, se após finalizá-los eles regressariam às suas propriedades. Em ambos os grupos os jovens pretendem regressar ao campo, resultando em 70,58% dos jovens em sistema de produção agroecológica e 72,22% dos jovens em sistema de produção convencional. Todos os jovens em sistema de produção agroecológica manifestaram gostar de viver no campo, contra apenas 83,33% dos jovens em sistema de produção convencional.

A grande maioria dos entrevistados pretende continuar seus estudos, sendo que dos jovens em sistema de produção agroecológica, 94,11% deseja continuar, contra 94,44% dos jovens em sistema de produção convencional. Apenas um jovem de cada grupo pesquisado alegou que não pretende continuar seus estudos.

Outro ponto que chamou atenção nos resultados diz respeito à remuneração, entre os jovens em sistema de produção agroecológica apenas 23,52% recebe algum tipo de remuneração pelo trabalho realizado no lote. No entanto, 50% dos jovens em sistema de produção convencional recebem provento em decorrência de seus trabalhos no lote. Em estudo sobre fatores que influenciam na permanência dos jovens no campo, Moura e Ferrari (2016) destacam a independência financeira como uma das razões de atração do campo para a juventude.

Ainda com relação aos aspectos que influenciam na permanência dos jovens no campo, Moura e Ferrari (2016) fazem uma sistematização de experiências que relacionam juventude e Agroecologia, “com o intuito de incitar o debate sobre a contribuição da agroecologia na permanência e no protagonismo da juventude no campo; o papel das entidades e das políticas públicas no suporte à construção de estratégias alternativas de

permanência no campo” (MOURA e FERRARI, 2016, p. 08). A partir dessa sistematização, conseguem levantar aspectos de atração e de repulsão do campo para a juventude. Dentre os aspectos atrativos levantados estão: autonomia nos trabalhos da propriedade; independência financeira; organizações da agricultura familiar; valores e relações familiares; relações de solidariedade e de coletividade; qualidade de vida; acesso à terra; identidade do campo; escolas do/no campo e a licenciatura em educação do campo e a Agroecologia. Como fatores de repulsão identificaram: educação descontextualizada e ausência de escolas no/do campo; necessidade da autonomia na gestão do trabalho da propriedade familiar; falta de liberdade na construção de relacionamentos afetivos; ausência de políticas públicas adaptadas à realidade da juventude; tamanho da propriedade insuficiente para gerar trabalhos e renda para todos os membros da família; ausência de renda monetária própria; rotina intensa de trabalho; o uso intensivo de agrotóxicos, o desmatamento, e a monocultura; a falta de acesso à terra e a concentração fundiária; discriminação sofrida por ter uma identidade rural; a invisibilização do trabalho feminino; ausência de tecnologia da comunicação e do lazer no campo e, por fim, a negação da família ao projeto de vida da/do jovem e a falta de diálogo com ele/ela.

É interessante destacarmos as similaridades encontradas com os jovens pesquisados no município de Rio Bonito do Iguçu. Dentre os aspectos atrativos do campo para a juventude, identificamos os seguintes: autonomia nos trabalhos da propriedade; independência financeira; qualidade de vida e acesso à terra. Entre os fatores de repulsão do campo para a juventude, que foram similares aos da pesquisa de Moura e Ferrari (2016), destacamos: educação descontextualizada e ausência de escolas no/do campo; necessidade da autonomia na gestão do trabalho da propriedade familiar; ausência de políticas públicas adaptadas à realidade da juventude; tamanho da propriedade insuficiente para gerar trabalhos e renda para todos os membros da família; ausência de renda monetária própria; rotina intensa de trabalho; a falta de acesso à terra; discriminação sofrida por ter uma identidade rural; a invisibilização do trabalho feminino; ausência de tecnologia da comunicação e do lazer no campo e, por fim, a falta de diálogo entre pais e filhos.

Moura e Ferrari (2016) constataram que para a juventude existem mais fatores de repulsão do campo do que de atração. Da mesma forma, nesta pesquisa também foram observados fatores de repulsão e de atração do campo para a juventude. Nesse sentido, Brumer (2007) destaca que os indivíduos migram, analisam e julgam tais fatores e, em geral, focam os aspectos de repulsão na decisão de migrar.

De fato, verificaram-se diversos entraves para a permanência dos jovens no campo. No entanto, pode-se constatar que estes jovens apresentam também anseios de permanência,

que se encontram vinculados a aspirações por melhores oportunidades de vida. Nesse sentido, os jovens pesquisados deixaram transparecer um grande apreço pelo espaço dos seus lotes, destacaram ser um lugar tranquilo, sossegado, onde podem estar perto dos seus entes queridos.

Nesta mesma perspectiva, Oliveira, Rabelo e Feliciano (2014) ao analisarem a juventude assentada do Estado de São Paulo, verificaram que 83% dos jovens pesquisados tinham preferência pela cidade. No entanto, paralelo a esta informação, 69,5% dos jovens declararam:

[...] que gostam de viver no Assentamento, os motivos apontam para as características do meio rural, como: a qualidade de vida, o sossego, a paz, a tranqüilidade, as amizades, a união e o trabalho de cultivar a terra, ou seja, os jovens vêm na vida no Assentamento elementos positivos que contribuem para a qualidade de vida (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 140).

Apesar destes elementos positivos levantados por estes jovens, Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 141) destacam que “embora haja prazer pelo meio rural encontramos a atração pelo meio urbano produzido pela diversidade de opções para lazer, emprego, estudo, o desejo de estar “inserido” socialmente na sociedade e não estar em estado de “isolamento” dela”.

Assim como em outras pesquisas com jovens assentados, pode-se perceber que eles apresentam as características positivas associadas à vida no assentamento, contrapondo a dinâmica de vida nas cidades. Mas ao aprofundarmos os motivos que os levam a migrarem, destacam que estão diretamente relacionados à procura de emprego e escolarização. Assim, a partir destes dois elementos levantados, é necessário desenvolver um conjunto de medidas que contribuam com a vida e a reprodução social destes jovens, criando condições iguais ou até melhores dos que vivem na cidade. Stédile (2010) destaca:

Não basta apenas criar oportunidades de educação. Nós temos que garantir renda para esses jovens. As agroindústrias que geram empregos mais qualificados, que exigem maior conhecimento. É onde a juventude do campo se sente mais motivada. Lá haverá espaço para bioquímicos, veterinários, médicos, administradores e cooperativistas. A nossa luta é justamente essa: educação e agroindústria para gerar renda para a juventude. Assim, ela pode permanecer no campo, tendo as mesmas condições ou até melhores do que se migrasse para as periferias das cidades, onde ela só vai encontrar violência, pobreza e discriminação (STÉDILE, 2010, p. 01).

Adicionalmente, também se fazem necessárias ações em diferentes áreas como: saúde, cultura, lazer, esporte, etc. Outro problema que afeta a permanência dos jovens no campo é a ausência de políticas públicas efetivas e de Reforma Agrária (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014). Por isso, os desafios são muito maiores do que imaginamos, pois as lutas por políticas públicas específicas é algo moroso e que passa por muitos enfrentamentos.

Como mencionado, o acesso à terra é um dos desafios enfrentados pelos jovens e que contribui para a saída dos mesmos do campo. Outro desafio relacionado à permanência dos jovens no campo diz respeito “a falta de voz em relação à tomada de decisões e participação nos lotes da família, que tem se mostrado como um elemento intrínseco a essa decisão de abandonar o campo” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 148). Desse modo, estes autores destacam que estas relações patriarcais podem influenciar nas decisões de permanência do jovem no campo.

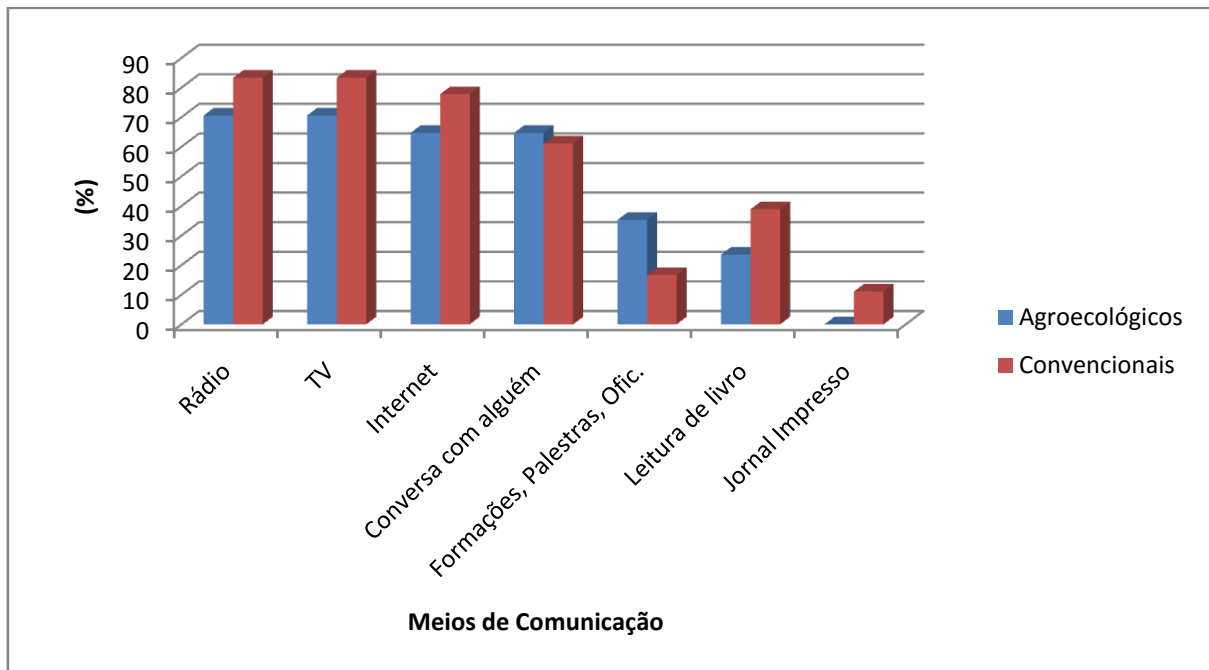
#### **4.2.3 Os meios de comunicação**

Os instrumentos de comunicação são dispositivos importantes para a disseminação de informações. Assim, Dotto (2011) percebe que

Os jovens que vivem no campo incorporam esses mecanismos como forma de entretenimento, para estabelecer contato pessoal ou profissional e saber o que acontece “lá fora”, na cidade. São fontes de informações úteis tanto para a otimização do trabalho no campo, como para favorecer a saída para a cidade (DOTTO, 2011, p. 44).

Os meios de comunicação, como rádio, TV e internet foram os mais acessados dentre os jovens pesquisados (Figura 5). Como se sabe, o acesso aos meios de comunicação é muito mais difícil no campo do que na cidade, assim, os jovens acabam dando grande importância a esses instrumentos. Os jovens que não tem acesso a alguns desses meios em seus lotes, na escola eles conseguem usufruir da maior parte deles. A diferença entre os grupos de jovens pesquisados não se mostrou significativa, o que impossibilita as conclusões sobre a influência dos meios de comunicação na permanência ou não dos jovens no campo. Dentre os meios de comunicação acessados pelos jovens estão: rádio; TV; internet; diálogo com outras pessoas; formações, palestras e oficinas; leitura de livro e jornal.

**Figura 5** - Meios de comunicação acessados pelos jovens em sistema de Produção Agroecológica e Convencional.



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

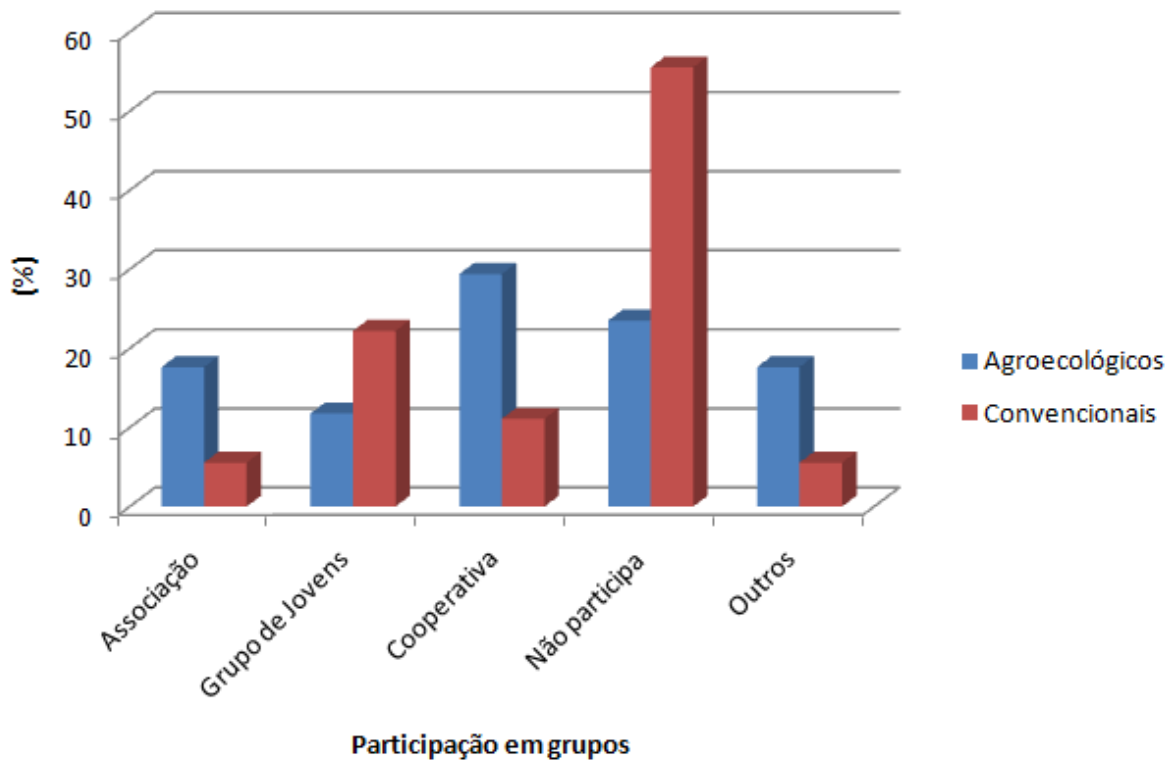
Com relação aos meios de transporte utilizados, 94,11% dos jovens em sistema de produção agroecológico dispõem de automóvel, 47,05% de moto, 11,76% de outros meios de transporte e um jovem não possui nenhum tipo de meio de transporte disponível. Já entre os jovens em sistema de produção convencional, 83,33% dispõem de carro, 44,44% de moto e 22,22% dos jovens utilizam de outros meios de transporte. Todos os jovens deste grupo acessam pelo menos um tipo de meio de transporte. As diferenças quanto a este quesito foram pequenas entre os grupos e provavelmente não representam relevância nas decisões de permanência ou não dos jovens no campo.

Quanto à ocupação principal dos jovens dentro dos seus lotes, no sistema de produção agroecológico, 35,29% estudam e ainda ajudam nas atividades domésticas (apenas as jovens moças), 23,52% estudam e trabalham nas atividades de produção dentro dos lotes, mas sem remuneração, 17,64% só estudam e apenas um jovem (5,88%) estuda e trabalha com remuneração fora do lote, outros 17,64% dos jovens desenvolvem outras atividades (trabalha somente no lote). Dentre os jovens em sistema de produção convencional, 27,77% estudam e ainda ajudam nas atividades domésticas (apenas as jovens moças), 16,66% estudam e trabalham nas atividades de produção dentro dos lotes, mas sem remuneração, 16,66%

estudam e trabalham com remuneração fora do lote, 11,11% dos jovens só estudam e, 27,77% realizam outros tipos de atividades.

Um fator que chamou bastante atenção na caracterização dos dois grupos foi à participação social dos jovens em algum grupo (de jovens, igreja, cooperativa, associação, etc.). Conforme verifica-se a seguir, grande parte dos jovens em sistemas de produção convencional não participa de nenhum grupo. Assim como, os jovens em sistema de produção agroecológica participam em maior número tanto em associações quanto em cooperativas se comparados com o outro grupo (Figura 6).

**Figura 6** - Participação dos jovens em sistema de Produção Agroecológica e Convencional em algum grupo.



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Em relação às decisões que são tomadas dentro dos lotes, os jovens foram questionados no sentido de saber quais são os membros da família que participam de tais deliberações (Tabela 18).

**Tabela 18** – As decisões importantes são tomadas por quais membros das famílias.

Membros que tomam as decisões importantes do lote	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Pelo chefe da família e cônjuge	29,41%	38,88%
Pelo chefe depois de conversar com toda a família	29,41%	22,22%
Pelo conjunto da família	29,41%	22,22%
Pelo chefe da família, cônjuge e os filhos	5,88%	5,55%
Somente pelo chefe da família	5,88%	11,11%

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Como discutido anteriormente, verificou-se que as famílias estão mais abertas ao diálogo. No entanto, ainda é necessário grande avanço para que o processo de tomada de decisões seja mais democrático. Segundo estes jovens pesquisados, eles precisam de mais autonomia, principalmente nas atividades desenvolvidas dentro dos lotes. Podendo assim, contribuir para aumentar o desejo em permanecer vivendo no campo.

Nesse sentido, estes resultados corroboram com Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 139), segundo os quais “a família do campo não foge à tradição da sociedade patriarcal que centra no pai a função de mediatizar todo o trabalho, outorgando a ele também o controle sobre todos os que com ele vivem”. No presente estudo foi verificado que o pai ainda se encontra em uma posição de superioridade em relação aos outros membros do núcleo familiar.

Outro ponto que chamou bastante atenção foi com relação à divisão social do trabalho. Nem todos os membros da família participam das atividades produtivo-agrícolas desenvolvidas no lote, isso culmina na observação de que há divisão de atividades entre homens e mulheres. Observou-se nas respostas que a maior parte das jovens moças desenvolve apenas serviços domésticos ou relacionados ao lar, enquanto os jovens rapazes executam atividades exclusivamente no seguimento produtivo. Nesse sentido, as mulheres jovens passam a ser mais desvalorizadas, já que suas atividades não são compreendidas como produtivas, ou ligada à produção agrícola (BRUMER, 2007). Nessa perspectiva, Moura e Ferrari (2016) destacam:



Observamos, assim, que o patriarcado não é uma realidade local ou regional, mas uma realidade que ultrapassa fronteiras territoriais e que está consolidada no pensamento social brasileiro. Poucas são as possibilidades e vários são os desafios de as jovens permanecerem no campo, visto que há muito a ser desconstruído, desde a cultura patriarcal até a visão do campo como lugar de atraso. A saída das jovens para a cidade se dá por vários motivos. No entanto, a falta de autonomia na propriedade, a não remuneração e a continuidade dos estudos são os agravantes para a saída de muitas/os jovens para a cidade em busca de estabilidade financeira e da profissionalização que permita a busca de outros trabalhos para além do agrícola (MOURA e FERRARI, 2016, p. 33).

Assim, a mulher está relegada a esfera particular, enquanto que ao homem à esfera pública. Nesse sentido, Stropasolas (2011) destaca que a organização do trabalho na agricultura está fortemente marcada por um viés de gênero, destinando o homem ao espaço da produção e da administração da propriedade. Desse modo, segundo ele, as mulheres não são preparadas, nem mesmo estimuladas a se envolver ou se interessar por esse assunto.

Além dessa divisão de atividades entre homens e mulheres, no que tange a sucessão/administração dos lotes as mulheres ficam novamente invisibilizadas. Pois, como constatado nas entrevistas, existe a possibilidade de sucessão, no entanto para apenas um dos filhos, e as jovens moças não esperam que sejam elas as sucessoras, visto todo o processo de exclusão ao qual passa a mulher. Assim, analisando os desafios para a sucessão geracional nas unidades familiares de produção, Moura e Ferrari (2016) verificaram que as jovens moças são as últimas opções dentro do processo de sucessão.

Quanto a possibilidade de sucessão, 58,82% e 61,11%, respectivamente, dos jovens em sistema de produção agroecológico e convencional responderam que ainda não foi definido a partilha dos bens da família.

Os jovens em sistema de produção agroecológica e convencional foram questionados quanto ao que consideram necessário para que permaneçam no campo e as respostas convergiram em alguns aspectos e divergiram em outros (Tabela 19). De forma geral, as maiores diferenças de opinião foram quanto aos meios de comunicação no campo, sendo que 35,29% dos jovens em sistema de produção agroecológico apontaram como sendo necessário para a permanência no campo, enquanto que apenas um dos jovens em sistema de produção convencional mencionou este item. A renda própria, maior qualidade das terras e implementos agrícolas, assim como mais lazer e cultura foram os itens que apresentaram maior diferença de relevância para os jovens em sistema convencional e agroecológico.

**Tabela 19** – O que os jovens entrevistados consideram necessário para que permaneçam vivendo no campo.

O que é necessário para o jovem ficar no campo	Sistema de Produção	
	Agroecológico	Convencional
	%	
Acesso a crédito e a terra	35,29	38,88
Meios de comunicação no campo	35,29	5,55
Renda própria	35,29	16,66
Mais oportunidades de trabalho	35,29	33,33
Maior qualidade das terras e implementos agrícolas	29,41	55,55
Mais lazer e cultura	17,64	38,88
Outros	11,76	5,55

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Os jovens foram questionados se existe algum tipo de diversão nos lotes (atividades de lazer), das quais eles desfrutam. Interessante foi que, dentre os jovens em sistema de produção agroecológico, 41,17% disseram não existir nenhuma forma de diversão que eles realizam no tempo livre nos lotes. Resultado bem mais expressivo foi encontrado no grupo dos jovens em sistema de produção convencional, sendo que 88,88% disseram não existir nenhuma forma de diversão realizada no tempo livre. Resultado que sugere maior insatisfação destes últimos quanto ao lazer oferecido pelo meio rural.

Outro ponto que chamou bastante atenção nos resultados diz respeito ao acesso a políticas públicas de aquisição de crédito por parte dos jovens. Nenhum dos jovens em sistema de produção agroecológico acessa ou acessou alguma política pública, como por exemplo, o Pronaf Jovem, PAA, PNAE, ou outros tipos de políticas. No entanto, entre os jovens em sistema de produção convencional, 22,22% respondeu que acessa ou acessou algum tipo de política pública.

## 4.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO

### 4.3.1 A JUVENTUDE DA ESCOLA DO CAMPO

### 4.3.2 Caracterização dos jovens

A escola em questão está situada no Assentamento Ireno Alves dos Santos (Figura 7), originário da ocupação da fazenda Giacometti Morodin no município de Rio Bonito do Iguazu. O assentamento foi instituído em 1998 após a desapropriação de área da fazenda e 934 famílias obtiveram o regime de posse da terra (MOREIRA, 2013). Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA (2012), Rio Bonito do Iguazu é o município com maior número de assentados do estado do Paraná.

**Figura 7** - Vista do Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguazu, Paraná.



**Fonte:** Arquivo do autor, 2018.

A escola já tem sua nomenclatura alterada para identificação enquanto Colégio do Campo, isso implica em alguns princípios aos quais a escola está sujeita. Principalmente no que se refere ao Projeto Político Pedagógico diferenciado para as escolas do campo. Desta forma, a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo – Resolução

CNE/CEB n. 1, de abril de 2002 e o Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010, a Educação do Campo constitui-se enquanto política pública específica para os povos do campo. Apesar disso, enfrenta ainda desafios muito complexos, relacionados à mudança de paradigma político, cultural, educacional, no processo de sua implantação efetiva (PEIXER e VARELA, 2011).

Desse modo, a idade foi o primeiro elemento observado. Dentre os jovens pesquisados, a maior parte deles encontravam-se na faixa etária de 17 anos (Tabela 20).

**Tabela 20** - Distribuição dos jovens pesquisados na escola do campo por idade.

Idade (anos)	Jovens pesquisados por idade
	% (n° de indivíduos)
17	43,47 (10)
16	39,13 (9)
20	8,69 (2)
18	4,34 (1)
32	4,34 (1)

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Quanto ao estado civil dos pesquisados, a maioria deles respondeu estar solteiro (22 jovens), enquanto que apenas uma jovem está casada e tem dois filhos, esta que possui 32 anos de idade.

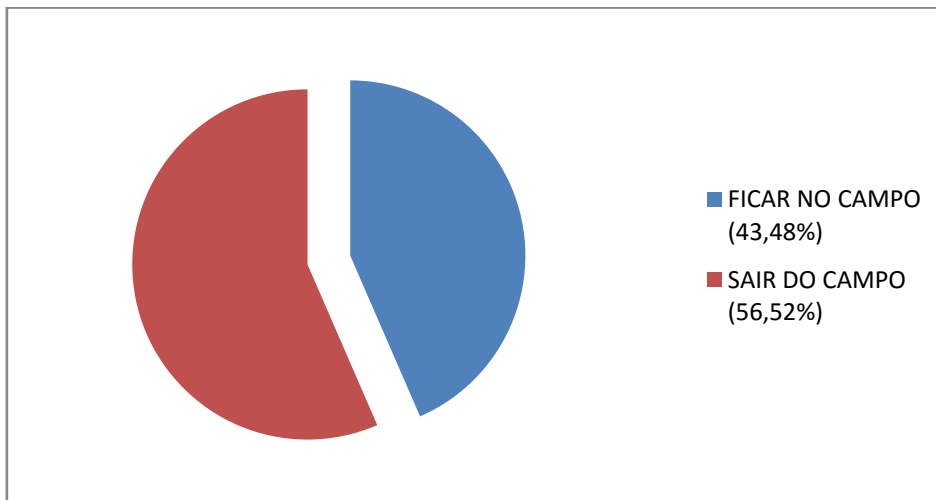
Outro fator relevante tem relação com a origem dos jovens pesquisados, dos quais, todos responderam ser de origem rural, ou seja, são filhos de agricultores. Mesmo que alguns responderam que já migraram para a cidade em outro período, ainda cultuam laços que os identificam com sua cultura de origem.

Conforme se observa na Figura 8, dentre os jovens pesquisados, desejam permanecer no campo apenas 10 jovens (43,48%) e os 13 jovens restantes desejam sair do campo (56,52%)<sup>15</sup>. Observamos que entre o grupo de jovens que deseja ficar no campo a média das idades corresponde a 19 anos, enquanto que no grupo dos jovens que desejam sair do campo a média de idade fica em torno de 16,3 anos. Resultado semelhante encontrado por Dotto

<sup>15</sup> Em trabalho semelhante Moreira e Rover (2003), ao pesquisarem 226 estudantes de escolas rurais do município de Chapecó/SC. Identificaram que apenas 21% dos adolescentes com idade entre 10 e 14 anos e 28% com idade entre 15 e 19 anos pretendem seguir a profissão de agricultor. E ainda, verificaram que a pretensão de sair do meio rural e trabalhar em outra profissão é maior entre as jovens (89%) do que entre os jovens (72%).

(2011), o qual observou que os jovens que ficaram no campo apresentam uma faixa etária de 25 a 33 anos, enquanto que os jovens que saíram do campo estão na faixa etária de 18 a 25 anos. Além disso, verificou que a idade média daqueles jovens que ficaram era de 24,5 anos e entre aqueles que saíram era de 22,5 anos.

**Figura 8** - Intenção dos jovens quanto a ficar ou sair do campo.



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Assim também, Coutinho (2014) verificou que os deslocamentos frequentes do campo para a cidade realizado por homens e mulheres apresentam particularidades relativas ao gênero e a faixa etária. Desse modo, ele observou que os entrevistados entre 15 e 19 anos demonstraram uma tendência maior em ir viver nas cidades do que os das faixas etárias mais elevadas.

Embora nesta pesquisa as meninas tenham se apresentado em maior proporção que os meninos, 75% dos jovens meninos desejam permanecer no campo contra apenas 26,67% das jovens meninas. Em contrapartida, 73,33% das jovens meninas desejam sair do campo em busca de novas oportunidades contra apenas 25% dos jovens meninos (Tabela 21). Da mesma forma, Ferrari et al. (2004) observaram em pesquisa com jovens rurais que 70% dos rapazes entrevistados manifestaram desejo de continuar na agricultura, contra apenas 33% das moças desejando permanecer na agricultura. A partir desses dados, eles identificam que “as jovens adolescentes vislumbram outras possibilidades de vida além daquelas vividas por suas mães” (FERRARI et al., 2004, p. 243).

**Tabela 21** – Jovens pesquisados por gênero e sua intenção quanto a permanecer ou sair do campo.

Desejo dos jovens	Gênero	
	Meninas	Meninos
	% (Nº de indivíduos)	
Sair	73,33 (11)	25 (2)
Permanecer	26,67 (4)	75 (6)

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2018.

Dentre os motivos apresentados pelos jovens que não pretendem continuar vivendo no campo, estão os seguintes: a falta de oportunidades de emprego e escolarização figuram entre os principais motivos; a carência de recursos no campo – estradas de má qualidade, saúde, lazer, acesso a tecnologias etc.; a falta de oportunidades principalmente para os jovens; a desvalorização dos agricultores. Querem sair em busca de uma melhor qualidade de vida, renda própria e, muitos ainda relataram que não se identificam com o trabalho no campo – consideram algo sofrido, que exige muito da sua capacidade.

Dentre os motivos apresentados pelos jovens que pretendem permanecer vivendo no campo, estão os seguintes: porque gostam de ser agricultor; no campo eles têm mais liberdade, devido à menor violência se comparado com a cidade; a proximidade com a família, melhor qualidade de vida; no campo os agricultores são patrão e não empregados; a renda é mais alta do que na cidade; alguns sonham em investir nos lotes para aumentar a renda; vida mais tranquila; produzem seu próprio alimento – que é mais saudável; sempre morou no campo; a proximidade com a natureza; uma vida mais saudável e a propriedade da terra são alguns dos aspectos que os motivam a permanecer no campo.

Quanto ao gênero dos jovens em função de sair ou permanecer no campo, observou-se que entre os jovens que pretendem sair do campo, 84,61% são jovens meninas e 15,38% são jovens meninos. No entanto, entre o grupo de jovens que desejam ficar no campo, 40% são jovens meninas e 60% são jovens meninos. A partir desses dados pode-se aferir que as jovens moças pretendem sair do campo em maior proporção se comparado com os jovens meninos. Além de que, os jovens meninos pretendem ficar no campo em maiores proporções se comparado as jovens meninas.

Igualmente, Dotto (2011) identificou a predominância das mulheres no grupo que saiu do campo, também verificou uma maior predominância dos homens no grupo que ficou. Nesta mesma perspectiva, Camarano e Abramovay (1999, p. 316) levantaram que nos processos migratórios brasileiros, “os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças”.

Dentre os jovens pesquisados, sete (30,43%) deles responderam que pretendem sair do campo para continuar seus estudos, mas voltar depois que finalizá-los; faz parte do projeto de vida de cinco jovens (21,73%) abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade; outros cinco jovens (21,73%) pretendem sair do campo para prosseguir nos estudos, no entanto não pretendem voltar; dois jovens (8,69%) responderam que pretendem continuar o trabalho no campo, na unidade rural de seus familiares e, quatro jovens (17,39%) responderam ser outras atividades que desejam realizar.

Todos os entrevistados responderam trabalhar apenas nos lotes com suas famílias, não realizando trabalho assalariado externo. Com relação às horas destinadas aos trabalhos na agricultura, verificou-se que as meninas trabalham em média 5,2 horas diárias nestas atividades, enquanto que os meninos destinam 8,1 horas diárias para as atividades agrícolas dos lotes. A partir destes dados percebe-se que os jovens meninos têm uma relação mais íntima com as atividades produtivas nos lotes, enquanto que as meninas estão mais afastadas de tais trabalhos.

Os meios de informação mais acessados por estes jovens em ordem decrescente: televisão, rádio, internet, estuda, conversa com alguém, lê livro, lê jornal e, participam de formações, oficinas e palestras.

Os jovens foram questionados sobre a sua ocupação principal atualmente, 56,52% dos jovens pesquisados responderam que estudam e trabalham nas atividades de produção agropecuária dentro da unidade familiar, mas sem remuneração; 30,43% dos jovens pesquisados responderam que estudam e ajudam nas atividades domésticas (somente as jovens meninas) e, 13,04% dos jovens responderam que estudam e trabalham nas atividades de produção agropecuária dentro da unidade familiar, mas com remuneração. Constatou-se a partir desta análise que, 46,66% das jovens meninas estudam e ajudam apenas nas atividades domésticas, enquanto que nenhum dos jovens meninos pesquisados ajuda nas atividades domésticas.

Os jovens pesquisados responderam quais são as maiores dificuldades encontradas por eles atualmente. As respostas que mais apareceram, em ordem decrescente, foram: estradas e transportes de qualidade nas áreas rurais, oportunidades de emprego no campo, escola no

campo de qualidade, preconceito quanto às suas origens, acesso as tecnologias (especialmente internet e celular), acesso a saúde próximo a sua residência e acesso a lazer e cultura. Desse modo, isso mostra que a permanência do jovem no campo depende de vários fatores.

Dos 23 jovens pesquisados na escola do campo, nenhum deles já acessou ou acessa alguma política pública específica para esta categoria. Da mesma forma, Braga (2006, p. 104) quando trata dos jovens do Assentamento Hipólito, no estado do Rio Grande do Norte, destaca que esta categoria sempre esteve excluída dos programas e projetos, “restando-lhes poucas alternativas de autosustentabilidade, a não ser a migração ou trabalhos quase sempre sazonais e exteriores ao Assentamento”.

A pesquisa buscou apontar se estes jovens sofrem ou já sofreram algum tipo de preconceito pelo fato de serem jovens moradores de áreas de assentamentos da reforma agrária. Procuramos descrever quais tipos de preconceitos ocorrem. Apontaram que os preconceitos partem principalmente das pessoas que residem nas áreas urbanas, geralmente quando dizem onde morram, percebendo que as pessoas os tratam com desdém, ignorando-os por serem assentados. Alguns ainda relataram que sofreram preconceito nos jogos escolares, onde foram chamados de “sem-terra vagabundos, pobres, vadios”. Outros ainda, disseram que pelo fato de serem agricultores e estudarem em uma escola do campo já sofrem preconceito. Apesar de todas as dificuldades dos povos que vivem no campo, estes jovens relataram que, o pior de tudo é o preconceito, não tanto por serem agricultores, mas pelo fato de residirem em área de assentamentos.

Em pesquisa semelhante, Dotto (2011) apontou que os jovens afirmaram que o preconceito em relação aos assentados era muito maior anos atrás. Aliás, segundo este mesmo autor, “esses jovens indicaram que eram taxados indiscriminadamente como os “sem terra” (DOTTO, 2011, p. 47).

A maioria dos jovens pesquisados diz se considerar jovem rural (56,52%), pelo simples fato de morar em área rural. Outros disseram que se consideram jovem rural porque se identificam com a vida e trabalho no campo (26,08%), alguns disseram não se considerar jovem rural, porque jovem é independente do lugar (13,04%) e, apenas um jovem não se considera jovem rural, pois está no campo até ser independente financeiramente, posteriormente pretende migrar para a cidade.



### 4.3.3 A escola do campo

Neste ponto traremos a perspectiva dos jovens, alunos da escola do campo, sobre alguns aspectos do ensino aprendizagem, suas oportunidades comparadas aos alunos urbanos e, dentre outros aspectos. Desse modo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo apresentam ações e estratégias que buscam valorizar os saberes camponeses, respeitar as especificidades das comunidades rurais e proporcionar uma educação de qualidade para os sujeitos do campo. E, conforme a Resolução:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 01).

Isto posto, vamos analisar se alguns destes aspectos previstos estão se concretizando nas práticas desta escola do campo.

Do total de jovens pesquisados, 69,57% deles sempre estudou em escolas do campo, enquanto que o restante já teve alguma experiência em escolas urbanas (30,43%).

Os sete alunos que já estudaram em escolas urbanas relataram algumas das diferenças que perceberam: a formação e o aprendizado são mais rigorosos do que no campo; a questão da aprendizagem é mais intensa; menor dificuldade de deslocamento até a escola - não precisa de transporte na maioria dos casos; os conteúdos das escolas urbanas são mais difíceis se comparado com as escolas do campo; tem mais recursos que a escola do campo; no campo, quando chove os alunos não podem ir à escola pelo fato de as estradas serem muito precárias e na cidade não; no campo não tem disponibilidade de tecnologias como nas escolas urbanas, o que dificulta as pesquisas e trabalhos escolares.

Quanto ao processo de ensino aprendizagem desta escola do campo, os alunos foram questionados se na escola os professores utilizam em seu processo de ensino aprendizagem elementos que partem da realidade camponesa, ou seja, se os conteúdos de sala de aula têm alguma relação com as suas vivências/experiências cotidianas. O interessante foi que, 78,27% dos alunos responderam negativamente, indicando que os conteúdos são alheios a vida no campo. Assim, 73,91% dos alunos pesquisados responderam que não aprendem sobre a vida no campo na escola, sendo que 91,30% gostariam que ensinassem na escola sobre a vida no campo.

A partir destes dados, vale destacar o papel da escola na valorização dos conhecimentos que os alunos já possuem. Neste sentido, Whintaker e Souza (2006, p. 115) destacam “que a escola do campo pode e deve fazer é partir das práticas que a criança possui, aprendidas com seus pais, para construir a partir daí, a ponte que permite a melhor aprendizagem dos conteúdos escolares”. Revelando também, que os moradores das zonas rurais possuem riquezas de dados culturais que podem e devem ser empregados como ferramentas de assimilação para aprendizagem de conteúdos escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.934/1996, em seu artigo 28, destaca:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Visto que nas Diretrizes está previsto que os conteúdos curriculares e as metodologias sejam apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos. A pesquisa aponta que na prática apresentam-se inúmeras dificuldades para concretização da lei. Ficou evidente a partir da pesquisa o distanciamento entre a teoria e a prática. Os alunos foram unânimes ao afirmarem que não aprendem sobre a vida do campo na escola, mas que gostariam muito de aprender.

Em contrapartida, 78,27% dos alunos pesquisados respondeu que seus pais costumam frequentar a escola quando da realização de reuniões, formações, encontros em geral. Verificou-se que a escola possui uma relação mais próxima com a comunidade em geral, deixando de ser um ambiente desconhecido pela maioria dos pais. Segundo a Resolução CNE/CEB 1, de abril de 2002, que Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu artigo 10 enfatiza que:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (BRASIL, 2002, p. 02).

Verifica-se que a escola já avançou neste aspecto, no entanto é algo ainda muito incipiente. Muitos alunos relataram que seus pais vêm até a escola, mas na maioria dos casos é apenas para buscar boletim de notas dos seus filhos. Esta relação entre a comunidade local e a escola deve ser algo mais consistente, onde aquela deve estar por dentro de todos os acontecimentos relacionados à escola, para que a gestão democrática deixe de estar apenas nas normativas legais e passe a vigorar na realidade das escolas do campo de todo o país.

A maior parte dos alunos respondeu que o conhecimento que adquire na escola contribui principalmente para prosseguir nos estudos – fazer um curso superior (78,26%). Outros ainda responderam que contribui para: entender a realidade (56,52%), conseguir um emprego fora da agricultura (52,17%), ser valorizado (34,78%), fazer amigos (20,08%) e, apenas um jovem respondeu que o conhecimento que adquire na escola do campo contribui para ser agricultor.

Desse modo verifica-se que a educação que este jovem recebe na escola do campo tem influência na decisão do jovem em deixar ou permanecer no campo. Visto que segundo eles vai contribuir para prosseguir nos estudos (fora do campo), ou conseguir um emprego fora da agricultura. Essa influência é no sentido de deixar o campo, pois apenas um jovem respondeu que este conhecimento que adquire na escola vai contribuir para ele ser agricultor.

Em contrapartida, Whintaker e Souza (2006) destacam dois pontos importantes quando tratam dos avanços dos estudos sociológicos na área da educação:

- a escola não tem o poder de segurar populações; e homens e mulheres, jovens ou não, que saem do campo, são tangidos por forças históricas alienantes que os empurram muitas vezes de forma inexorável;
- de um ponto de vista da Educação como força conscientizadora e libertadora, não se pode e nem se deve pensar em “fixar” ninguém a espaço algum, através da escola, seja esse espaço pensado como campo ou como cidade (WHINTAKER e SOUZA, 2006, p. 114).

Ainda, esclarecem que a educação enquanto prática libertadora deve proporcionar aos sujeitos a capacidade de fazer suas próprias escolhas, cabendo a escola “ensinar os conteúdos da norma culta da língua e dar aos estudantes da zona rural – assentados ou não – os dados científicos ligados ao arbitrário cultural dominante” (WHINTAKER e SOUZA, 2006, p. 114).

Neste mesmo sentido, Sikora (2013) ao tratar da função da escola frente ao processo de êxodo rural, salienta que a Educação do Campo pode ser considerada diferente da educação da cidade por diversos aspectos, no entanto:

[...] entende-se que a educação possui um papel fundamental no processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, ela necessita apresentar um caráter emancipatório que proporcione o conhecimento para as pessoas terem a liberdade de escolher o que deve ser bom para elas sem que ninguém dite os passos de como seguir (SIKORA, 2013, p. 49).

Dos 23 jovens da escola do campo pesquisados, como se sabe 15 são jovens meninas e oito jovens meninos. Desses, dois meninos já precisaram parar de estudar por algum motivo, representando um total de 25%. Enquanto que apenas uma jovem menina parou de estudar, representando um percentual de 6,66% do total. Se considerarmos o total de jovens, 13,04% precisaram parar de estudar por algum motivo.

Dos 13,04% de alunos que precisaram parar de estudar por algum motivo, um deles relatou que foi por opção própria, pois não queria mais estudar, porque não gostava muito. Outro menino relatou que precisou parar de estudar, pois necessitou trabalhar. A única menina que precisou parar de estudar foi pelo fato de ter formado família e, somente agora teve oportunidade de retomar os estudos.

Ainda sobre a percepção dos jovens sobre a escola do campo, 82,60% dos jovens pesquisados acha que a escola não está formando para a permanência no campo, pelo contrário, eles acreditam que a escola no formato que está, contribui para que os jovens deixem o campo.

Em relação à formação educacional pretendida por estes jovens, a maior parte deles pretende prosseguir os estudos e fazer um curso superior (fora do campo), representando um total de 82,60%. Somente três jovens pretendem apenas concluir o ensino médio e, apenas um jovem planeja fazer um curso técnico.

E, em relação aos professores da escola do campo, os alunos responderam que a maior parte deles não tem nenhum vínculo com o campo (69,57%). E, 30,43% dos jovens responderam que os professores possuem algum vínculo com o campo, mesmo que seja algo mínimo<sup>16</sup>.

Os alunos das escolas do campo têm muitas carências no que tange as oportunidades se comparados com os alunos urbanos, isso não é novidade para ninguém. No entanto, perguntamos suas opiniões sobre isto e, a maioria dos jovens pesquisados acredita não ter as mesmas oportunidades que os alunos que estudam no meio urbano (78,26%). Segundo eles são muitos pontos que diferem o ensino do campo e da cidade. Alguns aspectos são mais

---

<sup>16</sup> Os professores da referida escola não são exatamente os mesmos entre os períodos (matutino e vespertino).

recorrentes nas respostas, como o acesso as tecnologias que, segundo os jovens é muito mais precária no campo.

Além desse, a infraestrutura das estradas faz com que os alunos do campo não possam ir às aulas em dias de chuva, perdendo muitos dias letivos durante o ano. A maioria dos jovens apontou que os alunos do campo têm menos oportunidades que os da cidade e que, muitas informações nem chegam até eles. Quanto ao conteúdo, eles relataram ser o mesmo das escolas urbanas, mas “é mais fraco que na cidade”, talvez essa afirmação seja justificada pelo acesso precário as tecnologias, as estradas em péssimas condições que dificultam os deslocamentos até a escola, entre outros. Alguns jovens relataram que os alunos da cidade não precisam trabalhar, restando mais tempo para estudarem, enquanto eles precisam ajudar nas atividades diárias do lote.

Quanto ao tempo de deslocamento de suas casas até a escola, encontramos uma média de 45 minutos. Ou seja, multiplicando esse tempo entre as idas até a escola e o retorno aos seus lotes, os alunos perdem em média uma hora e trinta minutos em deslocamentos diários. Assim, percebe-se o quão distante a escola fica destes alunos, alguns ficam em torno de duas horas e meia dentro do ônibus escolar. Conforme a Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, surge a preocupação com a ampliação do atendimento de toda a educação básica o mais próximo possível à comunidade de moradia do estudante, com qualidade e respeito às características de seu meio.

Igualmente, Dotto (2011) ao analisar os jovens que ainda permanecem nos assentamentos, verificou que eles demoram em média 45 minutos para chegar à escola durante o ensino fundamental e no ensino médio, demoravam cerca de 54 minutos.

Algo que chamou muita atenção foi quanto ao interesse dos alunos em aprenderem sobre a vida do campo na escola. Muitos deles relataram que, se a escola trabalhasse com eles conteúdos mais voltados à vida no campo, talvez seu interesse por este espaço mudasse ou, não desejariam tanto abandonar seus lotes. Assim, 95,65% dos jovens pesquisados acham que a educação é muito importante para o trabalho no campo, sendo fundamental para que os agricultores desenvolvam um bom trabalho e tenham uma renda melhor. Desse modo, destacaram que gostariam de aprender sobre tecnologias e métodos voltados a agricultura familiar; projetos alternativos para melhorar a renda. Assim, os jovens não ficariam tão alheios a sua realidade, dando-lhes mais oportunidades para que não necessitassem migrar para outras regiões.

Em consonância com estes resultados, Dotto (2011) levantou que apenas 9,8% dos jovens entrevistados declararam que a educação não era importante para o trabalho no campo.

Os jovens pesquisados foram questionados se eles gostariam que seus filhos estudassem em escolas do campo. Desse modo, 52,17% dos jovens respondeu que sim, mais pela tranquilidade e menor índice de violência no campo do que pela qualidade do ensino. Em pesquisa com jovens rurais assentados do Mato Grosso do Sul, Dotto (2011) verificou que 71,1% dos jovens pesquisados responderam que gostariam que seus filhos estudassem numa escola do campo, entre as justificativas estão a segurança que a vida no campo proporciona e a distância das más influências encontradas na cidade.

Entre os jovens pesquisados, 56,52% deles responderam que seus pais sempre os incentivam a estudarem; 30,43% deles responderam que seus pais incentivam pouco e, 13,05% dos jovens disseram ser muito pouco incentivados a prosseguirem nos estudos.

#### **4.3.4 O sistema produtivo dos lotes**

O primeiro aspecto analisado foi a renda das famílias, onde, 73,91% dos jovens afirmaram que a renda proveniente da agricultura é suficiente para manter/sustentar a família. Enquanto que 26,08% dos jovens disserem não ser suficiente, estes buscam em outras atividades, principalmente nas não agrícolas novas alternativas de renda.

A maior parte da renda das famílias destes jovens pesquisados provém da produção agrícola e leiteira. Sendo que, 82,60% dos jovens responderam que a renda é proveniente principalmente destas duas atividades. Alguns ainda desenvolvem a pecuária de corte e atividades não agrícolas externas para como fontes de renda.

Quanto às atividades realizadas por estes jovens dentro dos lotes, chamou a atenção a divisão dos trabalhos entre moças e rapazes. Assim, todas as jovens meninas responderam que realizam as atividades domésticas e, 80% delas além das atividades domésticas realizam atividades como ordenhar vacas e na produção agrícola, dentre outras relacionadas à produção.

No entanto, todos os rapazes responderam que realizam de “tudo um pouco”, trabalham na produção agrícola, tiram leite, só não mencionaram os serviços domésticos, que a princípio parecem exclusivos das mulheres.

Da mesma forma Dalcin e Troian (2009) observaram que as atividades realizadas pelos jovens dentro das propriedades, são apenas de ajudante dos pais, seguindo a lógica

tradicional do patriarcalismo. Ainda, as tarefas das jovens meninas se limitam aos afazeres domésticos e, algumas poucas vezes auxiliam na atividade leiteira.

Os meios de transportes mais comuns de que estes jovens dispõem, são: carro, moto e cavalo. Apenas 17,39% dos jovens não dispõem de nenhum desses, fazem uso quando necessário, de transporte coletivo disponível no assentamento. O que verificamos aqui, é que o transporte não é um problema para estes jovens, pois a maioria possui alternativas de locomoção, o que facilita seu contato com o meio urbano.

Algo que chamou muita atenção nos resultados foi sobre a participação dos jovens nas decisões importantes que são tomadas dentro dos lotes. 43,47% dos jovens responderam que participam de tais decisões. Entre os quais, 33,33% das jovens meninas participam das decisões, enquanto que 62,5% dos meninos. Assim, verifica-se a maior influência dos jovens meninos do que das jovens meninas nas decisões que são tomadas pelas famílias.

A maioria dos jovens pesquisados (52,17%) acha que a opinião dos seus pais influencia na sua decisão de deixar ou não o campo, enquanto que o restante acha que não influencia. Segundo os jovens, os pais os deixam bem à vontade quanto às escolhas a serem realizadas. Ou seja, os jovens relataram que seus pais sempre vão apoiá-los nas suas decisões, sejam elas de deixar ou ficar no campo, mas que, sempre os incentivam a prosseguirem nos estudos. Mais de 90% das famílias incentiva seus filhos a darem continuidade nos estudos, segundo os jovens pesquisados.

Segundo os jovens da escola do campo pesquisados, a maioria dos pais (91,30%) pretende continuar vivendo no campo, apesar das grandes dificuldades que os pequenos produtores enfrentam no seu dia-a-dia.

Aos jovens pesquisados foi perguntado se existe alguma atividade de lazer de que eles fazem uso na sua propriedade. Em sua maioria, ou seja, 56,52% dos jovens disseram não haver nenhuma forma de lazer ou diversão disponível em seus lotes, enquanto que 43,47% disseram que há atividades de lazer disponíveis. Interessante que, para 60% das jovens meninas não há atividades de lazer, enquanto que 50% dos jovens meninos também afirmam não haver.

Do total de jovens pesquisados na escola do campo, 78,26% deles responderam que algum parente próximo já migrou para a cidade em busca de oportunidades de emprego e escolarização. Assim, fazendo a comparação entre os gêneros, verificou-se que 86,66% de jovens meninas e 62,5% dos meninos possuem algum parente que já migrou.

Os lotes desses jovens pesquisados apresentaram uma média de 14,8 hectares, muito semelhantes aos dos produtores em sistemas de produção agroecológica e convencional, que apresentaram 15,2 e 14,5 ha respectivamente, em virtude de ser uma área de assentamento.

Ainda com relação à dimensão dos lotes, os jovens foram questionados se a área de terra disponível é um impedimento para que o jovem permaneça. Assim, 52,17% dos jovens disseram ser um dos impedimentos, pois não há terra suficiente para todos os filhos sobreviverem. Desse modo, alguns filhos são obrigados a buscarem alternativas fora dos assentamentos, na maioria das vezes na cidade sede do município ou em cidades vizinhas. Não houve diferença significativa entre os gêneros.

Da mesma forma, Moreira (2013) destaca que as parcelas de áreas desapropriadas pelo INCRA são insuficientes para a sobrevivência de mais de uma família. Segundo a autora, talvez seja por isso que os jovens busquem também alcançar seus lotes ou outras possibilidades de sobrevivência.

Como já foi levantado, a escola teve sua nomenclatura alterada para escola do campo, apesar disso muito precisa ser mudado para que os princípios da Educação do Campo sejam efetivados. Verificou-se que a prática está muito distante das normativas legais, ou seja, presumisse que a Educação do Campo se apresenta apenas formalmente e não materialmente.

Conforme se pode observar, as fronteiras entre o rural e o urbano sofrem contraposições, ou seja, apesar de os limites entre o rural e urbano tornarem-se cada vez mais tênues ainda possuem uma grande diferenciação quanto às vivências nestes ambientes, principalmente partindo da concepção dos jovens analisados. Desse modo, corroboramos com o que Whintaker e Souza (2006, p. 123) destacaram, de que “só temos que compreender suas aspirações e necessidades, para criar políticas públicas adequadas às suas opções – principalmente no que se refere à escolaridade”.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando verificar se a Agroecologia e a Educação do Campo podem representar instrumentos que favorecem a permanência do jovem no campo, na realidade do município de Rio Bonito do Iguçu. Foram investigados produtores em sistema de produção Agroecológico e Convencional, para posteriores comparações entre ambos no sentido de averiguar se há influência do sistema produtivo nas decisões dos jovens de permanecer ou não no campo. Adicionalmente, foi realizado estudo com os jovens da escola do campo do assentamento Ireno Alves do Santos, para identificar se os princípios da Educação do Campo estão sendo incorporados nas realidades escolares, bem como verificar qual a influência da Educação do Campo nas decisões dos jovens de permanecer ou não no campo.

Diante dos aspectos analisados e dos diversos desafios enfrentados pela juventude do campo, acredita-se que a permanência ou não dos jovens no meio rural é uma condição que está ligada a fatores de ordem econômica, social e cultural. Foram identificados na pesquisa fatores de expulsão e atração do campo para a juventude assentada do município de Rio Bonito do Iguçu. Entre os jovens pesquisados, verificou-se que gostam de viver no campo pela vida tranquila e calma, proximidade com os familiares, menor violência se comparado com a cidade. Mas também gostam da cidade, principalmente pelas maiores oportunidades de escolarização, emprego, saúde e lazer. Neste caso, os assentamentos pesquisados e a sede do município são realidades geograficamente próximas, permitindo que os jovens tenham grande mobilidade entre esses ambientes.

Na identificação dos grupos, notou-se que os jovens que desejam sair do campo encontram-se com idade média de 16,20 anos, enquanto que os que pretendem permanecer situam-se na média de 19,76 anos de idade. Assim, tais resultados corroboram com estudos que afirmam serem as ondas migratórias formadas por um público cada vez mais jovem.

Entre as carências verificadas na vida desses jovens, tanto entre os que desejam permanecer quanto naqueles que querem sair do campo, encontra-se a falta de oportunidades. Deste modo, é evidenciada a necessidade de inclusão destes jovens nas dinâmicas de trabalho na propriedade, nas tomadas de decisões sobre a produção e organização financeira. A invisibilidade do jovem dentro dos lotes pode proporcionar o seu desinteresse pelas atividades do campo, desestimulando-o a permanecer.

Considerando os 58 jovens participantes desta pesquisa - abrangendo os 35 jovens analisados sob a ótica do sistema produtivo e os 23 jovens da escola do campo, 24 jovens

desejam sair do campo (41,37%) e 34 ainda pretendem continuar vivendo com suas famílias nos lotes (58,63%). Partindo desta análise, vale destacar que uma grande quantidade de jovens vê no campo uma possibilidade de dar continuidade aos seus projetos profissionais futuros.

Dos jovens que pretendem permanecer vivendo no campo, 29,41% foram jovens pesquisados na escola do campo, 32,35% jovens em sistema de produção Agroecológica e 38,25% jovens em sistema de produção Convencional. Ainda, dos jovens que pretendem permanecer, 55,88% são moças.

Observando o perfil dos jovens que desejam permanecer no campo, verificou-se nas suas falas que dentre os principais motivos que os levam a permanecer estão: “a vida mais tranquila e calma do campo; pela oportunidade de produzir o próprio alimento; a maior liberdade que usufruem no campo; índice de violência menor que da cidade; consideram que no campo são patrões e não empregados como na cidade; no campo o custo de vida é menor do que na cidade; a propriedade da terra; auxiliar os pais na lida do campo; vida mais saudável; no campo as pessoas são mais companheiras, na cidade é cada um por si”, estes aspectos foram considerados como os fatores de atração do campo para a juventude pesquisada.

Dos 34 jovens que desejam permanecer vivendo no campo, 88,23% pretendem continuar os estudos em algum momento de suas vidas. No entanto, deixaram evidente que voltarão para suas propriedades depois de concluído seus estudos.

Analisando o perfil dos jovens que desejam sair do campo, constatou-se em suas falas os principais motivos pelos quais desejam sair do campo, destacando-se: “maiores oportunidades de escolarização fora do campo; o produtor rural carece de muitos recursos; os jovens não tem oportunidades de trabalho no campo; falta de recursos: tecnologias, cultura, lazer, infraestrutura; não ter uma renda própria para suprir suas necessidades; consideram que os jovens são pessoas invisibilizadas no campo; condições precárias das estradas e do sistema de saúde municipal; tamanho da propriedade insuficiente para manter mais de uma família; a cidade tem muito mais recursos que o campo; na cidade a vida é mais sossegada, há salário fixo e férias; reclamação de que a cidade de Rio Bonito do Iguazu não se desenvolve; na cidade é mais fácil de conseguir emprego”<sup>17</sup>, estes aspectos podem ser considerados como de expulsão do campo para a juventude.

---

<sup>17</sup> Dentre as cidades destino dos jovens que pretendem abandonar o campo, estão Guarapuava (centro-sul) e Cascavel (oeste paranaense), como as mais visadas.

Dos 24 jovens que desejam sair do campo, 54,16% são jovens pesquisados na escola do campo, 25% são jovens em sistemas de produção Agroecológica e 20,83% dos jovens em sistemas de produção Convencional.

Desse modo, a partir da análise dos produtores em sistema de produção Agroecológico e Convencional do município de Rio Bonito do Iguazu, não foi verificada influência expressiva do sistema produtivo adotado nos lotes nas decisões dos jovens em deixar ou não o campo. No presente estudo não foi possível a confirmação da hipótese inicial, de que a produção Agroecológica é uma ferramenta importante na contenção do êxodo dos jovens para as cidades, possibilitando novas estratégias de permanência no campo e maiores rendimentos aos agricultores, em vista de todas as dificuldades encontradas por estes produtores.

Assim, percebe-se que a Agroecologia nos moldes que se encontra hoje no município de Rio Bonito do Iguazu não está contribuindo para a permanência dos jovens no campo. Pelo contrário, devido às poucas políticas públicas destinadas a ela, falta de apoio técnico aos agricultores, desvalorização dos produtos agroecológicos, bem como dificuldades de comercialização, os agricultores e seus filhos jovens se mostram desmotivados. Além disso, os agricultores Agroecológicos ou em transição<sup>18</sup> pesquisados não demonstraram uma consciência ambiental que tenha relação com os princípios da Agroecologia.

O mesmo se pode dizer da Educação do Campo, visto que ainda precisa avançar muito para que seus princípios que estão normatizados sejam efetivamente implantados nas realidades das escolas do campo de todo o Brasil. Nessa perspectiva, destaca-se o grande distanciamento entre as práticas vivenciadas nas escolas e o prescrito nas normativas legais, visto que um dos maiores desafios encontrados está na mudança de paradigmas político, cultural e educacional, em seu processo de implantação efetiva. Além disso, pode-se perceber que os princípios da Educação do Campo estão presentes apenas formalmente, pelas normativas e legislação correlata, mas, em geral, não se aplicam na materialidade.

Além do mais, considerando que 54,16% dos jovens pesquisados na escola do campo desejam abandonar o campo e prosseguirem com suas vidas profissionais em outros locais, verifica-se que a educação que este jovem recebeu não está contribuindo para a permanência no campo, ou, pelo menos, não influenciou para que estes jovens criassem uma valorização positiva que contribuísse na identificação enquanto jovens agricultores.

---

<sup>18</sup> Dentre os agricultores em Sistemas de Produção Agroecológica, apenas um possuía certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia. O restante ainda estava em processo de transição agroecológica. No entanto, este único agricultor certificado, em virtude da grande dificuldade de comercialização de seus produtos não iniciou novo processo para pedido de certificação. Desse modo, todos os agricultores estão em sistema de transição.

No presente estudo foi verificado que, apesar de as proporções entre rapazes e moças não serem semelhantes, há a predominância das jovens moças entre aquelas que desejam sair do campo. Também foi analisada por grupo produtivo a intenção dos jovens em permanecer ou sair do campo. Nesse sentido, ficou claro que os jovens em sistema de produção agroecológica pretendem sair do campo em maior proporção que os jovens em sistema de produção convencional. Já com relação ao desejo de permanecer no campo, entre os jovens em sistema de produção convencional este desejo foi maior do que no outro grupo.

Ainda no que tange as questões de gênero, pode-se perceber que as moças se encontram ainda mais invisibilizadas que os jovens rapazes. Elas estão distanciadas dos trabalhos do campo, ou seja, para elas e suas mães restam-lhes os afazeres domésticos, enquanto que para os rapazes e seus pais as atividades de produção lhes são exclusivas. Além do que, ficou evidente o distanciamento das jovens moças com as atividades produtivas dos lotes. Em muitos casos as jovens não sabiam o que era produzido, como era comercializado, dentre outros aspectos.

Cabe mencionar algumas limitações enfrentadas no presente estudo, tais como o fato de os produtores Agroecológicos pesquisados estarem em número reduzido no município, bem como em processo inicial de mudanças de paradigma produtivo, e o desejável seria que já fossem detentores de maior experiência na produção Agroecológica. Ainda assim, ressalta-se que os dados aqui obtidos são de grande valia, tendo em vista até o presente não haver relato de nenhum outro estudo realizado enfocando esta temática e os jovens da região.

Por fim, é importante destacar que os dados obtidos podem não ser aplicáveis para outras regiões do país, visto as peculiaridades desta região, principalmente por ser marcada por disputas agrárias. Adicionalmente, é notório que a Agroecologia e a Educação do Campo estão em processo de construção, são caminhos que ainda estão sendo trilhados e que ainda pode levar bastante tempo até serem efetivados integralmente, representando então possíveis instrumentos na luta dos sujeitos do campo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. **Juventude Rural**: ampliando as oportunidades. In: Revista OnLine Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Ano 1. nº 1. Brasília: MDA, 2005. 02p.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998. 104p.
- ABREU, L. S. et al. **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia**: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 26, p. 143-160. Editora UFPR. Curitiba, 2012.
- ABREU, J. de; SANTOS, L. C. R. dos; CAZELLA, A. A. **Rede Ecovida de agroecologia**: certificação participativa de produtos ecológicos e organização de núcleos regionais. Extensio (online), v. 1, n. 1, 2004.
- ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Rio de Janeiro - RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 112 p.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Aparte: Inclusão Social em Debate, 25 ago de 2012. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf)>. Acesso em: 07/08/2016.
- ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, Embrapa, v. 20, n. 1, pp. 11-44, 2003. Disponível em: <[http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v20/v20n1\\_11.pdf](http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v20/v20n1_11.pdf)>. Acesso em: 15 agosto, 2017.
- AQUINO, T. **Assentamento como nova forma de vida rural**: Espaço e tempo no assentamento rural da Fazenda Reunidas - São Paulo. Raízes, v. 16, n. 15, p. 47-61, 1997. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_157.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_157.pdf)> Acesso em: 15 de julho 2017.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123 – 151. Agosto, 2006.
- BERGAMASCO, S. M., NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88 p.
- BIASUS, F.; BRANCO, S. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. **Perspectiva**. v. 37, n.140, p. 27-37, 2013.
- BOF, Alvana Maria (Orgs) et al. **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236 p.

BORSATTO, R. S. e CARMO, M. S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), v. 51, p. 645-660, 2013.

BRAGA, Libânia Maria. **Assentamento Hipólito**: Realidades e perspectivas dos jovens assentados. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.934/1996. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20041202141358.pdf](http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041202141358.pdf)>. Acesso em outubro de 2017.

BRASIL, Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Lei no 12.852/2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

BRASIL. Presidência da República, Lei 10.831/03, de 23 de dezembro de 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm). Acesso em 14 Ago. 2017.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf)>. Acesso em outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2003.

BRASIL. Números da reforma agrária. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: *Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4*. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). *Por uma educação do campo: campo-políticas públicas-educação*. 1. ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v.7, p. 67-86.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos.** Desafios do Desenvolvimento, IPEA, Texto para discussão n. 621, 1999. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0621.pdf](http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf)>. Acesso em: 11 junho 2017.

CAMPOS, F. A “vida de assentado” na visão dos jovens da comunidade 8 de junho, Laranjeiras do Sul – PR”. In: Revista Intratextos, vol. 6, no1, p. 51-67, 2014.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília: 2009. 30 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, M. J. **O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; Costa, L. F. C. (Org.). Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CARVALHO, D. M. et al. **Perspectivas Dos Jovens Rurais: Campo Versus Cidade.** In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009. Porto Alegre. Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações. Porto Alegre: SOBER, 2009.

CARVALHO, Lenise de Jesus. O MST e a questão agrária: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais. São Luís-MA: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

CASTRO, E. G. de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, E.G. et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude Rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. 223 p.

CASTRO, E. G. **Processo de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2005, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: GT10, 2005.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLI, P. A. (Orgs). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: editora UFPE, 2014.

CERICATO, K. A. S. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST: contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak.** 2008, 215 f. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, 2008.

- CHRISTOFFOLI, P. I.; SANTOS, C. S. **Desafios da agroecologia no território Cantuquiriguaçu**: apontamentos sobre uma metodologia de transição agroecológica no meio rural paranaense. VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais. II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná, 2014.
- COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. **Assentamentos Rurais**: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná. Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009.
- CONDETEC, Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Território da Cantuquiriguaçu Paraná, Plano safra territorial**, 2011.
- CORDEIRO, M. S. S. **Jovens da reforma agrária**: lógicas de sucessão como estratégias de reprodução social no Assentamento Novo Horizonte Campos dos Goytacazes/RJ. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, H. (Org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.
- COUTINHO, E. A. **Mobilidade cotidiana campo-cidade**: o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG. 2014, 137 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.
- DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer**: um estudo de caso. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR, 2009.
- DE BASTIANI, T. M.; STRASSER, R. B. **Permanência dos jovens no campo**: para que? UFSM Santa Maria, 2012. Disponível: <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2008/T%C3%A2nia%20Mara%20De%20Bastiani.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012. 144 p.
- DOTTO, F. Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2011.
- DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Monografias Ambientais**, v. 14, n. 1, p. 26-36, 2015.
- FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.
- FAO. Fao diz que caiu para 795 milhões número de famintos no mundo, 27/05/2015. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/fao-diz-que-caiu->



para-795-milhoes-numero-de-famintos-no-mundo/#.V\_5-yOArLIU>. Acesso em 12 out. 2016.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, v. 9, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. (São Paulo: Cortez), 2001.

FERRARI, D. L. et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 02, p. 237-271, 2004.

FONSECA, W. L. et al. Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste Brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

FRANCISCO, W. C. "Êxodo Rural"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/exodo-rural.htm>>. Acesso em 18 de julho de 2017.

GABOARDI JUNIOR, Alcides. **A importância da produção na agricultura familiar para a segurança alimentar**. 2º. Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, 2013.

GARCIA Jr, A. R. Terra de trabalho. (Dissertação). 1975. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: Análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo & Debate, Lajeado**, v. 13, n. 1, pp. 69-82, 2006.

GIRARDI, E. P. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia**. Presidente Prudente, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R., Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ªed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008. 653 p.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 4.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. 96p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985. 154 p .

HARTWIG, Marisa. **Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas/RS. Anais... UFSC.

HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 108p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 01 julho 2017.

INCRA, **Histórico do INCRA**: reforma agrária. Brasília: INCRA/MDA, 2010. Disponível em:

<[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289)> Acesso em: 15 julho 2017.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu - 1ª fase**: caracterização global. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba, PR: IPARDES, 2007. 145 p.

IPARDES. **CADERNO ESTATÍSTICO: MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Setembro, 2016.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LEEF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÉON, O. D. **Adolescência e juventude**: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa: 2005.

LOPES, E. S. A. **A reforma agrária no Brasil**: um velho problema, esperando uma solução que nunca chega? Texto apresentado na Mesa Redonda "O Sentida da Reforma Agrária no Século XXI", durante o XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa-PB, 2002. Disponível em:

[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2724%3Aa-reforma-agrario-brasil-um-velho-problema-esperando-uma-solucao-que-nunca-chega&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724%3Aa-reforma-agrario-brasil-um-velho-problema-esperando-uma-solucao-que-nunca-chega&catid=58&Itemid=414). Acesso em: 03 Jul. 2017.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MALAGODI, E.; MARQUES, R. **Para além de ficar ou sair**: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO E. G. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 197-214.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. Caderno segurança alimentar. [S.l.], 2000. Parte 12-13. Disponível em:

<[http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno\\_Seguranca\\_Alimentar.pdf](http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf)>. Acesso em 10 out. 2016.

MARIN, J. O. B. Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. Dossiê AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE. Revista UFG, n. 7, p. 38-45, 2009.

MARTINE, G. **A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia?** In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, nº 03, Brasília: IPEA, agosto, 1990. p 7 -37.

MARTINS, D. **Migrantes**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do Programa Vilas Rurais no norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos**, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 14. ed. Ed. Vozes; Petrópolis, 1999. 80 p.

MOLINA, M. C. (Org.) et al. Educação do campo e pesquisa II. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1, 211 p.

MOREIRA, E. M. O Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguazu-Pr: Desenvolvimento Socioeconômico e os Impactos da Política de Assentamentos para a Reforma Agrária. **Emancipação**, Ponta Grossa, 13, nº Especial: p. 145-158, 2013.

MOREIRA, M. L. C.; ROVER, O. J. Fatores condicionantes da permanência do jovem agricultor de Chapecó/SC no espaço rural. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. Anais... Sober: Juiz de Fora, 2003.

MOURA, N. F. de; FERRARI, E. **Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira**. Rio de Janeiro: ANA; Viçosa: CTA-ZM, 2016. 66 p.

MST, Movimento dos trabalhadores sem terra. Proposta para a reforma agrária. III ENCONTRO NACIONAL DO MST. São Paulo, maio de 1995. Disponível em: <[http://www.cptmg.org.br/PROPOSTA%20DE%20REFORMA%20AGRARIA%20DO%20MST1.htm#\\_ftn1](http://www.cptmg.org.br/PROPOSTA%20DE%20REFORMA%20AGRARIA%20DO%20MST1.htm#_ftn1)>. Acesso em 11 de julho de 2017.

MST, Movimento dos trabalhadores sem terra. Gênese e Desenvolvimento do MST - Caderno de formação nº 30. São Paulo-. Peres, 1998.

MST, Movimento dos trabalhadores sem terra. **Lutas e conquistas**. São Paulo: janeiro de 2010.

MUNARIM, Antônio et al. (Orgs.). **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011. 192 p.

NUNES, C. C. P. **As instituições dos mercados de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul – Paraná**. 2016. 142 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural. Curitiba: Deser (departamento de Estudo Sócio-econômico Rurais)

Boletim Eletrônico, 2007. 15 p. Disponível em:

<<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em: 12 Set. 2016.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê/RS. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 149-174, dez. 2009.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p. 136- 150, 2014.

OLIVEIRA, D.; RAMBO, A. G.; CARVALHO, Li. **Agroecologia enquanto mecanismo de reterritorialização da agricultura familiar**: estudos de caso em assentamentos de reforma agrária e entre agricultores familiares agroecologistas. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, 2017.

PEIXER, Z. I.; VARELA, I. A. (Orgs.). **Educação do Campo**. Lages, SC: Grafine, 2011. 176p.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 441-424, 2009.

PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, Assentamento Ireno Alves Santos, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras – PR, volume 1, 2, 3, Brasília- DF/ julho de 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDH Global 2014. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em 13 out. 2016.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127. ISBN 978-85-7628-587-8.

RIBEMBOIM, J. MOREIRA, F. G. L. O fenômeno da “chegada urbana” em contraponto ao do “êxodo rural”. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008.

ROSSI, R. Educação do campo e agroecologia: da perspectiva reformista à necessária práxis revolucionária. **Revista de Educação Popular**, v. 14, n. 1, p. 171-174, 2015.

SANTOS, M. J.; SILVA, B. B.; OLIVEIRA, E. M. Analogia entre Desmatamento e Êxodo Rural no Nordeste do Brasil. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 8, n. 1, 2009.

SANTOS, C. F. dos, et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2014.

SANTOS, A. C. T. dos. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. 2009. 106 f. Dissertação (mestrado). Recife, 2009.

SARANDÓN, S. J. e FLORES, C. C. Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Editorial de La Universidad de La Plata, 2014. 467p.

SCHEREINER, C. T. Importância das frutíferas nativas para famílias agricultoras na Cantuquiriguaçu, PR.2016. 107 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

SEN, A. k. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, p. 18-28, 2002.

SIKORA, D. A educação e seus condicionantes frente ao êxodo rural. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 50, 2013.

SILVA, L. H. da S.; MIRANDA, É. L. Educação do campo e agroecologia: diálogos em construção. In: **37ª Reunião Nacional da ANPED-Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira**. p. 17-17, 2015.

SILVA, E. O; MOREIRA, E. R. F. Permanências e migrações de jovens em áreas de Assentamento do estado da Paraíba. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. O que ha realmente de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 19, n. 1, pp. 37-67, 2002.

SILVA, S. A. da. **A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de reforma agrária: A experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Toledo. 2015.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SOTO, W. H. G.; MUSZINSKI, L. A ideologia do MST na luta pela Reforma Agrária no Brasil. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 129-143, 2008.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120,p. 745-763, 2012.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

STEDILE, J. P. **Stédile aposta em retorno da juventude às ruas**. 2010. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/8980-stedile-aposta-em-retorno-da-juventude-as-ruas>>. Acesso em: junho de 2018.

STROPASOLAS, V. L. Juventude rural: uma categoria social em construção. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2005.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista agrícolas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista eletrônica AGB/TL**, v. 1, n. 2, p.21-42, 2005.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Porto Alegre/RS: Sober, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>>. Acesso em: 16 Out. 2016.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Irati, Dezembro de 2009. Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, 2009.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, vol.15, n.43, pp. 101-119, 2001.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: MDA/MEC, 2010. v. 1, p. 127-135.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 21-34, 2007.

WEDIG, J. C.; WIZMEWSSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2007.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WHITAKER, D. C. A.; DE SOUZA, M. F. A Permanência dos Jovens nos Assentamentos de Reforma Agrária: Um Rosário de Equívocos. **Retratos de Assentamentos**, v. 9, n. 1, p. 113-125, 2006.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, 2016.

**APÊNDICE I****Roteiro entrevista aplicada aos pais**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

- 1) Quanto tempo adquiriu a propriedade?
  - a) ( ) 1 ano
  - b) ( ) 3 anos
  - c) ( ) Mais de 5 anos
  
- 2) É assentado da Reforma Agrária:
  - a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
  
- 3) Qual o sistema de produção da propriedade:
  - a) ( ) Agroecológico
  - b) ( ) Convencional (utilizam-se fertilizantes sintéticos e pesticidas)
  
- 4) Qual o número de membros vivendo na unidade produtiva (especificar rapazes e moças)?
  - a) ( ) 3
  - b) ( ) 5
  - c) ( ) Mais de 5 pessoas
  - d) N° \_\_\_\_\_ Rapazes N° \_\_\_\_\_ Moças
  
- 5) Qual o tamanho médio da propriedade?
  - a) ( ) 1 ha
  - b) ( ) 2 ha
  - c) ( ) Mais de 3 hectares
  
- 6) Por que produz desta forma?
  - a) ( ) Proporciona maior retorno econômico
  - b) ( ) Não conhece outras formas
  - c) ( ) É mais viável, visto as peculiaridades da propriedade
  - d) ( ) Por uma vida mais saudável tanto para mim quanto para minha família
  - e) ( ) Proporciona menos danos ambientais/é mais sustentável
  - f) ( ) É mais fácil/utiliza menos mão de obra
  
- 7) Quais são os principais desafios deste sistema produtivo:

- a) ( ) Depende de muita mão de obra  
 b) ( ) Insumos muito caros  
 c) ( ) Tamanho de área insuficiente  
 d) ( ) Desvalorização do produto final  
 e) ( ) Dificuldade de comercialização
- 8) Como faz a comercialização de seus produtos?  
 a) ( ) Feiras  
 b) ( ) \_\_\_\_\_ ) Cooperativas.  
 Quais? \_\_\_\_\_  
 c) ( ) Entrega direto aos consumidores  
 d) ( ) Em cerealistas (grupos empresariais nacionais e multinacionais)
- 9) Utilizam mão-de-obra externa nas atividades da propriedade?  
 a) ( ) \_\_\_\_\_ ) Sim. Aproximadamente  
 quantos? \_\_\_\_\_  
 b) ( ) Não
- 10) Sente-se valorizado nesta profissão?  
 a) ( ) Sim  
 b) ( ) Não
- 11) Está satisfeito com o sistema produtivo que escolheu?  
 a) ( ) \_\_\_\_\_ ) Sim. Por quê?  
 \_\_\_\_\_  
 b) ( ) \_\_\_\_\_ ) Não. Por quê?  
 \_\_\_\_\_
- 12) Principais motivos que levaram a este sistema produtivo?  
 a) ( ) Meus pais já produziam assim  
 b) ( ) É o único que conheço  
 c) ( ) Melhores condições de saúde  
 d) ( ) Maiores rendimentos  
 e) ( ) Utilização de menos mão de obra
- 13) Quais as atividades principais desenvolvidas na propriedade?  
 a) ( ) Pecuária de corte  
 b) ( ) Criação de gado leiteiro  
 c) ( ) Produção de hortaliças  
 d) ( ) Produção agrícola  
 e) ( ) Turismo rural  
 f) ( ) Frutas para comercialização
- 14) Utilização da mão de obra na propriedade?  
 a) ( ) Todos realizam as atividades diárias da propriedade  
 b) ( ) Alguns membros são assalariados externos  
 c) ( ) Os jovens não participam de todas as atividades  
 d) ( ) Os jovens só estudam
- 15) Utilizam mecanização no sistema de produção?



- a)  Sim  
 b)  ) Não. Por  
 quê?\_\_\_\_\_

16) Qual a principal atividade de lazer da família?

- a)  Festas da comunidade  
 b)  Encontros com os familiares  
 c)  Viagens  
 d)  Passeios à cidade  
 e)  Encontro com os vizinhos nos finais de semana  
 f)  Programas televisivos

17) Os rendimentos provenientes do trabalho no campo são suficientes para prover a família?

- a)  Sim  
 b)  Não

18) Algum membro da família desenvolve trabalho externo à propriedade?

- a)  ) Sim. Que  
 trabalho?\_\_\_\_\_
- b)  Não

19) Deseja permanecer no campo?

- a)  Sim  
 b)  ) Não. Por  
 quê?\_\_\_\_\_

20) Pretende que os filhos permaneçam no campo?

- a)  Sim  
 b)  ) Não. Por  
 quê?\_\_\_\_\_

21) Em sua opinião, o que é necessário para o jovem ficar na terra, ser agricultor?

- a)  Acesso a crédito e a terra  
 b)  Meios de comunicação no campo  
 c)  Renda Própria  
 d)  Mais lazer e cultura  
 e)  Mais oportunidades de trabalho

22) O que acontecerá com a propriedade se os filhos migrarem para as cidades?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

23) Os filhos que participam do processo produtivo recebem alguma coisa por isso?

- a)  Sim  
 b)  Não

24) Que futuro você quer para seu filho?

- a) ( ) Que permaneça como agricultor no campo  
b) ( ) Que prossiga nos estudos  
c) ( ) Que encontre um trabalho na cidade  
d) ( ) Que trabalhe na cidade e morre no campo
- 25) Ainda percebe o campo como forma de reprodução social (manutenção da família)?  
a) ( ) Sim  
b) ( ) Não
- 26) Algum dos filhos vai assumir a administração/sucessão da propriedade?  
a) ( ) Sim  
b) ( ) Não
- 27) Se sim, qual?  
a) ( ) Só um  
b) ( ) Todos os filho  
c) ( ) Todas as filhas  
d) ( ) Todos os filhos e filhas  
e) ( ) Só uma parte dos filhos e filhas  
f) ( ) Ainda não foi definida a partilha dos bens
- 28) Quais são as principais atividades geradoras de renda na propriedade? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 29) As decisões importantes (investimentos, compras de terra, mudanças de atividades, tomada de crédito) são tomadas por qual membro da família?  
a) ( ) Pelo chefe da família e cônjuge  
b) ( ) Pelo chefe da família, cônjuge e os filhos  
c) ( ) Pelo chefe da família, cônjuge e as filhas  
d) ( ) Pelo chefe depois de conversar com toda a família  
e) ( ) Somente pelo chefe da família  
f) ( ) Pelo conjunto da família
- 30) Por que você acha que os jovens saem do meio rural para as áreas urbanas? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE II****Questionário aplicado aos jovens**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

- 1) Qual o sistema produtivo da propriedade?
  - a) ( ) Convencional
  - b) ( ) Agroecológico
  
- 2) Pretende permanecer no campo/agricultura?
  - a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
  
- 3) Se pretender sair do campo, por que e para onde? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  
- 4) Se pretender ficar no campo, explique por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  
- 5) Que atividades não agrícolas você mais gostaria de desenvolver permanecendo no meio rural?
  - a) ( ) Agroindústria rural de pequeno porte
  - b) ( ) Indústria do vestuário
  - c) ( ) Indústria de móveis
  - d) ( ) Comerciante
  - e) ( ) Artesanato
  - f) ( ) Pedreiro
  - g) ( ) Mecânico

- h) ( ) Carpinteiro
  - i) ( ) Não quer permanecer no meio rural
  - j) ( ) Não sabe
  - k) ( ) Outros
- 6) Você exerce alguma atividade remunerada?
- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_
  - b) ( ) Não
- 7) O que lhe chama mais atenção no meio urbano?
- a) ( ) Oportunidades de emprego
  - b) ( ) Maior acesso a lazer e cultura
  - c) ( ) Maiores oportunidades se comparado com o campo
  - d) ( ) Maior facilidade de acesso a escolarização
- 8) Em que condições você ficaria no meio rural?
- a) ( ) Na agricultura na situação atual de chefe do estabelecimento
  - b) ( ) Só ficaria se houvesse crédito para compra da terra
  - c) ( ) Só ficaria se houvesse crédito para compra de equipamentos, instalações, etc.
  - d) ( ) Ficaria se tivesse crédito fundiário e de instalação
  - e) ( ) Ficaria se pudesse desenvolver outras atividades não agrícolas
  - f) ( ) Fazendo outras atividades agrícolas que proporcione mais renda
  - g) ( ) Ficaria se pudesse receber meu próprio dinheiro para suprir minhas necessidades básicas.
- 9) Participa do processo/planejamento produtivo da propriedade?
- a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
- 10) enxerga o campo como possibilidade de reprodução social?
- a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
- 11) Está satisfeito com o modo de produção adotado na propriedade?
- a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
- 1) Para seu futuro você projeta:
- a) ( ) Pretende continuar o trabalho no campo, na unidade rural de seus familiares.
  - b) ( ) Faz parte de seu projeto de vida abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade.
  - c) ( ) Pretendo fazer um curso técnico para trabalhar prestando assistência e ainda tocar a unidade de sua família.
  - d) ( ) Pretendo fazer um curso superior e montar um negócio próprio na cidade.

- e)  Pretendo fazer um curso superior e voltar à propriedade.
  - f)  Servidor Público
  - g)  Outro.
- 

12) Se pretender fazer um curso fora, planeja voltar para o campo?

- a)  Sim
- b)  Não

13) Gosta de viver no campo?

- a)  Sim. Por  
quê? \_\_\_\_\_
- b)  Não. Por  
quê? \_\_\_\_\_

14) Você recebe alguma remuneração pelo trabalho realizado?

- a)  Sim
- b)  Não
- c)  Gostaria de receber. Por  
quê? \_\_\_\_\_

15) Assinale qual ou quais os meios de informação você acessa: (pode marcar mais de uma opção).

- a)  Lê jornal
- b)  Lê livro
- c)  Estuda
- d)  Rádio
- e)  Internet
- f)  TV
- g)  Conversa com alguém
- h)  Participa de formações, palestras, oficinas. Quais e  
onde? \_\_\_\_\_
- i) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

16) Quais são os meios de transporte disponíveis na propriedade?

- a)  Carro
- b)  Moto
- c)  Cavalo
- d)  Outros.  
Quais? \_\_\_\_\_
- e)  Não possui

17) Pretende continuar os estudos?

- a)  Sim
- b)  Não

2) Qual sua ocupação principal hoje?

- a)  Só estudo
  - b)  Estudo e ajuda nas tarefas domésticas
  - c)  Estudo e trabalho, nas atividades de produção dentro da unidade familiar, mas sem remuneração
  - d)  Estudo e trabalho, nas atividades de produção dentro da unidade familiar, mas com remuneração
  - e)  Estudo e trabalho com remuneração fora da unidade familiar
  - f)  Outro:
- 

18) Participa de algum grupo:

- a)  Associação
- b)  Grupo de jovens
- c)  Cooperativa
- d)  Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

19) As decisões importantes (investimentos, compras de terra, mudanças de atividades, tomada de crédito) são tomadas por qual membro da família?

- g)  Pelo chefe da família e cônjuge
- h)  Pelo chefe da família, cônjuge e os filhos
- i)  Pelo chefe da família, cônjuge e as filhas
- j)  Pelo chefe depois de conversar com toda a família
- k)  Somente pelo chefe da família
- l)  Pelo conjunto da família

20) Na tua família todos participam das atividades no campo?

- a)  Sim
- b)  Não

21) Existe diferença na divisão de atividades entre homens e mulheres?

- a)  Sim
- b)  não

22) Você se sente motivado(a) com o trabalho do campo?

- a)  Sim. Por quê? \_\_\_\_\_
- b)  Não. Por quê? \_\_\_\_\_

23) O que costuma fazer nos finais de semana?

- a)  Sair com os amigos
- b)  Ir na Igreja
- c)  Participar do grupo de jovens
- d)  Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

24) Algum dos filhos vai assumir a administração/sucessão da propriedade?

- c)  Sim
- d)  Não

25) Se sim, qual?

- g)  Só um
- h)  Todos os filho
- i)  Todas as filhas
- j)  Todos os filhos e filhas
- k)  Só uma parte dos filhos e filhas
- l)  Ainda não foi definida a partilha dos bens

26) Em sua opinião, o que é necessário para o jovem ficar na terra, ser agricultor? (pode marcar até duas opções).

- f)  Acesso a crédito e a terra
- g)  Meios de comunicação no campo
- h)  Renda Própria
- i)  Mais lazer e cultura
- j)  Mais oportunidades de trabalho
- k)  Maior quantidade de terras e implementos agrícolas
- l)  Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

27) Existe alguma forma de diversão na propriedade rural que vocês realizam no tempo livre?

- a)  Sim.

Qual? \_\_\_\_\_

- b)  Não

28) Acessa alguma política pública de acesso a crédito?

- a)  Sim.

Qual? \_\_\_\_\_

- b)  Não

29) Você se considera um jovem rural?

- a)  Sim, porque moro em área rural.
- b)  Sim, porque me identifico com a vida/trabalho do campo.
- c)  Sim, porque pretendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo.
- d)  Sim, porque pretendo trabalhar no campo.
- e)  Sim, \_\_\_\_\_
- f)  Não, porque jovem é jovem independente do lugar.
- g)  Não, porque só estou no campo até ser independente.
- h)

Não, \_\_\_\_\_

30) Em sua opinião, quais são as principais dificuldades de ser um jovem do meio rural?

---

---

---

---

---

---



### APÊNDICE III

#### Questionário aplicado alunos escola do campo

Nome completo: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_ Tem filhos: ( ) Sim. Quantos?  
 \_\_\_\_\_ ( ) Não.

Data: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Fem. ( ) Mas. Origem: ( ) Rural ( ) Urbana

3) Deseja continuar vivendo no campo:

a) ( ) Sim. O que lhe motiva a ficar?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

b) ( ) Não. O que lhe motiva a sair?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4) Para seu futuro você projeta:

h) ( ) Pretende continuar o trabalho no campo, na unidade rural de seus familiares.

i) ( ) Faz parte de seu projeto de vida abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade.

j) ( ) Pretendo sair do campo para continuar meus estudos, mas voltar depois que finalizá-los

k) ( ) Pretendo sair do campo para continuar meus estudos, no entanto não pretendo voltar para o campo

l) ( ) Pretende trabalhar como Servidor Público

m) ( ) Outro. Qual?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5) Você exerce alguma atividade remunerada?

c) ( ) Sim,  
 qual? \_\_\_\_\_

d) ( ) Não

6) Normalmente quantas horas você trabalha na agricultura?

a) ( ) Não trabalha

b) \_\_\_\_\_ Horas

7) Assinale qual ou quais os meios de informação você acessa: (pode marcar mais de uma opção).

j) ( ) Lê jornal

k) ( ) Lê livro

l) ( ) Estuda

- m) ( ) Rádio
- n) ( ) TV
- o) ( ) Internet
- p) ( ) Conversa com alguém
- q) ( ) Participa de formações, palestras, oficinas. Quais e onde? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- r) Outro \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8) Qual sua ocupação principal hoje?
- g) ( ) Só estudo
- h) ( ) Estudo e ajuda nas tarefas domésticas
- i) ( ) Estudo e trabalho, nas atividades de produção agropecuária dentro da unidade familiar, mas sem remuneração
- j) ( ) Estudo e trabalho, nas atividades de produção agropecuária dentro da unidade familiar, mas com remuneração
- k) ( ) Estudo e trabalho com remuneração, nas atividades de produção agropecuária fora da unidade familiar, com remuneração
- l) ( ) Estudo e trabalho com remuneração fora da unidade familiar. Por exemplo: serviço doméstico, baba de criança, em supermercado, mecânico, atendente etc.
- m) ( ) Outro:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 9) Quais as maiores dificuldades de um jovem rural hoje? (Pode marcar mais de uma opção)
- a) ( ) Preconceito quanto às suas origens
- b) ( ) Estradas e transporte nas áreas rurais
- c) ( ) Escola no campo de qualidade
- d) ( ) Acesso à saúde próximo de sua residência
- e) ( ) Acesso às tecnologias (especialmente internet e celular)
- f) ( ) Acesso ao lazer
- g) ( ) Oportunidades de emprego no campo
- h) ( ) Outras. Quais?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 10) Já sofreu ou sofre algum tipo de preconceito pelo fato de ser um jovem morador de área de assentamento:
- a) ( ) Sim. Que tipo de preconceito/como ocorreu? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- b) ( ) Não

- 11) Você se considera um jovem rural?
- i)  Sim, porque moro em área rural.
  - j)  Sim, porque me identifico com a vida/trabalho do campo.
  - k)  Sim, porque pretendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo.
  - l)  Sim, porque pretendo trabalhar no campo.
  - m)  Sim, \_\_\_\_\_
  - n)  Não, porque jovem é jovem independente do lugar.
  - o)  Não, porque só estou no campo até ser independente.
  - p)  Não, \_\_\_\_\_
- 12) Sempre estudou em escolas do campo:
- a)  Sim
  - b)  Não
- 13) Se já estudou em escolas urbanas pode citar algumas diferenças que percebeu em relação a esta escola do campo?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 14) A escola utiliza em seu processo de ensino–aprendizagem elementos que partem da realidade camponesa, ou seja, os conteúdos estudados em sala de aula têm alguma relação com as suas vivências cotidianas? Explique.
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 15) Seus pais costumam frequentar à escola quando da realização de reuniões, formações, encontros em geral:
- a)  Sim
  - b)  Não
- 16) Em sua opinião, existe integração entre escola e a comunidade?
- a)  Sim. Como (exemplifique)?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- b)  Não
- 17) Em sua opinião, o conhecimento que você adquire na escola contribui principalmente para:
- a)  Conseguir um emprego fora da agricultura
  - b)  Ser agricultor
  - c)  Entender a realidade
  - d)  Fazer amigos

- e)  Conseguir namorado (a)  
f)  Ser valorizado  
g)  Fazer um curso superior  
h)  Outro, o  
quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- i)  Não contribui.
- 18) Você já precisou parar de estudar?  
a)  Sim  
b)  Não
- 19) Se sim, qual foi o principal motivo para não continuar estudando? (marcar apenas uma opção).  
a)  Precisou trabalhar  
b)  Não tinha escola perto da sua casa  
c)  a escola não contribui para a minha vida  
d)  Falta de incentivo/apoio  
e)  Condições financeiras inadequadas  
f)  Formou família  
g)  Falta de motivação  
h)   
Outro \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 20) Você acha que a escola está formando para a permanência no campo?  
a)  Sim  
b)  Não
- 21) Até que nível você pretende continuar estudando? (marcar apenas uma opção)  
a)  Concluir o ensino médio  
b)  Concluir curso técnico, em que? \_\_\_\_\_  
c)  Concluir curso superior, em que área? \_\_\_\_\_  
d)  Outro curso, qual? \_\_\_\_\_  
e)  Não pretendo continuar estudando
- 22) Em sua opinião os professores da escola têm algum vínculo com o campo?  
a)  Sim.  
Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- b)  Não
- 23) Em sua opinião, você tem as mesmas oportunidades que um aluno que estuda no meio urbano? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 24) Quanto tempo demora até chegar à escola? \_\_\_\_\_

25) Aprende sobre a vida no campo na escola? ( ) Sim ( ) Não

26) Gostaria que ensinassem algo sobre a vida no campo? ( ) Sim ( ) Não Por quê?

---

---

---

27) Você acha que educação é importante para o trabalho no campo? ( ) Sim ( ) Não.  
Por quê?

---

---

---

28) Gostaria que seus filhos estudassem na escola do campo? ( ) Sim ( ) Não

29) O quanto seus pais incentivavam você a estudar? ( ) Nunca ( ) Muito pouco ( ) Pouco ( ) Bastante ( ) Sempre

30) A renda proveniente da agricultura é suficiente para manter/sustentar a família:

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

31) Qual a principal fonte de renda da família?

---

---

---

32) Liste os principais gêneros tanto animais quanto vegetais produzidos em sua propriedade:

a) Vegetais:

---

---

---

b) Animais:

---

---

---

33) Qual a sua principal atividade dentro da propriedade?

---

---

34) Quais são os meios de transporte disponíveis na propriedade?

f) ( ) Carro

g) ( ) Moto

h) ( ) Cavalo  
i) ( ) \_\_\_\_\_ ) Outros.  
Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

j) ( ) Não possui

35) Participa das tomadas de decisões dentro da propriedade?

- a) ( ) Sim  
b) ( ) Não

36) Participa de algum grupo:

- e) ( ) Associação  
f) ( ) Grupo de jovens  
g) ( ) Cooperativa  
h) ( ) \_\_\_\_\_ ) Outro.  
Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

37) Você acha que seus pais influenciam na sua decisão de ficar ou deixar a propriedade?  
Explique.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

38) Seus pais pretendem permanecer vivendo no campo?

- a) ( ) Sim. Explique por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- b) ( ) Não. Explique por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

39) Existem formas de diversão na propriedade?

- a) ( ) Sim. Quais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- b) ( ) Não

40) Algum parente próximo já migrou para a cidade em busca de oportunidades de emprego e escolarização?

- a) ( ) Sim  
b) ( ) Não

41) Qual o tamanho aproximado de sua propriedade/lote?

---

42) Você acha que o tamanho da propriedade é um impedimento para você continuar vivendo no campo?

a)  Sim. Por que?

---

---

---

b)  Não. Por que?

---

---

---

## ANEXOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “(AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Fernanda Paula Piran.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender as perspectivas do jovem do campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo no Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. Para a realização da pesquisa os dados serão coletados a partir de questionários e entrevistas.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Fernanda Paula Piran no momento de visita as propriedades.

Na sua participação você será convidado a responder algumas questões relativas ao processo produtivo desenvolvido na propriedade, serão coletados para este fim questionários.

Este estudo pode apresentar o risco de constrangimento e o risco de quebra de sigilo, no entanto para minimizar o risco do constrangimento o entrevistado deverá relatar ao pesquisador caso ocorra, ou mesmo desistir de participar da pesquisa caso queira. Quanto à quebra de sigilo para minimizar esse risco serão utilizados pseudônimos e os arquivos serão armazenados em cópia física (por cinco anos) de exclusivo acesso do pesquisador e seu orientador, não sendo permitida a quebra do sigilo por instituições públicas ou privadas a não ser que seja por consentimento do pesquisado ou via ordem judicial.

Visto os riscos de pesquisas com seres humanos, o pesquisador responsável tomará os devidos cuidados para minimizá-los ao máximo, para que os participantes pesquisados não se sintam violados em seus direitos, ressaltamos que mesmo a pesquisa apresentando riscos mínimos, a pesquisadora tomará cuidado para não maximizá-los.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão disponíveis e a disposição dos pesquisados quando finalizada a pesquisa, poderão contatar a pesquisadora quando desejarem estes resultados.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Os benefícios serão de contribuir para o desenvolvimento rural regional, através conhecimento das expectativas dos jovens em relação ao meio rural; disponibilizar subsídio que contribua no fortalecimento e elaboração de políticas públicas para estes sujeitos do campo, principalmente os jovens assentados. Como também, serão conhecidos os possíveis aspectos que favoreçam a permanência dos filhos na propriedade, se for este o anseio dos pais.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação, além de solicitar os resultados posteriores da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: FERNANDA PAULA PIRAN, TEL: (42) 99962 - 4164. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFFS da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970; fone: (49) 2049-3745. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Rio Bonito do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.



---

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

---

Participante da pesquisa

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Agroecologia e Educação do campo:** meios de promover a permanência do jovem no campo?

Prezado participante,

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?** Desenvolvida pela Mestranda Fernanda Paula Piran, discente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul, sob orientação da Professora Dra. Maude Regina de Borba.

O objetivo central do estudo é buscar compreender as perspectivas do jovem do campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo no Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.

A participação do seu filho(a) se deve ao fato de buscarmos compreender quais são suas perspectivas de permanência no campo, além do mais, identificarmos quais são os aspectos que atraem os jovens para os centros urbanos. Como também, quais são os motivos pelos quais estes jovens estão deixando o meio rural, a fim de pensar estratégias que venham a contribuir para uma melhor qualidade de vida no campo, tanto para os jovens quanto suas famílias. Nesse sentido, os jovens entre 13 e 29 anos de idade serão o público-alvo desta pesquisa.

A participação do seu filho(a) não é obrigatória e ele(a) tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Ele(a) não será penalizado(a) de nenhuma maneira caso decida não consentir na sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ele(a) é muito importante para a execução da pesquisa.

Ele(a) não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo a participação totalmente voluntária.

Mecanismos para garantir o sigilo e privacidade (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. c e)

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por ele(a) prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, O senhor(a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre a participação do seu filho(a) e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Os resultados estarão disponíveis e a disposição dos pesquisados quando finalizada a pesquisa, poderão contatar a pesquisadora quando desejarem estes resultados.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a)

A participação do seu filho(a) consistirá em responder perguntas de um questionário à pesquisadora do projeto.

Este estudo pode apresentar o risco de constrangimento e o risco de quebra de sigilo, no entanto para minimizar o risco do constrangimento o entrevistado deverá relatar ao pesquisador caso ocorra, ou mesmo desistir de participar da pesquisa caso queira. Quanto à quebra de sigilo para minimizar esse risco serão utilizados pseudônimos e os arquivos serão armazenados em cópia física (por cinco anos) de exclusivo acesso do pesquisador e seu orientador, não sendo permitida a quebra do sigilo por instituições públicas ou privadas a não ser que seja por consentimento do pesquisado ou via ordem judicial.

Visto os riscos de pesquisas com seres humanos, o pesquisador responsável tomará os devidos cuidados para minimizá-los ao máximo, para que os participantes pesquisados não se sintam violados em seus direitos, ressaltamos que mesmo a pesquisa apresentando riscos mínimos, a pesquisadora tomará cuidado para não maximizá-los. Os benefícios serão de contribuir para o desenvolvimento rural regional, através conhecimento das expectativas dos jovens em relação ao meio rural; disponibilizar subsídio que contribua no fortalecimento e elaboração de políticas públicas para estes sujeitos do campo, principalmente os jovens assentados. Como também, serão conhecidos os possíveis aspectos que favoreçam a permanência dos filhos na propriedade, se for este o anseio dos pais. O questionário que seu filho(a) será convidado a responder apresenta perguntas que não são invasivas, não ferindo seus direitos morais e muito menos físicos.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item XI.2 .h)

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Sobre a Via do TCLE entregue ao participante da pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3.f)

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Rio Bonito do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel.: (42) 99962 - 4164

E-mail: fernandapiran@hotmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/ Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970. Tel.: 04236350009.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel. e Fax - (0XX) 49- 2049-1478

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

**[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg)**

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS , Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu filho(a) na pesquisa e concordo com a participação.

Nome completo do (a) responsável: \_\_\_\_\_

Parentesco ou justificativa p/ guarda \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: (**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?**) Sob a responsabilidade da pesquisadora Fernanda Paula Piran. Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender as perspectivas do jovem do campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo no Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.

Na sua participação você será convidado a responder algumas questões relativas ao processo produtivo desenvolvido na propriedade, serão coletados para este fim questionários. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, poderá solicitar do pesquisador informações sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Os resultados estarão disponíveis e a disposição dos pesquisados quando finalizada a pesquisa, poderão contatar a pesquisadora quando desejarem estes resultados. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Este estudo pode apresentar o risco de constrangimento e o risco de quebra de sigilo, no entanto para minimizar o risco do constrangimento o entrevistado deverá relatar ao pesquisador caso ocorra, ou mesmo desistir de participar da pesquisa caso queira. Quanto à quebra de sigilo para minimizar esse risco serão utilizados pseudônimos e os arquivos serão armazenados em cópia física (por cinco anos) de exclusivo acesso do pesquisador e seu orientador, não sendo permitida a quebra do sigilo por instituições públicas ou privadas a não ser que seja por consentimento do pesquisado ou via ordem judicial. Visto os riscos de pesquisas com seres humanos, o pesquisador responsável tomará os devidos cuidados para minimizá-los ao máximo, para que os participantes pesquisados não se sintam violados em seus direitos, ressaltamos que mesmo a pesquisa apresentando riscos mínimos, a pesquisadora tomará cuidado para não maximizá-los. Em nenhum momento você será identificado. Os benefícios serão de contribuir para o desenvolvimento rural regional, através conhecimento das expectativas dos jovens em relação ao meio rural; disponibilizar subsídio que contribua no fortalecimento e elaboração de políticas públicas para estes sujeitos do campo, principalmente os jovens assentados. Como também, serão conhecidos os possíveis aspectos que favoreçam a permanência dos filhos na propriedade, se for este o anseio dos pais.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: FERNANDA PAULA PIRAN, TEL: (42) 99141-9210. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFFS da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970; fone: (49) 2049-3745. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá

modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Receberei uma via deste termo assentimento.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do (a) menor

---

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Rio Bonito do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFFS

ENDEREÇO: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970; fone: (49) 2049-3745.

FONE / E-MAIL: (49) 2049-3745 / cep.uffs@uffs.edu.br

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: FERNANDA PAULA PIRAN

ENDEREÇO: RUA ALÍPIO VASCO DO NASCIMENTO, 84, LOT. SCHMENG, RIO BONITO DO IGUAÇU, PR.

FONE: / E-MAIL: (42) 999624164 / FERNANDAPIRAN@HOTMAIL.COM